



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS – CCJ
FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE - FDR
CURSO DE DIREITO

JULIANE MARIA DE MENEZES

REGULAÇÃO DA MÍDIA E LIBERDADE DE EXPRESSÃO:
UMA ANÁLISE DA LEI ORGÂNICA DE COMUNICAÇÃO DO EQUADOR

RECIFE
2019

JULIANE MARIA DE MENEZES

REGULAÇÃO DA MÍDIA E LIBERDADE DE EXPRESSÃO:
UMA ANÁLISE DA LEI ORGÂNICA DE COMUNICAÇÃO DO EQUADOR

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Direito da
Universidade Federal de Pernambuco
como requisito para obtenção do título do
grau de Bacharel em Direito.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Lúcia
Barbosa

RECIFE
2019

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela vida que Ele me concedeu.

Agradeço aos meus pais por todo o esforço investido na minha educação, pelo incentivo aos estudos e apoio incondicional ao longo de toda a minha vida.

Agradeço ao meu noivo que sempre esteve ao meu lado durante o meu percurso acadêmico.

Sou grato pela confiança depositada na minha proposta de projeto pela minha professora Maria Lúcia Barbosa, orientadora do meu trabalho. Obrigada por me manter motivada durante todo o processo.

Por último, quero agradecer também à Universidade Federal de Pernambuco, todo o seu corpo docente e funcionários que contribuíram direta ou indiretamente para a conclusão deste trabalho.

“Pergunta sempre a cada ideia: a quem
serve?”

Bertolt Brecht

RESUMO

Ainda um tabu no Brasil, a criação de leis que regulam os veículos de comunicação existem em boa parte dos países do mundo. Para desmistificar o tema e perceber como funciona essa regulação, o presente trabalho demonstra do que se trata a regulação da mídia, como ela está regulada na Constituição Brasileira, para tratar brevemente de exemplos de países onde a mídia é regulada de diferentes formas, para então debruçar-se sobre o caso do Equador, país vizinho ao Brasil e que regulou a mídia no ano de 2013, após muitas polêmicas. A lei regulamentadora, denominada Lei Orgânica de Comunicação, é alvo de muitas críticas e elogios, sendo o objetivo deste trabalho mostrá-la tal como ela é, destrinchando-a para que seja compreendida em seus aspectos positivos e negativos, bem como seus pontos de maior polêmica.

Palavras-chave: Regulação da mídia. Comunicação. Direito. Equador. Lei Orgânica de Comunicação.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
2. DEFINIÇÕES SOBRE A REGULAÇÃO DA MÍDIA E DISPOSIÇÕES SOBRE A COMUNICAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988.....	8
2.1. Regulação da mídia: o que é isso?.....	8
2.2. A comunicação social na Constituição Brasileira de 1988.....	10
2.2.1. Limitações à liberdade de manifestação.....	12
2.2.2. Princípios dos meios de comunicação.....	14
2.2.3. Propriedade de empresa jornalística, de radiodifusão sonora e de sons e imagens.....	15
2.2.4. 1.2.4. Renovação dos serviços de radiodifusão sonora, de sons e imagens..	15
2.2.5. Instituição do Conselho de Comunicação Social	16
2.2.6. A Lei de Imprensa e a ADPF 130.....	17
3. O CONTEXTO HISTÓRICO E REGULAÇÃO DA MÍDIA NO MUNDO.....	19
3.1. O contexto histórico mundial recente do direito à comunicação	19
3.2. A regulação da mídia em diversos países.....	21
3.2.1. Estados Unidos.....	21
3.2.2. Venezuela.....	22
3.2.3. Argentina.....	23
3.2.4. Reino Unido.....	24
4. O CONTEXTO SÓCIO-POLÍTICO DO EQUADOR QUE PRECEDEU A APROVAÇÃO DA LEI ORGÂNICA DE COMUNICAÇÃO.....	25
4.1. A constituição equatoriana de 2008.....	25
4.2. Legislação vigente	25
4.3. Sobre o presidente Rafael Correa.....	27
5. A LEI ORGÂNICA DE COMUNICAÇÃO.....	31
5.1. Princípios e direitos.....	31
5.2. Direitos à comunicação.....	33
5.3. O sistema de comunicação social.....	41
5.4. Órgãos regulatórios e fiscalizatórios: a criação do Conselho de Regulação e Desenvolvimento da Comunicação, do Conselho Consultivo e da Superintendência de Informação e Comunicação.....	41
5.5. Regulação de conteúdos.....	44
5.6. Estabelecimento de penalidades.....	46
5.7. Meios de comunicação social.....	49
5.8. Produção nacional.....	53
5.9. Espectro radioelétrico.....	53
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
7. REFERÊNCIAS.....	57
ANEXO: Ley Orgánica de Comunicación.....	60

1. INTRODUÇÃO

O tema da regulação da mídia é um tabu no Brasil. Para muitos, especialmente pela opinião sobre o tema veiculada na mídia, regular é sinônimo de censurar. Desta feita, esse trabalho visa desmistificar o tema, tendo como foco o estudo de caso do Equador.

O presente trabalho é dividido em quatro partes. Na primeira, é explicado do que se trata o tema da regulação da mídia, demonstrando que ela pode se dar de várias formas, sendo pertinente discutir de que tipo de regulação se fala, para, em seguida, demonstrar como o tema é tratado na Constituição Federal. Na segunda, é abordado brevemente como se dá a regulação da mídia em diferentes países e contextos, elegendo-se os casos da Venezuela, do Reino Unido, da Argentina e dos Estados Unidos, para demonstrar diversas formas de como a regulação pode ocorrer. Na terceira, adentramos no universo equatoriano, partindo do contexto político-econômico que influenciou a criação da Lei Orgânica de Comunicação. Por fim, no quarto e último capítulo, a referida norma é apresentada de forma ampla, buscando-se destacar alguns pontos em que ela sofreu críticas, bem como seus pontos positivos, sem, no entanto, esgotar o tema, dada a sua amplitude.

Em um contexto de discussão sobre *fake news* e em que os veículos tradicionais de mídia estão sendo vistos com desconfiança por boa parte da sociedade, é de suma importância tratar do tema da regulação, que se faz urgente, porém com certa cautela, tanto pela polêmica que circunda o assunto e tanto pelo perigo de que ela seja usada como um instrumento de censura ao invés de emancipação. Assim, a escolha do Equador como objeto de análise se deu por se tratar de um *case* ainda muito recente, em um país vizinho ao Brasil e em situação social semelhante. Ademais, assim como no Brasil, à época da promulgação da referida lei, o presidente Rafael Correa costumava frequentemente expor opiniões de sofria perseguições da mídia, o que em muito se assemelha à situação do Brasil.

Diante do exposto, o objetivo do presente trabalho é oferecer subsídios para que futuros pesquisadores e legisladores possam considerar quando da possível futura criação de uma lei que regule a mídia no Brasil ou até mesmo em outros lugares do mundo.

2. DEFINIÇÕES SOBRE A REGULAÇÃO DA MÍDIA E DISPOSIÇÕES SOBRE A COMUNICAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988

2.1. Regulação da mídia: o que é isso?

Frequentemente, os meios de comunicação comerciais e suas entidades, a exemplo da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV (Abert), da Associação Nacional de Jornais (ANJ) e da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP, na sigla em espanhol) defendem que uma regulação da mídia atentaria contra a liberdade de expressão, constituindo uma forma de censura. Em sua 66ª assembléia, em 2010, a SIP manifestou-se contrária à proposta de um novo marco regulatório para a mídia.

No entanto, conforme pontua Jonas Valente¹, o objetivo de uma regulação democrática da mídia não é reduzir a liberdade de expressão, mas, na verdade, ampliá-la, garantindo que mais grupos possam se expressar. A palavra regular pode ter vários sentidos, desde guiar até mesmo estabelecer regras. Para o autor, a regulação engloba o conjunto de normas, procedimentos e ações estatais que definam como os serviços de comunicação são prestados, e os direitos e deveres de seus prestadores e usuários.

Nesse sentido, ele considera que a discussão sobre a necessidade de haver ou não uma regulação midiática serve apenas para desviar o foco, uma vez que a regulação dos meios de comunicação já existiria. O que se deveria perguntar é sobre *que regulação existe a serviço de quem ela está*, se estas regras tem como objetivo final garantir o direito à comunicação dos cidadãos, a promoção de um debate público e a constituição de uma sociedade democrática e com justiça social. Explica:

“A regulação dos meios de comunicação já existe, em todos os países. A autorização do governo federal para explorar um canal de TV ou de rádio é regulação. Não há, no caso de rádio e TV, por exemplo, nenhum país em que a definição de qual grupo vai ocupar qual canal se dê à revelia do Estado. E essa foi uma demanda histórica dos próprios empresários. Nos Estados Unidos, país que consolidou o modelo de exploração privada a partir de licenças do Estado (também adotado no Brasil), na elaboração da primeira grande lei do setor, o *Radio Act*, de 1927, os radiodifusores

¹ VALENTE, Jonas. **Regulação Democrática dos Meios de Comunicação**. Coleção Saber. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013. p. 18

defenderam o sistema de autorização pelo poder público para garantir um mínimo de organização e impedir que vários agentes passassem a transmitir como quisessem de forma aleatória. Assim, duas emissoras poderiam tentar ocupar o mesmo canal, o que aumentaria o risco de interferências (McChesney, 1995). No Brasil, as emissoras de rádio e TV comerciais se aproveitaram da influência que exerciam no parlamento e incluíram, na Constituição Federal, o prazo para as concessões de 10 anos para rádio e 15 para TV e a regra absurda de dois quintos do Congresso em votação nominal para não renovar uma licença.”²

O direito à comunicação engloba a liberdade de expressão e o direito à comunicação. Nesse sentido, garante que os cidadãos não sofram restrições ao se expressarem, exceto quando afetem os direitos dos outros indivíduos, e o direito de buscar informações livremente e recebe-las pelos mais variados meios, compreendendo meios de comunicação e órgãos públicos. A ação do Estado como garantidor desse direito se torna necessária para evitar que apenas os grupos com grandes condições econômicas possam se colocar na esfera pública.

Conforme ensina José Afonso da Silva³, a liberdade de informação não é a liberdade do dono da empresa jornalística ou dos jornalistas. Esta só existe e se justifica diante do direito dos cidadãos à informação correta e imparcial. Os donos das empresas de comunicação e os profissionais do ramo tem o direito fundamental de exercer sua atividade, mas, acima disso, o dever de informar à coletividade os acontecimentos, idéias, sem alterar a realidade ou esvaziar seu sentido original. A imprensa escrita, falada e televisionada é um poderoso instrumento de formação da opinião pública, e desempenha a função social de exprimir às autoridades o pensamento e a vontade popular, colocando-se como um quarto poder. Assim, constitui tanto uma defesa contra o excesso de poder como um instrumento de controle popular face ao Estado.

Paulo Gustavo Gonet Branco vai além e dispõe que “a plenitude da formação da personalidade depende que se disponha dos meios para conhecer a realidade e suas interpretações”, sendo um pressuposto para que seja possível participar de

² Ibidem.

³ SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. São Paulo: Malheiros Editores, 2005. p. 245

debates e tomar decisões relevantes. Assim, acentua a liberdade de expressão como corolário da dignidade da pessoa humana⁴.

Desta feita, é necessário regular a mídia de modo a superar as desigualdades sociais, possibilitando que diferentes grupos participem do debate público e da disputa política. Os donos do veículo de comunicação vêem nisso um ameaça porque a regulação ameaçaria seu privilégio e tiraria deles o monopólio dos meios de comunicação e, conseqüente, da condução da opinião pública conforme seus interesses. Ampliar o debate público iria retirar o poder que eles possuem de falar para toda a sociedade em exclusividade, ocasionando a perda de influência política e cultural, bem como econômica, com a dispersão dos anunciantes.

Nessa toada, Jonas Valente elencou sete motivos pelos quais a regulação da comunicação social foi adotada historicamente:

- “1) A necessidade de organizar a demanda por um número limitado de canais.
- 2) O fato do espectro de radiofrequências (por onde trafegam ondas de rádio, TV e telefonia celular, por exemplo) ser um bem público administrado pelo Estado.
- 3) A garantia do acesso não-discriminatório às infraestruturas públicas (como dutos por onde passam cabos de telefonia ou TV por assinatura ou áreas onde serão instaladas antenas de telefonia celular).
- 4) A responsabilidade do Estado de assegurar o acesso universal (em determinados casos, como radiodifusão e telefonia fixa) a serviços, bem como a sua continuidade.
- 5) A proteção de segmentos vulneráveis, como crianças, ou garantir a acessibilidade para pessoas com deficiência.
- 6) A limitação de práticas danosas aos direitos individuais ou à coletividade, como conteúdos considerados proibidos (propagandas de cigarro ou programas com mensagens racistas etc.).
- 7) A proibição de práticas de monopólio e oligopólio que prejudiquem a ordem econômica, mesmo que supostamente baseadas no conceito da competição.”⁵

2.2. A comunicação social na Constituição Brasileira de 1988

A Constituição Brasileira de 1988 foi a primeira da história do país a tratar da comunicação social em capítulo específico (arts. 220 a 224). Tal novidade legislativa

⁴ MENDES, Gilmar; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2015. p. 264

⁵ VALENTE, Jonas. **Regulação Democrática dos Meios de Comunicação**. Coleção Saber. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013. p. 20-21

é fruto do momento histórico em que foi concebida a Carta Maior, no qual o país estava saindo da Ditadura Militar. Desta feita, uma vez que a Constituição, apelidada de democrática, tinha a democracia como um valor soberano, ela buscou garantir ao máximo as liberdades de imprensa, de informação e de criação artística e cultural.

Uadi Lammêgo Bulos⁶ fez a distinção entre liberdade de comunicação social e liberdade de manifestação ou expressão de pensamento. Para ele, esta última é mais ampla, constituindo gênero, enquanto aquela é uma de suas facetas.

Nesse sentido, ele ensina que a liberdade de comunicação social é uma das formas de exteriorização do pensamento, através de “parafernálias antigas e modernas, dos engenhos tecnológicos que encurtam distância e transmitem pensamentos”; em outras palavras, os veículos de comunicação de massa. É dessa liberdade que trata o art. 220 da CF/88.

Já a liberdade de manifestação de pensamento é o gênero previsto no art. 5º, IX da CF/88, segundo o qual, *in verbis*, “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”. Abrange, portanto, quaisquer formas de manifestação, seja interpessoal ou para um grupo de pessoas, estando ou não ligada a um veículo de comunicação.

José Afonso da Silva, por sua vez, distinguiu liberdade de informação de direito à informação, pontuando que esse último não se trata de direito pessoal nem profissional, mas, sobretudo, um direito coletivo. O direito de informar, como um aspecto da manifestação de pensamento, seria um direito individual contaminado por um sentido coletivo, sendo concretizado especialmente pelos meios de comunicação de massa.

A liberdade de informação, por sua vez, possuiria duas facetas, compreendendo a liberdade de informar e a liberdade de ser informado. A primeira coincide com o conceito mais amplo de liberdade de manifestação, enquanto a segunda indicaria “o interesse sempre crescente da coletividade para que tanto os indivíduos como a comunidade estejam informados para o exercício consciente das

⁶BULOS, Uadi Lammêgo. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Ed. Saraiva, 2015. p. 1.609.

liberdades públicas”⁷. Desta forma, ele destaca a importância da liberdade de ser informado dos acontecimentos políticos, culturais, sociais, entre outros, é fundamental para o exercício da democracia e a efetivação de direitos. Assim, considera que o direito de todos à informação trata-se de um direito individual consignado na Constituição. E logicamente, para a efetivação deste direito, é necessário que os cidadãos tenham acesso à informação ampla, acessível, plural e de fontes confiáveis.

A Constituição, nesse sentido, teria acolhido esta distinção. O capítulo da comunicação social (Arts. 220 a 224) ordenaria a liberdade de informar complementada com a liberdade de manifestação de pensamento, consagrada no Art. 5º, IV, CF/88. Já o Art. 5º, XIV, CF/88, que assegura a todos o acesso à informação; e o art. 5º, XXXIII, CF/88, que estatui que todos tem direito a receber dos órgãos públicos informações de interesse particular, coletivo e geral, dão conta da dimensão coletiva do direito à comunicação.

2.2.1. Limitações à liberdade de manifestação

Saliente-se que o direito à liberdade de manifestação possui status de direito fundamental. Assim, apesar de soberano, não é absoluto. Por consequência, a comunicação social, sendo espécie de manifestação, também possui limitações.

Quanto a este ponto, é importante salientar não haver incongruência entre a imposição de limitações à manifestação e os ideais democráticos. Caso contrário, qualquer pessoa poderia proferir calúnias, fazer falsas acusações ou até mesmo disseminar idéias preconceituosas sob o pretexto de tratar-se de liberdade de manifestação. Cada um pode manifestar-se, vedado o anonimato (art. 5º, IV, CF/88), uma vez que, caso interfira na esfera de direitos de outra pessoa, este poderá buscar seus direitos. O que diferencia esse controle da censura é que esta é prévia e busca coibir a manifestação de opiniões discordantes. Já o controle judicial e legislativo num estado democrático de direito deve tão somente atuar quando houver violação de outros direitos.

⁷ SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. São Paulo: Malheiros Editores, 2005. p. 245

Convém destacar que a censura nos moldes constitucionais, conforme ensina Paulo Gustavo Gonet Branco, é a ação governamental de natureza prévia com foco no conteúdo da mensagem. Assim, a proibição da censura visa vedar que a divulgação de fatos e opiniões do indivíduo necessitem da aprovação prévia de um agente estatal. Nesse sentido, não constitui censura um indivíduo responder civil e criminalmente por possíveis danos causados pelo que expressou⁸.

Isto posto, as limitações na comunicação social estão previstas no art. 220 da Carta Maior, elencados por UadiLammêgoBulos⁹ da seguinte forma:

- a) Proibição de atos legislativos cerceatórios, sendo a liberdade de comunicação social limitada pela proibição ao anonimato e se sujeita ao direito de resposta e à indenização por danos causado à imagem física e social, ao livre exercício do trabalho e ao sigilo da fonte;
- b) Proibição à censura, seja de natureza política, ideológica ou artística;
- c) Proibição em lei federal, que deverá regular as diversões e espetáculos públicos e estabelecer meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de defesa de programas e propagandas;
- d) Proibição de propagandas nocivas, à exemplo da Lei nº 9.294/96, que dispõe restrições na propaganda de fumígenos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas;
- e) Proibição de monopólios e oligopólios, com o intuito de fazer prevalecer a multiplicidade de agentes informadores.

Quanto a este último ponto, o autor alega que, caso o referido dispositivo fosse levado a sério, o programa radiofônico “A Voz do Brasil”, instituído no regime autoritário da Era Vargas não mais monopolizaria o horário. Isso porque o referido programa, no qual é feita propaganda gratuita do governo federal, era exibido até o ano de 2018 em horário nobre e em todas as emissoras de rádio ao mesmo tempo, não deixando outra opção ao ouvinte. Apenas a partir da Lei 13.644/18, sancionada pelo ex-presidente Michel Temer, houve algum avanço neste ponto, posto que

⁸ MENDES, Gilmar; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2015. p. 265

⁹ BULOS, Uadi Lammêgo. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Ed. Saraiva, 2015.

passou a haver maior flexibilidade na transmissão do referido programa. Por esta legislação, ele poderá ser veiculado pelas emissoras entre as 19h e as 22h, e não mais obrigatoriamente das 19h às 20h¹⁰. Um passo tímido, dado o fato de que boa parte dos veículos de comunicação está nas mãos de poucos grupos de comunicação.

2.2.2. Princípios dos meios de comunicação

O art. 221 da Constituição Federal, por sua vez, elenca quatro princípios fundamentais que devem nortear a programação das emissoras de rádio e de televisão. São elas:

- a) Preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas (Art. 221, I, CF/88);
- b) Promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente estímulo à produção independente que objetiva sua divulgação (Art. 221, II, CF/88);
- c) Regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei (Art. 221, III, CF/88);
- d) Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família (Art. 221, IV, CF/88).

A doutrina estabelece uma diferenciação entre princípios e regras. Enquanto estes impõem obrigações de prestação, ação e abstenção, um princípio é um mandamento nuclear no sistema¹¹. Mesmo assim, é preciso ter em mente que o ordenamento jurídico brasileiro não impõe hierarquia entre regras e princípio, sendo certo que o aplicador da lei deve obedecer a ambos, posto que os dois são normas e produzem eficácia.

¹⁰ AQUINO, Yara; BRITO, Débora. Temer sanciona lei que flexibiliza horário de A Voz do Brasil. **Agência Brasil**. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-04/temer-sanciona-lei-que-flexibiliza-horario-de-voz-do-brasil>> Acesso em: 25 set. 2019

¹¹ SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. São Paulo: Malheiros Editores, 2005. p. 91-92

Assim, princípios não são diretrizes opcionais, que servem apenas de mero conselho ou diretriz que preferencialmente deve ser seguida pelo aplicador da lei. Este tem obrigação de segui-la, posto que possui eficácia normativa.

Ocorre que, na prática, é comum ver situações de violação de princípios sendo naturalizadas, sobretudo no que tange à comunicação social. Não há nenhum esforço na efetivação dos princípios listados no referido artigo. Na prática, os detentores de concessões de rádio e TV utilizam seus espaços da forma como bem entendem, pautando-se apenas no que gera mais audiência, e, portanto, mais lucro. Assim, a margem de lucro do empresário e sobrepõem ao interesse da coletividade ao oferecer um serviço público, o que viola o princípio basilar do direito administrativo. Na prática, esses princípios acabam constituindo mera orientação, uma vez que não há qualquer legislação regulando de que modo deve ser promovida a programação educativa, por exemplo. E, na prática, quase nunca são seguidos.

2.2.3. Propriedade de empresa jornalística, de radiodifusão sonora e de sons e imagens

Estabelece o Art. 222 da Constituição Federal a titularidade da propriedade de empresas de comunicação social, buscando concentra-las nas mãos de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos ou pessoas jurídicas sob as leis brasileiras que tenham sede no Brasil. Além da titularidade, buscou-se também concentrar os capitais desse ramo de atividade no território nacional, estabelecendo que pelo menos setenta por cento do capital total e do capital volante das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens deve pertencer a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, devem do exercer a gestão das atividades e estabelecer o conteúdo da programação. A responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação também é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos. Por fim, garante que profissionais brasileiros terão prioridade nas produções nacionais.

Assim, é nítida a intenção do legislador de priorizar tanto o conteúdo nacional como incentivar a economia e os profissionais locais.

2.2.4. Renovação dos serviços de radiodifusão sonora, de sons e imagens

A Carta Maior estabelece que é competência do Poder Executivo a outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora de sons e imagens, devendo ser observada a complementaridade dos sistemas privado, público e estatal (Art. 23, CF/88).

Seguindo o processo legislativo, o Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do Art. 64, parágrafos 2º e 4º, a contar do recebimento da mensagem (art. 223, parágrafo 1º, CF/88). Para rejeitar a renovação é necessário o voto nominal de pelo menos dois quintos do Congresso Nacional; por sua vez, como o art. 223, parágrafo 2º da CF/88, silencia sobre a aprovação da concessão, para a ocorrência desta, basta a maioria simples. Assim, não bastasse o procedimento favorecer a concessão e renovação das concessões, é sabido que boa parte dos congressistas é proprietário ou possui alianças com os proprietários das grandes emissoras de rádio e de televisão.

2.2.5. Instituição do Conselho de Comunicação Social

Por fim, o Art. 224 da Constituição Federal estabelece que o Congresso Nacional deverá instituir o Conselho de Comunicação Social, que tem a natureza de órgão auxiliar sua criação ocorreu por meio da Lei nº 8.389/91. Conforme o projeto de lei original, de autoria do senador Pompeu de Souza (PMDB-DF), o conselho é composto por treze membros, sendo que, dentre eles, quatro devem ser representantes de entidades empresariais, quatro devem pertencer a categorias profissionais de comunicação e cinco da sociedade civil. Sua atribuição é realizar estudos, pareceres, recomendações e outras solicitações a respeito do capítulo constitucional destinado à Comunicação Social.

Mesmo sendo apenas um órgão auxiliar do Congresso Nacional, resistências articuladas pelos mesmos interesses vigentes à época da constituinte fez que a instalação do conselho ocorresse apenas 11 anos mais tarde, em 2002. Ele funcionou durante quatro anos e ficou inativo de dezembro de 2006 até julho de 2012, quando foi reinstalado, porém “de forma polêmica e com uma composição distorcida que favorece inequivocamente à representação empresarial”, como relata Venício A. de Lima (pg. 31). Tal fato causou divulgação de notas públicas de protesto da Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e o Direito à

Comunicação com Participação Popular (FRENTECOM) e do Fórum Nacional Pela Democratização da Comunicação (FNDC).

Por paralelismo, houve várias iniciativas para a criação de conselhos de comunicação em nível estadual, inspirados no art. 224 da Carta Maior¹².

2.2.6. A Lei de Imprensa e a ADPF 130

O Brasil já possuiu anteriormente uma legislação infraconstitucional regulando a comunicação social. Só que seu propósito não foi o de proporcionar a pluralidade de opiniões, a ética e à educação.

A Lei de Imprensa (Lei 5.250/1967) foi editada em consonância com a Constituição de 1969, a qual foi outorgada durante a ditadura militar. A referida lei regulava a liberdade de manifestação de pensamento e informação, estabelecia abusos no exercício da liberdade de manifestação de pensamento e de informação, fixou parâmetros para o direito de resposta e a responsabilidade civil e penal no exercício de liberdade de imprensa e informação¹³.

Assim, essa lei visava a manutenção do regime ditatorial, estabelecendo formas de censura ao impor medo, estabelecendo uma munição em forma de lei para que o governo pudesse perseguir aqueles que manifestassem opiniões que desagradassem o sistema.

Assim, diante da sua assincronia com a Constituição Democrática promulgada em 1988, o Congresso Nacional, através da Arguição de Descumprimento Fundamental nº 130, declarou que a Lei de Imprensa não foi recepcionada pela Constituição de 1988. Pois, conforme explica o mencionado julgado:

“A Constituição reservou à imprensa todo um bloco normativo, com o apropriado nome "Da Comunicação Social" (capítulo V do título VIII) . A imprensa como plexo ou conjunto de "atividades" ganha a dimensão de instituição-ideia, de modo a poder influenciar cada pessoa de per se e até mesmo formar o que se convencionou chamar de opinião pública. Pelo que ela, Constituição, destinou à imprensa o direito de controlar e revelar as coisas respeitantes à vida do Estado e da própria sociedade. A imprensa

¹² LIMA, Venício A. de. Conselhos de comunicação social: a interdição de um instrumento de democracia participativa. Brasília: FNDC, 2013.

¹³ MAGALHÃES, Camila Baptista de Carvalho Dorna. Brasília: IDP/ EDB, 2012. 56f.- Monografia (Especialização). Instituto Brasiliense de Direito Público. pg. 10

como alternativa à explicação ou versão estatal de tudo que possa repercutir no seio da sociedade e como garantido espaço de irrupção do pensamento crítico em qualquer situação ou contingência. Entendendo-se por pensamento crítico o que, plenamente comprometido com a verdade ou essência das coisas, se dota de potencial emancipatório de mentes e espíritos. O corpo normativo da Constituição brasileira sinonimiza liberdade de informação jornalística e liberdade de imprensa, rechaçante de qualquer censura prévia a um direito que é signo e penhor da mais encarecida dignidade da pessoa humana, assim como do mais evoluído estado de civilização.”¹⁴

Sem dúvidas foi necessário que a Lei de Imprensa fosse revogada, uma vez que feria liberdades e direitos constitucionais. Por outro lado, deveria ter se editado uma nova lei que a substituísse, no sentido de efetivar e regulamentar a comunicação social da forma como estabelece a constituição de 1988.

¹⁴ADPF 130, Rel. Min. Ayres Britto, julgamento em 30-04-2009, Plenário, DJE e 6-11-2009)

3. O CONTEXTO HISTÓRICO E REGULAÇÃO DA MÍDIA NO MUNDO

Como forma de contextualizar a temática da regulação, para se ter uma visão mais ampla do tema, se faz necessário verificar como ela se dá a regulação em outros países do mundo. Nesse sentido, tentamos demonstrar que o não se trata de um fenômeno isolado do Equador ou de países com determinadas características culturais, formas de governos ou ideologias específicas. Na verdade, a regra mundial é a existência de mecanismos regulamentadores, e não a exceção.

Desta feita, neste capítulo, inicialmente será demonstrado o contexto do direito do status do direito à comunicação e da sua regulamentação no âmbito mundial. Após, será demonstrados como ocorre a regulação em diferentes países, tendo sido escolhidos alguns pela sua variedade de formas e contextos São eles os Estados Unidos, a Venezuela, a Argentina e o Reino Unido.

3.1. O contexto histórico mundial recente do direito à comunicação

A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 consagrou em seu artigo 19 a liberdade de opinião, estabelecendo que este direito inclui “a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios, independentemente de fronteiras”. No entanto, conforme Romel Jurado Vargas¹⁵, apenas no final dos anos 60 foi que surgiu o conceito do direito a comunicação como uma busca para gerir os problemas da comunicação, o que seria um novo direito humano, mais amplo que aquele estabelecido pela Declaração. Tal demanda formou diversas propostas reivindicativas que formou o Movimento dos Países Não Alinhados nos foros da Organização das Nações Unidas e na UNESCO, sustentada especialmente na necessidade de desenvolver soluções jurídicas aos problemas sócio-estruturais da comunicação.

Em outros termos, o foco inicial de tais iniciativas foi buscar mecanismos para evitar que os veículos de comunicação ameacem as culturas dos países de terceiro mundo através da imposição cultural dos países desenvolvidos, consequentemente

¹⁵ VARGAS, Romel Jurado. Derecho a La comunicación en Ecuador: Avances, dificultades y expectativas. P. 1-3

aumentando a dependência e destruindo tais culturas. Diante de tal problemática, acadêmicos e intelectuais buscaram definir uma Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação (NOMIC), proposta esta apresentada como complemento e projeção da Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI), declarado pela Assembleia das Nações Unidas em 1974, mediante aprovação da Carta dos Direitos e Deveres Econômicos dos Estados.

A UNESCO, em 1977, criou a Comissão Internacional Sobre Problemas da Comunicação para elaborar um diagnóstico sobre os problemas da comunicação e definir quais medidas poderiam ser implementadas para uma nova ordem mundial da informação e da comunicação. A comissão foi presidida por Sean MacBride, e ao seu final apresentou um informe que delimitou conceitualmente o conteúdo jurídico da noção do direito à comunicação. Entre as bandeiras levantadas no documento, estavam atualizar as pretensões emancipatórias e regulatórias do direito à comunicação, a ressignificação destes direitos, que deveriam se desenvolver de forma contra-hegemônica, protegendo os países de terceiro mundo da dominação cultural promovida pelos países de desenvolvidos por meio dos veículos de comunicação.

Em razão do informe, a UNESCO sofreu diversos ataques, especialmente do governo do presidente Reagan, sendo acusada de pôs risco às liberdades de informação e de imprensa, de promover a estatização da informação e dos veículos de comunicação e de estar atuando com comunista. Tais críticas encontraram eco nas vozes de empresas de comunicação do mundo inteiro. A UNESCO então cancelou as discussões sobre o NOMIC e o direito à comunicação. Assim, a partir de 1987, substituiu oficialmente toda a referência ao NOMIC pela Nova Estratégia de Informação e Comunicação (NEIC), que se baseava na implantação de programas desenvolvimentistas que acentuavam a dependências dos veículos de comunicação dos países de Terceiro Mundo e ignoravam os problemas estruturais da comunicação, como forma de agradar os críticos, em especial os norte-americanos.

Na Cúpula Mundial da Sociedade da Informação convocada pela UIT (2003 em Genebra e 2005 na Tunísia), diversas organizações da sociedade civil tentaram incluir em suas deliberações a discussão do direito da comunicação. Na ocasião,

promoveram a ideia de que é preciso separar o direito à comunicação do direito a comunicar, o qual gera muita resistência para reintroduzir o tema nas discussões oficiais.

Finalmente, o Foro Social Mundial, a partir de 2006, tornou-se a nova sede do debate sobre os direitos da comunicação a nível global, sendo que as reflexões alimentadas por este Foro reativou a discussão em países como Argentina, Uruguai, Paraguai e Venezuela, o que culminou em processos de reforma e criação de leis para redefinir as relações entre a mídia, o estado e a sociedade, a distribuições das frequências de rádio e televisão, o acesso a tecnologias da informação, entre outros assuntos.

3.2. A regulação da mídia em diversos países

3.2.1. Estados Unidos

Ao contrário do que muitos podem pensar, por ser os Estados Unidos visto como um modelo para os liberais econômicos, até mesmo neste país existem leis de regulação midiática, o que demonstra que a regulação da mídia não vai de encontro aos idéias de liberdade de expressão e democracia. Neste país, a regulação é econômica, não havendo controle estatal sobre o conteúdo.

A regulamentação da mídia nos EUA é feita por diferentes dispositivos legais, não existindo uma lei de imprensa. A regulação da telecomunicações (rádio, TV aberta e a cabo, internet e telefonia móvel e fixa) é responsabilidade da *Federal Communications Commission – FCC*, que pode ser traduzido como “Comissão Federal de Comunicações”. Trata-se de uma agência independente do governo criada em 1934 que tem como principal função a regulação das questões econômicas, sendo responsável pela outorga das concessões.

Nos EUA, também é vedada a propriedade cruzada dos meios de comunicação, ou seja, uma mesma empresa não pode ser proprietária de mais de um veículo de natureza distinta numa mesma cidade (um jornal e uma estação de TV, por exemplo). Também há limitações quanto a número de estações de TV e rádio

que uma mesma empresa pode controlar em determinado mercado, que varia conforme o tamanho de mercado, e visa impedir que um mesmo grupo tenha o monopólio da audiência em uma única localidade¹⁶.

Em relação ao conteúdo, entende-se no país que a opinião pública e o livre mercado é quem deve regula-lo. Mesmo assim, a FCC atua em cass de abusos, por exemplo, se forem descumpridas regras como a que príba a exibição de cenas indecentes na televisão. Outra regra estabelece que os canais de TV contenham pelo menos três horas semanais de programas infantis educativos.

A FCC presta contas periodicamente ao Congresso Nacional, que acompanha a situação. Também se admite controle do Judiciário.

Já em relação à mídia impressa, a ideia é que a regulação parta do livre mercado e da opinião pública. No entanto, admite-se também o controle judicial, que é acionado caso alguém se sinta lesado.

3.2.2. Venezuela

A regulação da mídia na Venezuela se dá por meio da Lei de Responsabilidade Social em Rádio e Televisão – Resorte. Ela entrou em vigor em 2005, três anos após o golpe apoiado pela mídia que tirou Hugo Chávez.

De acordo com a lei, o Estado decide se renova ou não as concessões de rádio e de televisão, e o tempo máximo de cada período é de 15 anos. A lei também veda a hereditariedade no setor. A lei ainda proíbe a transmissão de eventos ao vivo que possam incitar a violência e a desordem pública, sendo que a decisão sobre esses riscos é feita por uma comissão do governo, sem participação da população ou de representantes da mídia.

Em 2010, a Lei Resorte foi reformada, passando e abranger também a internet. Entre outras medidas, passou a prever punição para o provedor de internet

¹⁶ BANDEIRA, Luiza; CORRÊA, Alessandra; CARMO, Marcia; JARDIM, Claudia. Como funciona a regulação de mídia em outros países? **BBC News Brasil**, São Paulo, 01 de dez. de 2014. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/12/141128_midia_paises_lab> Acesso em: 24 set. 2019

ou página que não restrinja “sem demora” o acesso a mensagens que incitem o ódio.

A violação da referida lei é unida com sanções como a suspensão do sinal por 72 horas e, em caso de reincidência, a concessão pode ser revogada. A lei também prevê que 50% da programação é reservada a produções nacionais¹⁷.

3.2.3. Argentina

Na Argentina, foi aprovada, em 2009, a chamada Lei dos Meios, que define regras para emissoras de TV e rádio. Seus objetivos são a regulação dos serviços de comunicação e o desenvolvimento de mecanismos destinados à promoção, desconcentração, fomento da concorrência, com o intuito de tornar a comunicação mais barata, democrática e universal.

Assim como no caso do Equador, a lei argentina surgiu em um contexto de grande conflito entre o governo e a mídia. Os governistas defendiam a necessidade de criação da lei sob o argumento de que a comunicação é um direito humano e que é necessário o fim dos monopólios dos veículos de comunicação para garantir a pluralidade de vozes.

A lei fixa limite de licenças e área de atuação do setor por cada pessoas que assuma o investimento. Estabelece também que prestadores de serviço de TV por assinatura não podem ser titulares de mais de um serviço de TV numa mesma região. Além disso, estabelece limites de alcance de audiência para TV a cabo e emissoras privadas, enquanto prevê que a TV pública tem alcance nacional.

Em relação ao conteúdo, a lei define que os canais abertos de TV devem emitir, no mínimo, 60% de produção nacional, 30% de produção própria que inclua noticiários locais e, nas cidades com mais de 1,5 milhões de habitantes, pelo menos 30% de produção local independente.

Opositores ao governo e as empresas de mídia rechaçaram a lei por considerar que ela atentaria o direito adquirido, a propriedade privada e a liberdade

¹⁷ Ibidem

de expressão. No entanto, a Suprema Corte de Justiça do país considerou que a lei é constitucional.¹⁸

3.2.4. Reino Unido

A nova legislação que regula a mídia, voltada para jornais e revistas (além desta, já há a antiga regulação para TV's e rádio), no Reino Unido seu deu em meio a polêmicas. Seu ponto de partida foi um escândalo de escutas ilegais que estavam sendo feitas por tablóides britânicos, investigado por uma comissão judicial em 2011. Em um dos casos, um jornal hackeou o telefone de uma estudante assassinada e apagou mensagens da caixa eletrônica, o que teria dado à polícia e à família esperanças de que ela pudesse estar viva.

Um dos desdobramentos da investigação foi a criação do Press Recognition Panel, um painel que supervisiona um órgão de autorregulação e pode aplicar multas de até 4 milhões de libras às publicações, impor direito de resposta e correções a jornais, revistas e veículos online. Embora a filiação dos veículos ao sistema seja, em teoria, facultativa, na prática a lei oferece sanções para os que não aderirem.¹⁹

¹⁸ Ibidem

¹⁹ Ibidem

4. CONTEXTO SÓCIO-POLÍTICO DO EQUADOR QUE PRECEDEU A APROVAÇÃO DA LEI ORGÂNICA DE COMUNICAÇÃO

4.1. A Constituição Equatoriana de 2008

Quando da aprovação da Lei da Comunicação em 2013, recentemente, em 2008, havia sido aprovada uma nova Constituição Federal do Equador, mediante consulta popular. Ela inovou em importantes pontos na matéria de comunicação em relação à constituição anterior. Enquanto esta se baseava em padrões liberais e trazia tais direitos num sentido da primeira geração dos direitos humanos, ou seja, que defendia que a efetivação do direito consistia na abstenção estatal, a nova Carta Magna trouxe em seu texto uma seção que estabelecem os direitos da comunicação e informação que de uma maneira mais garantista, ou seja, na qual o Estado possui o dever positivo de efetivar tais direitos através de ações do Poder Público,

Além disso, a Constituição de 2008 tem como traço marcante uma racionalidade sistêmica no setor público, ou seja, no qual as políticas públicas de diversos setores se conectam entre si, sendo pensados de forma interdependente, Nesse sentido, cria, em seu Art. 384, o Sistema de Comunicação Social, o qual é formado por instituições públicas e organizações privadas e comunitárias do setor que participam voluntariamente, tendo como finalidade assegurar o exercício dos direitos da comunicação e definir as políticas públicas que o tornarão possível.

Ademais, as notas transitórias da Constituição de 2008 determinam que os membros da Assembleia Nacional legislativa devem aprovar a Lei de Comunicação em um prazo de 360 dias contados a partir da data de vigência do novo texto constitucional²⁰.

4.2. Legislação vigente á época da promulgação Da Lei Orgânica De Comunicação

²⁰ VARGAS, Romel Jurado. **Derecho a La comunicación en Ecuador: Avances, dificultades y expectativas**. In: Informe de Derechos Humanos. Programa Andino de Derechos Humanos. Quito: Universidad Simón Bolívar, 2009.

Anteriormente à aprovação da Lei da Comunicação, existiam no Equador legislações esparsas que tratavam o tema de forma fragmentada. A partir da década de 70, diversas leis regularam elementos da comunicação, como no Código Penal, na Lei do Exercício Profissional do Jornalista, na Lei de Radiodifusão e Televisão e em regulamentos que recaem sobre atos de jornalistas e dos meios de comunicação, estabelecendo consequências jurídicas.

Nas leis de telecomunicações e de radiodifusão e televisão, se regulam principalmente os aspectos ligados às tecnologias e ao mercado da comunicação e estabelecem uma estrutura institucional dependente do poder executivo para a gestão do setor. A Lei de Telecomunicações foi promulgada em 1992 dentro de um contexto de liberalismo econômico, de forma que ela projeta uma visão mercantilista das comunicações. Nesse sentido, em tais leis não falam em serviços públicos e cidadãos destinatários, mas em empresas provedoras de serviços de telecomunicações e seus consumidores.

Por sua vez, a Lei de Radiodifusão e Televisão foi promulgada durante uma ditadura militar, mediante decreto supremo em 1975, que embora tenha passado por reformas parciais significativas em seu texto, mantém em sua essência o controle dos atores do setor, uma forma centralizada, hierarquizada e pouco participativa, sem mecanismos de controle e dependente do Poder Executivo e uma compreensão do rádio e da televisão como atividades comerciais.

Em outro sentido, a Lei de Transparência e Acesso à Informação Pública traçou definições sobre o que é informação pública e quem são considerados produtores e curadores da informação. Assim, seu foco foi possibilitar aos cidadãos terem acesso às informações públicas e o procedimento que devem fazer para obterem esse acesso²¹. Nesse sentido, a legislação em muito se assemelha com a Lei de Acesso à Informação brasileira (Lei nº 12.527/2011), que regulamenta o direito estabelecido constitucionalmente e possibilita que qualquer pessoa, física ou jurídica, sem apresentar motivo, receba informações públicas de órgãos e entidades mediante requerimento simples²².

²¹ Ibidem

²² BRASIL. Lei nº 12.527/11. **Lei de acesso à informação**. Brasília, 18 nov. 2011.

4.3. Sobre o presidente Rafael Correa

Para se entender as motivações e o contexto que ensejaram a promulgação da Lei Orgânica de Comunicação, se faz necessário entender o posicionamento do presidente Rafael Correa, posto que tanto a Constituição de 2008 quanto a Lei de Comunicação foram promulgadas sob o seu governo, o qual se autodenominou “Revolução Cidadã”.

Desde as eleições e no início do governo de Rafael Correa, este mantinha uma relação permanente de confronto com diversos jornalistas e grandes veículos de comunicação, um dos traços mais marcantes do seu governo. Frequentemente, Rafael Correa trata do tema da comunicação, buscando desconstruir o discurso da mídia.

Desde o começo do seu primeiro mandato, Correa promoveu ações de grande aceitação popular, ao passo que os meios de comunicação mantinham um discurso crítico ao presidente. Nesse contexto, Correa frequentemente tratava os veículos de mídia e jornalistas como seus opositores políticos.

Em discurso na sua segunda posse, em 2009, como resultado da eleição convocada após a aprovação da Constituição, declarou que o seu maior adversário nos 31 meses em que estava no poder vinha sendo “uma imprensa com um claro papel político, ainda que sem nenhuma legitimidade democrática. Eles manifestam que estamos contra a imprensa crítica. Estão equivocados: estamos contra a imprensa medíocre e corrupta” (CORREA, 10-08-2009, p.42). Quando reeleito em 2013, repetiu um bordão que já havia utilizado na posse anterior: “enquanto uma imprensa livre e independente é vital para uma democracia, a imprensa irresponsável e prisioneira de seus próprios interesses é nefasta para essa mesma democracia” (Ibidem). E para o presidente, não apenas em seu país, mas na América Latina, “com as honrosas exceções de sempre, a imprensa é má, muito má” (CORREA, 24-05-2013, p.27).²³

Nesse cenário, Correa tomou várias medidas que enfraqueceram a mídia tradicional. Por exemplo, ele criou meios de comunicação governamentais, como o *El Ciudadano*, e meios públicos, como o *Ecuador TV*, *Radio Publica Del Ecuador (RPE)*, *Agencia Publica de Noticias Ecuador y Sudamerica (Andes)*. Por sua vez, em

²³ PASSOS, Ana Maria Simões. **Plurinacionalidade e interculturalidade na regulação da mídia: o caso do Equador**. Dissertação (Mestrado em comunicação) – Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas – CEPPAC, Universidade de Brasília. Brasília, 2016. p.127

2008 transformou em veículo público o jornal impresso *El Telégrafo*, o qual era o mais antigo jornal em circulação do país e que fora confiscado pelo Estado em 2002. Além disso, em 2008, a Agência de Garantia de Depósitos (AGD) confiscou as empresas de comunicação pertencentes a banqueiros que haviam lesado os cofres públicos na crise do feriado bancário, como: os canais de televisão *TC Televisión*, *Gamavisión* e *Cablenoticias*; as emissoras de rádio *El Agro* e *La Onda*; e as revistas *Carrusel* e *Super K*, os quais passaram a ser administrados pelo Estado. O objetivo de Correa teria sido balancear o poder dos meios privados, uma vez que o único meio estatal era a Rádio Nacional que possuía baixíssima audiência e tinha poucos recursos.

Além disso, Correa possuía um programa semanal de prestação de contas intitulado *Enlace Ciudadano*, no qual são realizadas sabatinas transmitidas ao vivo, cada semana em uma diferente cidade e por emissoras de rádio e televisão que quiserem transmitir.

Muitas vezes Correa se dirige ao local em bicicleta acompanhado de uma comitiva. A população pode assistir à transmissão ao vivo, mas não há um espaço de interação com o presidente durante o programa. O enlace sempre começa com uma descrição detalhada da agenda de trabalho do presidente. Depois Correa geralmente dá informações sobre projetos que estão sendo pensados ou em andamento no país. Nessa sessão costuma convidar ministros ou secretários responsáveis pelo projeto em questão. Não são raras broncas públicas em caso de atraso ou de algo que tenha saído diferente do planejado. Um quadro do programa, intitulado “A liberdade de expressão já é de todos”, é dedicado a rebater as críticas ao governo ou denúncias publicadas nos meios de comunicação. O presidente usa um tom implacável contra os adversários. São comuns termos como “prensa corrupta”, “vendepatrias”, “pelucones” e “sicarios de tinta”²⁴.

Como forma de responder as críticas a seu governo, Correa criou um aparato de monitoramento dos veículos, e respondia a todos os seus questionamentos. Adotou uma postura incisiva e agressiva, o que é reconhecido inclusive por apoiadores do seu governo. Em um episódio, o presidente rasgou um jornal publicamente em uma transmissão de prestação de contas. De 2001 até maio de 2015, ele rasgou exemplares de jornais sete vezes em suas sabatinas, segundo monitoramento do *Fundamedios*. Em entrevista coletiva realizada em junho de 2009,

²⁴Ibidem. p. 130

ele chamou uma repórter do jornal *El Universo* que insistia em perguntar sobre a política do governo para o petróleo de “*gordita horrorosa*”.

Mereceu destaque internacional uma série de processos de Rafael Correa contra veículos de comunicação e jornalistas. Um dos de maior repercussão teve como origem briga com o ex-editor de opinião do jornal *El Universo* Emilio Palacio. Correa o processou por conta da publicação de um editorial que o apontava como o culpado pelas mortes do episódio 30-S, no qual forças militares se revoltaram no país. Correa, ao tentar resolver a crise, ficou detido por horas em hospital militar, até ser resgatado por forças leais ao governo. Com isso, apoiadores do presidente foram às ruas e, em confronto com policiais e opositores, 10 pessoas morreram. O governo e a comunidade internacional entenderam o movimento como uma tentativa de golpe de estado, enquanto que a oposição interpretou com uma simples rebelião, da qual Correa teria feito uso político. Jornais do mundo inteiro republicaram o editorial de Emilio Palacio, em forma de apoio. Diante do processo movido por Correa em face de Palacio em virtude do episódio narrado, representantes da imprensa e de jornalistas levaram o caso à Corte Interamericana de Direitos Humanos, sob a acusação de que ele estaria ferindo a liberdade de expressão.

O presidente Rafael Correa criou ainda uma lista de veículos de comunicação, considerados por ele de mercantilistas, para os quais proibiu ministro e secretários do governo de darem entrevistas. Nesse cenário, a Fundamedios ingressou com uma Ação de Proteção Constitucional, alegando que tal cerceamento afetava o direito ao acesso à informação dos cidadãos. Correa também restringiu a publicidade oficial nos meios de comunicação privados, o que, se representou uma economia para os cofres públicos, prejudicava os veículos, os quais tem como boa parte de sua receita as verbas provenientes dessa fonte. Conforme a Fundamedios, o governo é o maior anunciante de publicidade do país, tendo gastado 85 milhões de dólares nesse setor em 2011, contra 16 milhões em gastos com publicidade por parte da maior empresa privada²⁵.

É possível traçar um paralelo dos cortes de Correa na publicidade com as declarações feitas por Jair Bolsonaro logo após ser eleito presidente do Brasil, em

²⁵ Ibidem. p.135

fins de outubro de 2008. Ele acusou o jornal “A Folha de S. Paulo” de publicar notícias falsas sobre ele, mencionando como exemplo reportagem que denunciava a existência de uma funcionária fantasma em seu gabinete, enquanto era deputado federal²⁶, e disse que ia cortar verbas de propaganda oficial de veículos jornalísticos que, na visão dele, “mentissem descaradamente”.²⁷

Os jornalistas norte-americanos Steven Levitsky e Daniel Ziblatt debruçaram-se sobre o tema do enfraquecimento dos regimes democráticos na atualidade, e dentre as quatro características que enumeram entre os principais indicadores de um governo autoritário está a propensão a restringir liberdades civis de oponente, inclusive a mídia. A exemplo, citam o apoio a leis ou políticas que restrinjam liberdades civis, como expansões de leis de calúnia e difamação ou leis que restrinjam protestos e críticas ao governo; e ameaças de tomar medidas legais ou outras ações punitivas contra seus críticos em partidos rivais, na sociedade civil ou na mídia. Eles destacam que um político que se enquadre mesmo em apenas um desses critérios é motivo de preocupação. E que, na América Latina, todos os quinze presidentes eleitos na Bolívia, no Equador, no Peru e na Venezuela entre 1900 e 2012 eram *outsiders populistas* (definidos como políticos *antiestablishment*, que se classificam como a voz do povo e que “o sistema não seria uma democracia de verdade, mas algo que foi sequestrado, corrompido ou fraudulentamente manipulado pela elite” e “promete sepultar essa elite e devolver o poder ‘ao povo’”), e que cinco deles enfraqueceram instituições democráticas. Assim, colocam Rafael Correa lado a lado com Hugo Chávez, Evo Morales, Lucio Gutiérrez, Alberto Fujimori e Donald Trump.

Nessa linha, Correa caracterizou a mídia como “inimiga política ameaçadora” que “tem que ser derrotada”. Quando o público passa a compartilhar da opinião de que a mídia está espalhando mentiras, é muito mais simples justificar as ações empreendidas contra eles.²⁸

²⁶ Conhecida como “mulher do açaí”, a funcionária foi flagrada vendendo açaí em um pequeno comércio em Angra dos Reis, em horário que supostamente deveria estar em expediente na Câmara.

²⁷ BOLSONARO volta a fazer ameaças a veículos de imprensa. **O Globo**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-volta-fazer-ameacas-veiculos-de-imprensa-23197677>>

Acesso em: 30 out. 2019

²⁸ LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

5. A LEI ORGÂNICA DE COMUNICAÇÃO

Após a ampla discussão em todo o país, a apresentação de quatro projetos de lei distintos e realização de consulta popular na qual os cidadãos foram ouvidos sobre temas relacionados à comunicação, em 25 de março de 2013 foi publicada a Lei Orgânica de Comunicação do Equador.

A legislação aprovada possui 119 artigos, 26 disposições transitórias, 6 reformatórias e duas derogatórias, e traz, como seu objeto principal, conforme exposto em seu primeiro artigo, *“desarrollar, proteger y regular, en el ámbito administrativo, el ejercicio de los derechos a la comunicación establecidos constitucionalmente”*²⁹.

Por tratar-se de lei bastante extensa e abrangente, trata-se, aqui, de uma proposta ambiciosa ao tentar analisá-la como um todo neste trabalho. Portanto, não será possível uma análise aprofundada de todos os artigos que a compõem; para além disso, será feita uma análise buscando captar o espírito da lei, pontos que merecem destaque, tanto negativos quanto positivos, analisando os aspectos predominantes e que a caracterizam.

5.1. Princípios e direitos

Na questão principiológica, a lei orgânica definiu as normas mínimas deontológicas pelas quais devem se pautar os veículos de comunicação, dividindo em três grupos: referentes à dignidade da pessoa humana, aos grupos de atenção prioritária, ao exercício profissional e às práticas dos meios de comunicação social (art. 10).

Entre as normas referentes à dignidade da pessoa humana, está o respeito à honra e à reputação das pessoas, a vedação à discriminação e respeito à intimidade. Em relação aos grupos de atenção prioritária, destaca-se a proteção à dignidade das pessoas com graves patologias e incapacidades físicas ou psíquicas e a abstenção de veicular imagens ou menções que identifiquem crianças e adolescentes como autores, testemunhas ou vítimas de atos ilícitos.

²⁹ Em tradução livre: “desenvolver, proteger e regular, no âmbito administrativo, o exercício dos direitos da comunicação estabelecidos constitucionalmente”.

Já entre as referentes ao exercício profissional, está o dever de verificação, oportunidade e contextualização, obtenção da informação por meios lícitos, evitar tratamento mórbido a notícias sobre crimes, acidentes e catástrofes, direito à cláusula de consciência, vedação à censura, não aceitação de pressões externas, sigilo da fonte e segredo profissionais, e a vedação de que o jornalista se utilize de sua condição para obter benefícios pessoais ou utilizar informação privilegiada em proveito próprio.

Por fim, em relação às práticas dos meios de comunicação, está o respeito à liberdade de expressão, o dever de retificação de informações falsas ou errôneas, direito à presunção de inocência, abster-se de publicar publicidade como se fosse material informativo, cuidar para que os títulos sejam coerentes com o conteúdo, distinguir notícias de opiniões, distinguir o material informativo, o editorial e o comercial ou publicitário, evitar difundir de forma positiva ou valorativa condutas irresponsáveis com o meio ambiente, assumir a responsabilidade da informação e das opiniões que difundam abster-se de fazer linchamento midiático.

O descumprimento de tais princípios poderá ser denunciado por qualquer cidadão ou organização ante a Superintendência de Informação e Comunicação.

A figura do linchamento midiático na LOC foi alvo de muitas críticas, não só pela sua natureza, mas também por ter sido introduzida de última hora, sem debate anterior. Os movimentos sociais consideram que, apesar de tratar-se de um problema de fato existente, é necessário que seja bem definido e esclarecido para que não coíba o jornalismo investigativo. De acordo com Gómez, a figura do linchamento midiático ameaça a investigação em casos de corrupção ou quaisquer pautas que afetem autoridades ou funcionários públicos, mesmo se tratando de informação correta e de relevante interesse público³⁰.

Como forma de promover a participação da multiplicidade de vozes, a lei traz o princípio da ação afirmativa (art. 11), o qual prevê que as autoridades competentes

³⁰ GÓMES apud PASSOS, Ana Maria Simões. **Plurinacionalidade e interculturalidade na regulação da mídia: o caso do Equador**. Dissertação (Mestrado em comunicação) – Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas – CEPPAC, Universidade de Brasília. Brasília, 2016. p. 146

devem adotar políticas públicas para garantir o exercício dos direitos à comunicação dos grupos humanos em situação de desigualdade.

Conforme o princípio da democratização da comunicação e da informação (art. 12), os servidores e autoridades públicas devem propiciar condições materiais, jurídicas e políticas para alcançar e aprofundar a democratização da propriedade e acesso aos meios de comunicação. Por sua vez, o princípio da participação (art. 13) prevê que as autoridades e servidores devem facilitar a participação dos cidadãos nos processos de comunicação.

Outro princípio norteador da lei é o da interculturalidade e plurinacionalidade (art. 14), que dispõe que o Estado deverá prever políticas públicas para garantir a relação intercultural entre as comunas, comunidades, povos e nacionalidades, a fim de que produzam e difundam conteúdos que reflitam sua cosmovisão, cultura, tradições, conhecimentos e saberes em sua própria língua, com a finalidade de promover uma comunicação intercultural que valorize e respeite a diversidade que caracteriza o povo equatoriano.

O princípio do interesse superior das crianças e adolescentes (art. 15) prevê a priorização do exercício dos direitos à comunicação desse segmento. Por fim, o princípio da transparência (art. 16) dispõe que os meios de comunicação social difundirão suas políticas editoriais e informativas e seu código deontológico em portais na internet ou em um instrumento à disposição do público.

5.2. Direitos à comunicação

Com relação aos direitos à comunicação, o legislador dividiu em quatro seções: direitos de liberdade, direitos de igualdade e interculturalidade e direitos dos comunicadores.

São os direitos à liberdade elencados: o direito à liberdade de expressão e opinião; proibição da censura prévia, sendo considerada censura a omissão deliberada e recorrente da difusão de temas de interesse público; responsabilidade ulterior das pessoas responsáveis e dos meios de comunicação por eventuais danos

causados; responsabilidade solidária dos meios de comunicação; direito a receber a informação de relevância pública e veraz, devendo ser ela verificada, contrastada, precisa e contextualizada, sendo considerada contrastação a publicação, de forma equilibrada, dos atores envolvidos no fato noticiado, precisão, a divulgação de dados quantitativos e qualitativos, contextualização, os antecedentes do fato e as pessoas que dele fazem parte; direito à retificação para aqueles que sentirem-se prejudicados por dados errôneos publicados sobre eles; direito a réplica gratuita, no mesmo espaço, página e seção ou no mesmo programa num prazo não maior que 72 h após a solicitação; posição dos meios sobre assuntos judiciais, devendo abster-se de tomar posição institucional sobre inocência ou culpabilidade das pessoas sob investigação ou que respondem a processo penal; proibição do linchamento midiático, que constitui a produção de forma centrada e publicada reiteradamente com o propósito de desprestigiar pessoa física ou jurídica; equidade na publicação de casos judiciais, estando os veículos obrigados a publicarem, em igualdade de condições, as versões e argumentos das partes envolvidas; cópia dos programas ou impresso, que podem ser solicitadas, mediante fundamentação, por cidadãos que se sintam afetados por informações divulgadas; liberdade de informação, que engloba direito de todas as pessoas a receber, buscar, produzir e difundir informação por qualquer meio e canal; o estabelecimento da informação de circulação restrita, não podendo circular livremente informação protegida por cláusula de reserva legal, dados pessoais ou que provenham de comunicações sociais, informação produzida por fiscais e informação de crianças e adolescentes que violem seus direitos; direito à proteção das comunicações pessoais, que são invioláveis e sigilosas; e proteção ao direito integral das crianças e adolescentes.

A Declaração de Princípio sobre a Liberdade de Expressão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em seu princípio 7, considerou que condicionamentos prévios como veracidade, oportunidade ou imparcialidades por parte dos Estados não são compatíveis com o direito à liberdade de expressão reconhecido nos instrumentos internacionais. Isso porque tais exigências partiriam da premissa de que existe uma verdade única e inquestionável, o que afetaria o debate de ideias opiniões. Ademais, mesmo os fatos que podem ser submetido a prova, é possível a existência de várias versões. Assim, considera que o direito à

informação abarcaria toda a informação, inclusive a considerada errada, inoportuna ou incompleta, e defende que a sanção apenas seria possível em caso de divulgação de informação falsa com fins maliciosos³¹.

Em relação ao citado artigo 18, que considera censura prévia a omissão deliberada de assuntos de interesse público, abre um perigoso precedente ao não definir expressamente o que seriam “assuntos de interesse público”.

De fato, por se tratar a comunicação social de um serviço público, é dever dos veículos de comunicação publicar tudo o que corresponder ao interesse público. No entanto, a ampliação do conceito de censura a esse ponto é temerária, pois a definição do que seria um assunto de interesse público pode variar conforme opiniões pessoais, as políticas editoriais de um veículo e as escolhas diárias feitas nas redações, ao fechamento de cada edição, o espaço que cada assunto ou fato deve ocupar na transmissão ou no veículo impresso.

Por esse dispositivo, no entanto, poderia ser considerado censura prévia um determinado veículo deixar de divulgar um determinado assunto não por má-fé ou não corresponder aos seus interesse político-financeiros, mas por simplesmente considerar que aquele assunto não teria relevância o bastante e não valeria uma matéria jornalística. Assim, apesar de tal artigo parecer interessante à primeira vista, por evitar que determinados veículos não divulguem assuntos de interesse público por não corresponderem a seus interesses editoriais, a vagueza do que seria “assunto de interesse público” e sua subjetividade torna-se um precedente para que haja um forte controle estatal sobre o que seria de interesse público. Ele abre brechas, por exemplo, para que o governo exija a cobertura jornalística de cerimônias de inauguração de obras públicas ou de outras atividades relacionadas à propaganda governamental.³²

³¹PASSOS, Ana Maria Simões. **Plurinacionalidade e interculturalidade na regulação da mídia: o caso do Equador**. Dissertação (Mestrado em comunicação) – Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas – CEPPAC, Universidade de Brasília. Brasília, 2016.p. 145

³²PASSOS, Ana Maria Simões. **Plurinacionalidade e interculturalidade na regulação da mídia: o caso do Equador**. Dissertação (Mestrado em comunicação) – Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas – CEPPAC, Universidade de Brasília. Brasília, 2016.

Em consonância com o princípio da interculturalidade consagrado no art. 14 da lei, uma série de direitos à igualdade e interculturalidade foram reafirmados na lei. Englobam o direito à criação de meios e comunicação social para todas as pessoas em igualdade de oportunidade e condições (art. 33); o direito ao acesso a frequências a todas as pessoas em igualdade de condições (art. 34); direito ao acesso universal às tecnologias da informação e comunicação (art. 35); e o direito ao acesso das pessoas com incapacidades (art. 36). Além disso, assegura o direito à comunicação intercultural e plurinacional, de modo que os povos e nacionalidades indígenas, afroecuatorianas e montúbias³³ tem assegurado o direito a produzir e difundir, em sua própria língua, conteúdos que expressem e reflitam sua cosmovisão, cultura, tradições, conhecimentos e saberes, devendo todos os meios de comunicação concederem, pelo menos, 5% de sua produção diária a estes povos. *In verbis*:

“Art. 36.- Derecho a la comunicación intercultural y plurinacional.- Los pueblos y nacionalidades indígenas, afroecuatorianas y montubias tienen derecho a producir y difundir en su propia lengua, contenidos que expresen y reflejen su cosmovisión, cultura, tradiciones, conocimientos y saberes. Todos los medios de comunicación tienen el deber de difundir contenidos que expresen y reflejen la cosmovisión, cultura, tradiciones, conocimientos y saberes de los pueblos y nacionalidades indígenas, afroecuatorianas y montubias, por un espacio de 5% de su programación diaria, sin perjuicio de que por su propia iniciativa, los medios de comunicación amplíen este espacio. El Consejo de Regulación y Desarrollo de la Información y la Comunicación establecerá los mecanismos y la reglamentación para el cumplimiento de esta obligación. La falta de cumplimiento de este deber por parte de los medios de comunicación, será sancionada administrativamente por la Superintendencia de la Información y la Comunicación con la imposición de una multa equivalente al 10% de la facturación promediada de los últimos tres meses presentada en sus declaraciones al Servicio de Rentas Internas, sin perjuicio de que cumpla su suobligación de difundir estos contenidos.”

O Conaie (*Conferación de Nacionalidades Indígenas Del Ecuador*³⁴) e outras organizações indígenas viram com muito entusiasmo a redistribuição das frequências, sendo que esta era a sua reivindicação mais forte em relação ao tema, com vistas a combater o colonialismo cultural. Conforme a entidade, a repartição dos canais é uma reparação histórica que se deve cumprir com os povos que teriam sido

³³ Nome dado ao povo mestiço que habita a Zona Rural do litoral do Equador. Foram reconhecidos como etnia distinta pelo governo equatoriano em 2001, após protestos.

³⁴ Confederação das Nacionalidades Indígenas do Equador, em tradução livre

excluídos, humilhados e ofendidos por poderes fácticos ao longo da história. Assim, defende que devem ser criados espaços para que a cultura e tradição dos povos indígenas pudessem resistir à colonização e à homogeneização cultural causada pela globalização³⁵.

A lei ainda garante a participação cidadã, consistente no direito de as pessoas organizarem-se livremente a fim de discutir a gestão dos meios de comunicação e vigiar o pleno cumprimento dos direitos de comunicação por parte de qualquer veículo.

Por fim, chama a atenção o fato de lei ter se preocupado em dedicar uma seção aos direitos dos comunicadores. É assegurado aos comunicadores o direito à cláusula de consciência, ou seja, seu direito a atuar com independência no desempenho de suas funções, podendo negar-se, de maneira motivada, a realizar uma ordem contrária a Código de Ética e aos princípios éticos da profissão, bem como a subscrever um texto de que são autores quando houve sido modificado por um superior em contravenção ao Código de Ética e aos princípios éticos. Os profissionais também têm direito a tornar público seu desacordo com o meio de comunicação social através dele mesmo. Também é assegurado o direito do sigilo da fonte, sendo que a informação sobre a identidade de uma fonte obtida ilegal e forçadamente não terá valor jurídico. Também está resguardado o direito a manter segredo profissional.

A lei orgânica ainda prevê uma reserva de mercado para os profissionais da área, pois assegura o livre exercício da comunicação (art. 42) ao mesmo tempo em que determina que as atividades jornalísticas de caráter permanente devem ser exercidas por profissionais de jornalismo e comunicação, com exceção aos profissionais com espaços de opinião e especialistas em colunas especializadas. A regra não se aplica a pessoas que atuem em atividades jornalísticas nas línguas das nacionalidades e povos indígenas.

³⁵PASSOS, Ana Maria Simões. **Plurinacionalidade e interculturalidade na regulação da mídia: o caso do Equador**. Dissertação (Mestrado em comunicação) – Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas – CEPPAC, Universidade de Brasília. Brasília, 2016. p. 152

Esse ponto foi bastante criticado por organismos internacionais, que consideram que tal dispositivo vai de encontro à visão dos movimentos sociais pela democratização da comunicação no Equador, os quais defendem que a exigência do diploma feriria a liberdade de expressão, que deveria ser acessível a todos, e não apenas que tivessem formação específica³⁶. Conforme essa visa, o exercício da profissão de jornalista e a possibilidade de expressar-se através de veículos de comunicação em massa correspondem ao regular exercício do direito de liberdade de expressão, devendo, portanto, ser acessível a todos. Tal entendimento foi adotado no Brasil quando, no ano de 2009, o Supremo Tribunal Federal entendeu pela inconstitucionalidade da exigência do diploma para o exercício da profissão de jornalista. Para os ministros do STF, o art. 4º, inciso V do Decreto-lei 972/1969, baixado durante a ditadura militar, não fora recepcionado pela Constituição Federal de 1988, e que suas exigências feririam a liberdade de imprensa e seriam contrárias ao direito à livre manifestação do pensamento, inscrita no Art. 13 da Convenção Americana de Direitos Humanos, ou Pacto de São José da Costa Rica³⁷.

No entanto, cabe salientar que a liberdade de expressão não se confunde com a liberdade de imprensa. Conforme explicou Venício A. de Lima:

“Um dos temas mais difíceis no campos das comunicações é estabelecer as diferenças entre *liberdade de expressão* e *liberdade de imprensa*. A primeira se refere à liberdade individual e ao direito humano fundamental da palavra, da expressão. A segunda, à liberdade da “sociedade” e/ou de empresas comerciais – a *imprensa* ou a *mídia* – de tornar público o conteúdo que consideram “informação jornalística” e entretenimento.”³⁸

Não fere a liberdade de expressão exigir que, para trabalhar enquanto profissional de veículos de comunicação de massa, se tenha uma qualificação técnica, mesmo porque a função do jornalista é divulgar os fatos e suas diferentes versões, e não suas opiniões pessoais. A exigência de qualificação técnica mínima atende ao direito à informação de toda a sociedade.

³⁶PASSOS, Ana Maria Simões. **Plurinacionalidade e interculturalidade na regulação da mídia: o caso do Equador**. Dissertação (Mestrado em comunicação) – Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas – CEPPAC, Universidade de Brasília. Brasília, 2016.

³⁷ SUPREMO decide que é inconstitucional a exigência de diploma para o exercício do jornalismo. **Supremo Tribunal Federal**. Notícias do STF. Publicado em: 17 jun. 2009. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=109717>> Acesso em: 15 out. 2019.

³⁸ LIMA, Venício A. de. **Liberdade de expressão x liberdade de imprensa: direito à comunicação e democracia**. São Paulo: Editora Publisher Brasil, 2010. p. 21.

Ademais, os meios de comunicação de caráter nacional – sendo considerado aquele que alcança mais de 30% da população ou que sejam formados por uma matriz de seis ou mais repetidoras cuja cobertura alcance pelo menos duas regiões do país (art. 6º) - deverão adotar, para determinar o número dos seus profissionais, equidade e paridade entre homens e mulheres, interculturalidade, igualdade de oportunidade par pessoas com incapacidades e participação intergeracional (art. 43).

Quanto a esse ponto, são feitas críticas no sentido de que, apesar dos esforços envidados para incluir os diferentes segmentos sociais na mídia, nos órgãos reguladores do sistema de comunicação criado na lei, não houve previsão de representação dos diferentes povos e nacionalidade. Assim, não há vagas garantidas para participar dos órgãos de fiscalização e controle, como pedia projeto apresentado pelos movimentos sociais reunidos no Fórum da Comunicação³⁹.

Por fim, a lei elenca um rol de direitos laborais aos trabalhadores de comunicação, que envolve proteção pública em caso de ameaças derivada da atividade profissional, remuneração conforme o piso salarial e demais direitos laborais e de seguridade social, dever dos empregadores de prover s recursos econômicos, técnicos e materiais para o adequado exercício da profissão, concessão de recursos, meios e estímulos para a investigação de campo, desenvolvimento profissional, capacitação técnica e todos os demais direitos previstos na constituição equatoriana e demais lei do país.

Mesmo apresentando um rol de direitos para os jornalistas e comunicadores que, à primeira vista, parecem benéfico para esses profissionais, boa parte deles criticam a legislação, por considerá-la restritiva ao exercício da liberdade de expressão. Em uma pesquisa realizada pela Pontifícia Universidade Católica do Equador com 50 jornalistas, acadêmicos e profissionais da comunicação, 94% dos participantes consideraram que existe uma restrição da liberdade de expressão, manifestando que as principais causas para que existam a limitação são a regulação

³⁹ PASSOS, Ana Maria Simões. **Plurinacionalidade e interculturalidade na regulação da mídia: o caso do Equador**. Dissertação (Mestrado em comunicação) – Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas – CEPPAC, Universidade de Brasília. Brasília, 2016. p. 170

dos conteúdos, a falta de acesso adequado à informação e a existência de um órgão de regulação e controle. Assim, manifestaram que há uma ordem de importância dos temas tratados na LOC, estando entre os mais importantes o estabelecimento de sanções e regulação do exercício dos meios de comunicação, e apenas ao fim da ordem de prioridades, a efetivação das garantias constitucionais referentes ao direito à liberdade de expressão⁴⁰.

Revelo, por sua vez, apresentou uma visão mais otimista para os profissionais de comunicação, considerando que os produtores audiovisuais são fortalecidos pela LOC, que dão a possibilidade para que eles criem modos e estilos para atingir suas finalidades.

“Esta Ley fomenta la participación ciudadana como la promotora en la construcción de un nuevo lenguaje comunicacional informativo-periodístico, basada en el compromiso y solidaridad estableciendo verdaderos cauces de participación a lo largo de todo del proceso comunicativo. Los productores audiovisuales están fortalecidos con esta ley, tienen la posibilidad de crear y recrear formas y estilos para involucrar activamente al espectador para sus fines, esta ley pretende que los medios de comunicación social dejen de ser “utilitarios” o “instrumentos de manipulación” de grandes grupos de poder que “aboban e idiotizan”, que imponen a través de sus mensajes nuevos comportamientos y estilos de vida a la población; que los grandes medios dejen de mirar “peyorativamente a las masas”. Se sabe que estos medios son industrias culturales que construyen una mirada del mundo desde sus escenarios y sus propias producciones, recrean actores y contenidos emocionalmente y en serie. Estos medios ofrecen espacios públicos desde lo urbano y cotidiano que son propios de sociedades modernas capitalistas que incitan al consumo.”^{41 42}

⁴⁰ PONTIFICIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO EQUADOR apud CEDEÑO-BRAVO, Mario J.; SABANDO-DELGADO, RosaM.; VÉLEZ-TRIVIÑO, Yina. **Análisis Del impacto de La Ley Orgánica de Comunicación a partir de los artículos publicados sobre El tema**. Domino de las ciencias , local, vol. 4, num. 1, p. 523-534, jan. 2017

⁴¹ REVELO, J. apud CEDEÑO-BRAVO, Mario J.; SABANDO-DELGADO, RosaM.; VÉLEZ-TRIVIÑO, Yina. **Análisis Del impacto de La Ley Orgánica de Comunicación a partir de los artículos publicados sobre El tema**. Domino de las ciencias , local, vol. 4, num. 1, p. 523-534, jan. 2017

⁴² Tradução livre: Esta lei pretende que os meios de comunicação deixem de ser “utilitários” ou “instrumentos de manipulação” de grandes grupos que poder que “abobam e idiotizam”, que impõem, através de suas mensagens, novos comportamentos e estilo de vida à população; que os grandes meios deixem de olhar “pejorativamente as massas”. Se sabe que estes meios são indústrias culturais que constroem uma visão de mundo a partir dos seus cenários e suas próprias produções, recriam atores e conteúdos emocionalmente e em série. Estes meios oferecem espaços públicos urbanos e cotidianos próprios das sociedades modernas capitalistas que incitam o consumo.

Em outras palavras, considera que a lei limita os donos dos veículos, e não seus profissionais, que muitas vezes precisam ir contra suas próprias crenças e condutas éticas da profissão, de informar e levar cultura à sociedade, para atender interesses meramente comerciais.

5.3. O Sistema de Comunicação Social

A Lei estabelece um sistema de comunicação social, formado pelas instituições de caráter público, instituições políticas e normativas, atores privados, comunitários e até mesmo os cidadãos que a ela se integrem voluntariamente. Assim, é perceptível que esse conceito busca englobar todos os aspectos da comunicação midiática existentes na sociedade, e possibilita a participação de todos.

Tal intenção fica ainda mais clara ao se analisar os objetivos do sistema elencados pela legislação. Dentre eles, está articular os recursos de todos os participantes do sistema para o pleno exercício dos direitos da comunicação reconhecido na constituição e demais leis dos países, implementar mecanismos para a participação popular e descentralização, monitorar as políticas públicas e planos nacionais relativos ao exercício dos direitos à comunicação e a produção permanente de informações sobre os avanços e dificuldade na aplicabilidade dos direitos da comunicação.

5.4. Órgãos regulatórios e fiscalizatórios: A criação do Conselho De Regulação e Desenvolvimento da Comunicação e da Superintendência de Informação e Comunicação

A LOC cria uma série de organismos estatais aptos à fazer o controle e fiscalização dos veículos de mídia. Um deles é um Conselho de Regulação e Desenvolvimento da Informação e Comunicação (art. 47), que trata-se de pessoa jurídica com autonomia funcional administrativa e financeira formado por um representante do poder executivo, que será o presidente, um representante dos

conselhos nacionais de igualdade, um representante dos governos autônomos descentralizados e um representante do defensor do povo (art. 48).

Dentre suas atribuições, estão regular a classificação dos conteúdos e faixas de horário, determinar mecanismos que permitam variedade na comunicação com orientação para programas educacionais e culturais, estabelecer mecanismos para difundir formas de comunicação própria dos diversos grupos sociais, étnicos e culturais, elaborar estudos sobre o comportamento da comunidade sobre os conteúdos veiculados, informar sobre a autorização de concessões de frequências de rádio e televisão e sobre o encerramento por descumprimento dos objetivos do projeto comunicacional (art. 49).

A lei veda a participação no conselho de pessoas que mantenham relações de parentesco com quem tenha sido sócios ou acionistas em porcentagem superior a 6% do capital social ou proprietários diretos e administradores dos meios de comunicação social durante os dois anos anteriores à sua designação. Também não pode compor o conselho qualquer pessoa que trabalhe na administração, gerência ou em relação de dependência com os veículos de comunicação, ou que o tenha sido nos dois anos anteriores de sua designação (art. 50).

A lei também cria a Superintendência da Informação e Comunicação (art. 55), que se trata de um organismo técnico de vigilância, auditoria, intervenção e controle e capacidade sancionatória, que possui autonomia, personalidade jurídica e patrimônio próprio, com vistas a fazer cumprir as determinações constitucionais e legais no âmbito da comunicação social.

Tais órgãos foram alvo de intensas críticas, pois que todos são submetidos ao Estado, causando temor da possibilidade de configurar-se em censura. O jornal equatoriano *El Comercio*, um dia após a LOC ser sancionada, publicou editorial intitulado “Golpe a la libertad!” (Golpe à liberdade!), que entre seus principais pontos, critica os órgãos encarregados de implementar a lei, apontando motivos para crer que nenhum dos dois agiria com independência.

Os órgãos de controle criados por lei são alvo de muitas ressalvas. O pesquisador uruguaio Gómez ressalta que boa parte dos artigos que compõem a

LOC é destinada a regular o conteúdo e o exercício do jornalismo, considerando que há uma forte vigilância e controle por parte dos órgãos estatais, o que dificultaria a independência editorial⁴³.

A então relatora especial para a Liberdade de Expressão da Comissão Internacional de Direitos Humanos – CIDH, Catalina Botero, em carta endereçada ao então ministro das Relações Exteriores do Equador, Ricardo Patiño, tratou, entre outros pontos, que os órgãos reguladores não estariam de acordo com a Declaração Conjunta de 2001 dos relatores para a liberdade de expressão da ONU, OEA e Organização de Segurança e Cooperação na Europa para a Liberdade dos Meios de Comunicação (OSCE). Para eles, os órgãos de regulação devem ser blindados contra as interferências de grupos políticos e econômicos. Ademais, para ela, os meios impressos não deveriam ser regulados por tais órgãos⁴⁴.

De fato, a regulação da mídia precisa partir do Estado, sendo entendido este como um representante do povo, e não o governante que está no poder. Nesse sentido, à priori, para a efetivação da lei, seria necessária a criação de organismos de fiscalização e sanção, sendo estes vinculados ao Estado. Também positivo o fato de as entidades criadas possuírem personalidade jurídica própria e autonomia. No entanto, temerário o fato de ser colocado, na composição do Conselho de Regulação e Desenvolvimento da Informação e Comunicação um representante do Poder Executivo, tendo o poder de presidi-lo, pois que há o risco de ele servir a interesses políticos.

O mais prudente é que esses cargos fossem ocupados por servidores públicos de carreira, que passem por regular concurso público e com qualificação técnica na área de comunicação.

⁴³ GÓMEZ apud PASSOS, Ana Maria Simões. **Plurinacionalidade e interculturalidade na regulação da mídia: o caso do Equador**. Dissertação (Mestrado em comunicação) – Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas – CEPPAC, Universidade de Brasília. Brasília, 2016.p. 147

⁴⁴ BOTERO apud PASSOS, Ana Maria Simões. **Plurinacionalidade e interculturalidade na regulação da mídia: o caso do Equador**. Dissertação (Mestrado em comunicação) – Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas – CEPPAC, Universidade de Brasília. Brasília, 2016. p. 149

5.5. Regulação de conteúdos

A Lei Orgânica de Comunicação dedica um título específico (arts. 60 a 69) ao estabelecimento de normas para a regulação de conteúdos, um dos pontos mais polêmicos da lei, uma vez que tal aspecto fica em uma linha tênue entre o interesse público e a censura.

Inicialmente, estabelece para os meios de comunicação o dever de identificar e classificar seus conteúdos veiculados em seis categorias: informativos, de opinião, formativos/educativos/culturais, entretenimento, esportivo e publicitário. Também devem assinalar o tipo de conteúdo que transmitem, esclarecendo se são ou não aptos para todo o público, para que os cidadãos, munidos de tais informações, possam decidir a programação que desejam ver. O descumprimento implica em uma multa de 1 a 5 salários mínimos a cada infração.

A lei também conceitua conteúdo discriminatório, englobando mensagem que difunda distinção, exclusão ou restrição baseada em etnia, local de nascimento, idade, sexo, identidade de gênero, identidade cultural, estado civil, idioma, religião, ideologia, filiação política, passado judicial, condição socioeconômica, condição migratória, orientação sexual, estado de saúde, portar AIDS, incapacidade ou diferença física outras que tenham por objeto menosprezar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercícios dos direitos humanos reconhecidos na constituição e instrumento internacionais, ou que incitem realização de atos discriminatórios ou façam apologia à discriminação, para depois vedar a difusão de conteúdo discriminatório nos meios de comunicação social.

Quanto a este ponto, percebe-se que a legislação foi bastante abrangente, englobando o máximo de situações possíveis em que possa haver discriminação. Destaque-se que a lei foi bastante avançada e moderna ao vedar discriminação por identidade de gênero, orientação sexual, pontos bastante positivos, pois impede que grupos conservadores ou até mesmo a alçada de grupos políticos mais conservadores ao poder ataquem o direito dessas minorias, especialmente quanto à identidade de gênero, posto que é um conceito que muitos grupos ainda não aceitam como válidos.

Também é digno de destaque ter-se vedado a discriminação por “passado judicial”, ainda mais se analisarmos o caso do Brasil, em que programas de televisão incluem apresentadores e jornalistas que agem como verdadeiros advogados de acusação dos réus e suspeitos ao noticiarem crimes. Ademais, comumente não é respeitado o direito ao esquecimento, sendo sempre lembrados os crimes imputados a indivíduos, mesmo após eles já terem cumprido as penas estabelecidas por lei. A legislação equatoriana, portanto, foi bastante cuidadosa ao delimitar o direito à comunicação quando este atinge os direitos humanos e ao vedar uma enorme gama de possibilidades de situações discriminatórias.

Para que um conteúdo seja classificado como discriminatório, o conselho de regulação e desenvolvimento da informação e comunicação deve estabelecer a ocorrência dos elementos dispostos em lei e de modo motivado. Caso verificada a ocorrência, as medidas administrativas tomadas envolvem desculpa pública do diretor do meio, que será publicado na primeira página do veículo na internet, sua leitura ou transcrição no mesmo espaço e meio que o conteúdo discriminatório foi divulgado. Em caso de reincidência, serão impostas multas.

A lei estabelece três faixas de horários para a exibição de conteúdo: familiar, das 6h às 18h, na qual só se pode difundir programação apta a todo o público; responsabilidade compartilhada, das 18h às 22h, em que são veiculados que adolescentes de 12 a 18 anos podem assistir com a supervisão de uma pessoa adulta; e adultos, das 22h às 6h, em que podem ser transmitidos conteúdos aptos apenas a pessoas maiores de 18 anos.

Conteúdos violentos, podendo tratar-se de violência física ou psicológica com pessoas, seres vivos e a natureza, não podem ser transmitidos no horário livre, sendo a infração punida com multa. Proíbe ainda a difusão de mensagens que incitem o uso ilegítimo da violência, cometimento de ato ilegal, a exploração, o abuso sexual, apologia a guerra e o ódio nacional, racial ou religioso. A venda e distribuição de material pornográfico audiovisual não pode ser destinado a crianças e adolescentes menores de 18 anos. O conteúdo sexualmente explícito sem finalidade educativa só pode ser transmitido no horário para adultos; já aquele com

conteúdos educativos podem ser transmitidos nos demais horários, desde que devidamente contextualizados.

A lei ainda estabelece que pode suspender imediatamente a difusão de publicidade enganosa, mediante resolução fundamentada.

5.6. Estabelecimento de penalidades

É certo que, para que uma lei tenha efetividade e não se torne letra morta, se faz necessária a aplicação de uma regulação que inclua instrumentos de coação para estimular o seu cumprimento. Assim que a Lei Orgânica de Comunicação trouxe, espalhada em seus artigos, diversas sanções para as normas que forem descumpridas.

Nesse aspecto, foi alvo de críticas a ausência de um capítulo exclusivamente destinado a proibições e sanções, uma vez que estas estão de maneira sutil e desordenado em meio ao texto legal⁴⁵.

Além disso, as condutas punidas apresentam, muitas vezes, textos ambíguos ou, por vezes, genéricos. A Pontifícia Universidade Católica do Equador considerou que a lei colocou em prática, principalmente, a postestade da Superintendência, que em pouco mais de um ano teria emitido muitas resoluções sancionadoras aos meios de comunicação e jornalistas, as quais muitas vezes não apresentam clareza. Alerta que, por se tratar de uma limitação de um direito humano, a restrição aos direitos da comunicação deve ser estabelecida por uma lei clara para que não seja aplicada de modo discricionário ou arbitrário. Assim, considera que houve exemplos no país em que não foram estabelecidas as condições mínimas de regulação para limitar o direito à liberdade de expressão conforme determinam os instrumentos de regulação internacional celebrados pelo Equador. Pontua que, em uma sociedade democrática, o poder punitivo só deve ser exercido na medida estritamente necessária para proteger os bens jurídicos fundamentais dos ataques mais graves que os ponham em perigo e, portanto, deve haver um juízo de ponderação, no caso concreto, sobre a conduta realizada, a forma de atuação do agente, o dano causado e daí se

⁴⁵ ROMO *apud* ÁVILA, Caroline. 2013. **El sistema de comunicación en la Ley Orgánica de Comunicación del Ecuador**: Un análisis desde el enfoque de las teorías de sociedad y masas de McQuail. Chasqui No. 124. 2013 p. 76

verificar a necessidade de utilizar, de maneira excepcional, medidas sancionatórias⁴⁶.

Também nesse sentido se posiciona Ávila (2013), que considera que a ambigüidade de certos conceitos expressos na lei podem conduzir a uma autocensura dos próprios jornalistas. Ou seja, temendo evitar uma punição, os próprios jornalistas já iriam deixar de veicular informações, por medo de sofrerem sanções. Para ela, a inclusão de princípios deontológicos muito genéricos, sem especificação de procedimentos para sanções, dá margem para os que exercem o controle, que pode caracterizar uma forma sutil de regular a atuação dos jornalistas e veículos de comunicação. Como exemplo de ambigüidades que vem sendo criticadas por setor político e organismos internacionais, estão a caracterização de uma integração voluntária no sistema de comunicação, que não especifica o que acontecem aos jornalistas que optarem por não se integrar, que tipos de instituições podem se integrar, se podem os meios privados se autoexcluir⁴⁷.

De acordo com Caroline Ávila⁴⁸, países como o Equador, Argentina e Venezuela, que vem passando por um processo recente de regulação midiática, quando se trata de regular os meios de comunicação, o debate quase sempre se centra em estabelecer um rol punitivo e de controle do que no fomento e proteção dos direitos. Assim, a discussão sobre o tipo de sistema de comunicação mais adequado para a sociedade e a oportunidade de considerar a comunicação como um espaço de deliberação ficaria em segundo plano.

Quando se fala em teoria normativa dos meios de comunicação, a maior dificuldade é definir qual critério será utilizado para estabelecer a normativa e, em geral, envolve juízos de valor sobre liberdade de expressão, integridade, diversidade

⁴⁶ PONTIFICIA UNIVERSIDAD CATÓLICA DEL ECUADOR apud CEDEÑO-BRAVO, Mario J.; SABANDO-DELGADO, Rosa M.; VÉLEZ-TRIVIÑO, Yina. **Análisis Del impacto de La Ley Orgánica de Comunicación a partir de los artículos publicados sobre El tema**. Domino de las ciencias, local, vol. 4, num. 1, p. 523-534, jan. 2017

⁴⁷ ÁVILA, Caroline. 2013. **El sistema de comunicación en la Ley Orgánica de Comunicación del Ecuador**: Un análisis desde el enfoque de las teorías de sociedad y masas de McQuail. Chasqui No. 124. 2013

⁴⁸ Ibidem, p. 76

e até mesmo informação⁴⁹. Segundo Bucci, é comum que diversos governantes, utilizando-se de um discurso demagógico baseado em uma suposta democratização dos meios, tem buscado, na verdade, subordinar a imprensa as seus interesses⁵⁰. No caso latino americano, para Sorj, a relação entre os meios de comunicação e a sociedade tem deixado preocupações. Ocorre que vários governos – e aqui se inclui o Equador -, em nome da diversidade e participação social, tem utilizado legislação dos meios em função de seus próprios interesses políticos, muitas vezes, atacando diretamente o livre exercício da atividade jornalística e a liberdade de expressão⁵¹. Quanto a este ponto, salta aos olhos o fato de que, mesmo a lei garantindo uma série de direitos aos jornalistas, o presidente Rafael Correa não se furta a fazer críticas ofensivas, que ultrapassam a simples divergência de opiniões para constituir ataques, até mesmo pessoais, de modo a conduzir a opinião pública para que acredite que a imprensa o persegue.

Conforme a Universidade Pontifícia do Equador, muitos dos princípios que tratam do direito à liberdade de expressão são desenvolvidos de forma restritiva e não se coadunam com o Sistema Internacional de Proteção de Direitos Humanos, o que geraria novas formas de repressão ao exercício deste direito. Assim, o Estado estaria descumprindo sua obrigação de garantia e proteção, uma vez que deve adotar medidas eficazes de proteção contra os ataques contra pessoas no exercício da liberdade de expressão⁵². Assim, a lei teria um sentido muito mais repressivo ao invés de cumprir o que deveria ser seu principal objetivo, que seria a efetivação do direito à comunicação.

⁴⁹ MCQUAIL apud ÁVILA, Caroline. 2013. **El sistema de comunicación en la Ley Orgánica de Comunicación del Ecuador**: Un análisis desde el enfoque de las teorías de sociedad y masas de McQuail. Chasqui No. 124. 2013.p. 74

⁵⁰ BUCCI apud ÁVILA, Caroline. 2013. **El sistema de comunicación en la Ley Orgánica de Comunicación del Ecuador**: Un análisis desde el enfoque de las teorías de sociedad y masas de McQuail. Chasqui No. 124. 2013.p. 74

⁵¹ SORJ apud ÁVILA, Caroline. 2013. **El sistema de comunicación en la Ley Orgánica de Comunicación del Ecuador**: Un análisis desde el enfoque de las teorías de sociedad y masas de McQuail. Chasqui No. 124. 2013. p. 74

⁵² PONTIFICIA UNIVERSIDADE DO ECUADOR apud CEDEÑO-BRAVO, Mario J.; SABANDO-DELGADO, Rosa M.; VÉLEZ-TRIVIÑO, Yina. **Análisis Del impacto de La Ley Orgánica de Comunicación a partir de los artículos publicados sobre El tema**. Domino de las ciencias , local, vol. 4, num. 1, p. 523-534, jan. 2017

Desse modo, a lei teria se convertido muito mais um instrumento de controle do que de garantia do direito à comunicação, o que seria um reflexo do conflito existente entre o governo de Rafael Correa e a imprensa, que se utilizou de um discurso de intolerância a um suposto abuso dos meios de comunicação, razão pela qual se faria necessário restringir e controlar seu funcionamento, o que por vezes foi considerado por críticos como censura prévia⁵³.

Benavides traz uma visão bem mais otimista da LOC, ao considerar que ela não corta liberdades, mas apenas a limita para que as pessoas não interfiram nas liberdades alheias⁵⁴.

“Os direitos justamente são para que as pessoas façam uso deles para seu benefício e o bem comum, não se pode permitir seu uso para violentar outros. Por tal razão a nova lei limita os meios de comunicação e regula sua informação, mas não da forma que muitos cidadãos foram informados. Dão-se parâmetros sobre os quais os meios tem que se basear, os obriga a respeitar a intimidade em certos casos, a levar um maior controle, e oferece facilidades a qualquer pessoa que aceder a estes meios seja ouvida.”⁵⁵(tradução livre)

Ele defende que a LOC foi uma criação de grande importância, pois, uma vez que a comunicação é um direito constitucional que afeta e beneficia a todos, é dever do Estado regular a informação difundida, de modo a garantir que ela seja veraz, não viole a dignidade da pessoa humana nem a privacidade. Além disso, entende que é necessário, ao fazer críticas à lei, não se basear apenas em seus textos, mas como vai ser usada na prática, e instiga as pessoas a não focarem apenas nos pontos negativos, mas a ressaltar os seus pontos positivos, bem como a evitar críticas baseadas em ideologias⁵⁶.

5.7. Meios de comunicação social

⁵³ PONTIFICIA UNIVERSIDADE DO ECUADOR apud CEDEÑO-BRAVO, Mario J.; SABANDO-DELGADO, RosaM.; VÉLEZ-TRIVIÑO, Yina. **Análisis Del impacto de La LeyOrgánica de Comunicación a partir de los artículos publicados sobre El tema**. Domino de las ciencias , local, vol. 4, num. 1, p. 523-534, jan. 2017

⁵⁴ BENAVIDAS, A.B. apudCEDEÑO-BRAVO, Mario J.; SABANDO-DELGADO, RosaM.; VÉLEZ-TRIVIÑO, Yina. **Análisis Del impacto de La LeyOrgánica de Comunicación a partir de los artículos publicados sobre El tema**. Domino de las ciencias , local, vol. 4, num. 1, p. 523-534, jan. 2017

⁵⁵ Ibidem

⁵⁶ Ibidem

Os meios de comunicação são divididos em três categorias: públicos, privados e comunitários. O artigo 71 reflete bem o espírito da lei ao trazer uma definição do que é a comunicação social:

“La información es un derecho constitucional y un bien público; y La comunicación social que se realiza a través de los medios de comunicación es un servicio público que deberá ser prestado con responsabilidad y calidad, respetando los derechos de la comunicación establecidos en La Constitución, los instrumentos internacionales y contribuyendo al buen vivir de las personas.”⁵⁷

Com essa orientação, traz um rol de responsabilidades comuns aos meios de comunicação, que incluem a promoção da aplicabilidade dos direitos humanos, desenvolver o senso crítico das pessoas e promover sua participação nos assuntos de interesse geral, promover espaços de encontro e diálogo para a resolução de conflitos de interesse coletivo, promover o diálogo intercultural e as noções de unidade e igualdade na diversidade e relações interculturais e a promoção da integração política, econômica e cultural dos diferentes grupos e povos. Assim, mais uma vez, reafirma seus ideais de utilizar os veículos de comunicação com instrumento de participação política, efetivação da democracia, promoção dos direitos humanos e valorização das diferentes culturas e povos existentes naquele país, possibilitando a representatividade efetiva.

Também garante que os candidatos a cargos eletivos terão igualdade de participação em debates, entrevistas e programas. Cria ainda a figura do defensor de audiência, que atuará como defensor da audiência e leitores nos veículos de comunicação, sendo designado mediante concurso público.

O art. 77 estabelece que o presidente da república pode suspender o direito à liberdade de informação, desde que sejam cumpridas algumas condições: que o estado de exceção seja declarado previamente; que se verifique a aplicação dos princípios, condições e alcance do estado de exceção; que seja cumprido o procedimento estabelecido na constituição para declarar o estado de exceção; que seja fundamentada por escrito a necessidade e finalidade de se dispor sobre a

⁵⁷ Tradução livre: “A informação é um direito constitucional e um bem público; e a comunicação social que se realiza através dos meios de comunicação é um serviço público que deverá ser prestado com responsabilidade e qualidade, respeitando os direitos da comunicação estabelecidos na Constituição, os instrumentos internacionais e contribuindo ao bom viver das pessoas”

liberdade de informação, estabelecendo-se o alcance das medidas e o prazo de duração.

Os meios de comunicação pública são pessoas jurídicas de direito público, criadas através de decreto e cuja estrutura contará com um conselho editorial e um conselho cidadão, exceto os de caráter oficial, e terão autonomia editorial. Seu meio de financiamento principal são os recursos da instituição a que pertence, e subsidiariamente, dinheiro proveniente de publicidade, comercialização dos seus produtos, doações, patrocínios e cooperações. Os meios de comunicação público de caráter oficial são aqueles que tem como objetivo principal difundir a posição oficial da entidade pública que os cria.

Os meios de comunicação privado, por sua vez, podem ser pessoas naturais ou jurídicas de direito privado, com ou sem finalidades lucrativas, que prestem o serviço público de comunicação.

Por sua vez, os meios de comunicação comunitários são aqueles cuja propriedade, administração e direção correspondem a coletivos ou organizações sociais sem fins lucrativos. O estado deverá implementar políticas públicas para propiciar a criação e fortalecimentos destes meios.

No quesito transparência, a lei prevê que os meios de comunicação social são obrigados a registrarem-se em um cadastro a cargo do Conselho de Regulação e Desenvolvimento da Informação e Comunicação. Além disso, os meios de comunicação impressos devem incluir, em cada publicação que editem um espaço onde seja especificado o número total de exemplares postos em circulação, sendo que o descumprimento ou a divulgação da informação errada gera punições que incluem retratação e pedido de desculpas público.

De acordo com Catalina Botero⁵⁸, então relatora especial para a liberdade de expressão da CIDH, a LOC extrapolou as definições estabelecidas pela Convenção Americana de Direitos Humanos para o direito de resposta ou retificação. Conforme

⁵⁸ BOTERO apud PASSOS, Ana Maria Simões. **Plurinacionalidade e interculturalidade na regulação da mídia: o caso do Equador**. Dissertação (Mestrado em comunicação) – Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas – CEPPAC, Universidade de Brasília. Brasília, 2016. p. 148

este documento, tal direito não é pertinente em caso de críticas ou juízos de valor, sendo cabível apenas quando forem difundidas informações inexatas ou agravantes que causem prejuízo. Para ela, a retificação na lei equatoriana restringe a liberdade de expressão.

A lei também se preocupou em regular a publicidade, estabelecendo, entre outras proibições, que os meios de comunicação não podem publicitar produtos cujo uso regular ou recorrente afete a saúde das pessoas, sendo a lista de tais produtos elaborada pelo Ministério da Saúde Pública. Além disso, a publicidade de produtos destinados à alimentação e a saúde deverão ter autorização prévia do Ministério da Saúde.

Aliás, também no tocante à publicidade, a lei se preocupou com a questão da interculturalidade e democratização, ao estabelecer que os veículos de menor cobertura ou tiragem e os domiciliados na área rural participem da publicidade e propaganda estatal. Quanto a este ponto, a lei mostra que busca garantir a igualdade de acesso aos veículos de forma efetiva, pois que a concentração de investimentos publicitários apenas em determinados veículos geraria uma espécie de censura, uma vez que, como já tratado, a publicidade estatal é a predominante. Assim, este dispositivo (art. 95) veda a censura pelo viés econômico. Ademais, prevê também que as entidades do setor público devem elaborar anualmente um informe de distribuição do gasto com publicidade contratado em cada meio de comunicação, garantindo a transparência e a possibilidade de controle popular sobre a quantidade e distribuição de gastos.

Sánchez Calderón analisou, em um estudo realizado em 2016, a opinião de profissionais sobre temas relacionados à questão da publicidade na LOC. Ele concluiu que os planejadores de mídia e publicitários demonstraram aceitação da maior parte da lei no tocante ao âmbito publicitários. Entre os profissionais atuantes em veículos impressos e os produtores audiovisuais, a transparência quanto à tiragem dos jornais e o apoio à produção nacional são os pontos mais bem aceitos,

pois consideram que facilitam o trabalho e fomentam o desenvolvimento da produção nacional.⁵⁹

5.7. Produção nacional

A lei orgânica prevê que os meios de comunicação com sinal de origem nacional devem destinar ao menos 60% da sua programação diária no horário destinado a todo o público para a difusão de conteúdos produzidos no país, sendo que deverá incluir ao menos 10% de produção nacional independente, de obras de produtores acreditados pela autoridade encarregada do fomento do cinema e produção audiovisual e nacional. Um único produtor não poderá concentrar mais de 25% da cota de horário ou de aquisições em um mesmo canal de televisão. No caso das estações de rádio que emitam programas musicais, ao menos 50% do conteúdo deverá ser de músicas produzidas, compostas ou executadas no Equador.

Além disso, toda a publicidade difundida em território equatoriano através dos meios de comunicação deverá ser produzida por pessoas naturais ou jurídicas equatorianas.

5.8. Espectro radioelétrico

A lei orgânica de comunicação dá tratamento especial ao espectro radioelétrico, considerando-o expressamente como um bem de domínio público do Estado, inalienável, imprescritível e impenhorável (art. 105).

Para tanto, sendo considerado um recurso público estratégico, é vedado à administração pública realizar atividades de controle de conteúdo.

A distribuição das frequências deve ser equitativa, sendo reservados 33% para os meios públicos, 33% para os meios privados e 34% para os meios comunitários. Os meios públicos serão adjudicado de autorização mediante o cumprimento dos requisitos estabelecidos pela autoridade de telecomunicações; já os privados e comunitários serão submetidos a concurso público aberto e

⁵⁹ CALDERÓN, Sánchez *apud* CEDEÑO-BRAVO, Mario J.; SABANDO-DELGADO, RosaM.; VÉLEZ-TRIVIÑO, Yina. **Análisis Del impacto de La LeyOrgánica de Comunicación a partir de los artículos publicados sobre El tema.** Domino de lasciencias , local, vol. 4, num. 1, p. 523-534, jan. 2017

transparente, no qual deverão apresentar um projeto comunicacional, um plano de gestão e sustentabilidade e um estudo técnico.

A lei ainda veda a concentração de concessões de frequências ou sinais para o funcionamento de estações de rádio e televisão, permitindo que uma mesma pessoa jurídica ou natural possua, em todo o território nacional, no máximo, apenas uma concessão de frequência de rádio AM, uma de FM e uma frequência de televisão.

O prazo de concessão de frequências é de 15 anos, renovável por uma vez mediante concessão direta e após, mediante concurso público. As concessões são intransferíveis, sendo vedado todo ato para que pessoa natural ou jurídica distinta das adjudicadas se beneficie do uso das concessões.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste trabalho, é possível perceber que a regulação da mídia não diz respeito a uma norma específica: mesmo que não exista uma lei, ela poderá se dar por meio de normas ou até mesmo através da autorregulação dos veículos em meio a um mercado de comunicação. A discussão cabível é: que tipo de regulação se quer implementar e a que interesses a forma como ela ocorrerá atende?

Embora careça de uma lei específica, o Brasil possui uma regulação constitucional sobre a comunicação que, se por um lado traz dispositivos muito positivos e com um viés democratizante, na prática, são letra morta, encontrando pouca correspondência com a realidade. Assim, predomina a liberdade dos donos de veículos de comunicação.

A regulação pode se dar de várias formas, e mesmo quando parte do Estado, ela pode apenas regular a distribuição das frequências e seu alcance, como pode regular seu conteúdo – seu aspecto mais polêmico e perigoso, pelo risco de converter-se em censura.

No caso do Equador, embora o texto da lei tenha proposições interessantes, é preciso ter cautela, especialmente porque possui muitos dispositivos vagos, além de ter sido criada em um contexto de extremo conflito entre o governo federal e os veículos de imprensa. Por conta disso, a maior parte dos textos encontrados sobre a lei foram bastante críticos, apontando suas falhas. A maior preocupação presente é de que, por ela apresentar alguns dispositivos genéricos e estabelecer punições severas, há um certo receio dos profissionais de comunicação de que a lei seja usada de forma política, de modo a realizar uma censura velada.

Não se pode perder de vista que a regulação da mídia através de uma legislação que garanta a multiplicidade de vozes, o acesso amplo da população aos veículos e que restrinja monopólios é um grande avanço. A lei equatoriana deu muitos passos positivos. A lei foi promulgada após consulta popular e ampliou os mecanismos para que todos os cidadãos possam se manifestar através do veículo, bem como para fazerem seu controle.

Merece destaque como ponto positivo o esforço da lei em garantir a participação dos diversos grupos sociais, contemplando inclusive os grupos indígenas e dos montúbios, que terão espaço para produção em seu próprio idioma. Outro ponto relevante foi a divisão equitativa das frequências radioelétricas entre veículos públicos (33%), privados (33%) e comunitários (34%).

É difícil ainda mensurar os resultados e efeitos da lei, dado o fato de ainda ser bastante recente. Regular a mídia é uma tarefa muito complexa e, mesmo tendo 119 artigos e sendo extremamente descritiva, ainda assim a lei orgânica de comunicação não conseguiu dar conta da complexidade do tema, uma vez que qualquer regulamentação correrá o risco de ficar na linha tênue entre o cerceamento da liberdade de imprensa e a liberdade de expressão. No entanto, a ausência de regulação por parte do Estado pode ser bem mais nociva, pois, nesse caso, a regulação existente é a do direito de empresa dos donos de veículos, a qual visa o lucro e não o interesse público.

Resta esperar que os cidadãos equatorianos se apropriem dos mecanismos criados na lei para fiscalizarem a aplicação das normas e princípios constitucionais e busquem a responsabilização dos meios quando infringirem suas normas e princípios.

Em suma, este trabalho não visa esgotar a temática, mas enriquecer o debate sobre a regulação da mídia, trazendo à luz o caso do Equador, ainda tão recente, e verificando os seus pontos positivos, bem como seus pontos críticos e que podem se tornar nocivos à democracia.

REFERÊNCIAS

ADPF 130, Rel. Min. Ayres Britto, julgamento em 30-04-2009, Plenário, DJE e 6-11-2009)

AQUINO, Yara; BRITO, Dèbora. Temer sanciona lei que flexibiliza horário de A Voz do Brasil. **Agência Brasil**. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-04/temer-sanciona-lei-que-flexibiliza-horario-de-voz-do-brasil>> Acesso em: 25 set. 2019

ÁVILA, Caroline. 2013. **El sistema de comunicación en la Ley Orgánica de Comunicación del Ecuador**: Un análisis desde el enfoque de las teorías de sociedad y masas de McQuail. Chasqui No. 124. 2013

BANDEIRA, Luiza; CORRÊA, Alessandra; CARMO, Marcia; JARDIM, Claudia. Como funciona a regulação de mídia em outros países? **BBC News Brasil**, São Paulo, 01 de dez. de 2014. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/12/141128_midia_paises_lab> Acesso em: 24 set. 2019

BOLSONARO volta a fazer ameaças a veículos de imprensa. **O Globo**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-volta-fazer-ameacas-veiculos-de-imprensa-23197677>> Acesso em: 30 out. 2019

BRASIL. Lei nº 12.527/11. **Lei de acesso à informação**. Brasília, 18 nov. 2011.

BULOS, Uadi Lammêgo. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Ed. Saraiva, 2015.

CEDEÑO-BRAVO, Mario J.; SABANDO-DELGADO, RosaM.; VÉLEZ-TRIVIÑO, Yina. **Análisis Del impacto de La LeyOrgánica de Comunicación a partir de los artículos publicados sobre El tema.** Domino de lasciencias , local, vol. 4, num. 1, p. 523-534, jan. 2017

EQUADOR. **Ley Orgánica de Comuncación (LOC).** Registro Oficial. Tercer suplemento. Registro Oficial n.22, 25 jun. 2013. Disponível em:<http://www.asambleanacional.gob.ec/es/system/files/ley_organica_comunicacion.pdf>Acesso em :10 out. 2019.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem.** Rio de Janeiro: Zahar, 2018

LIMA, Venício A. de. **Conselhos de comunicação social:** a interdição de um instrumento de democracia participativa. Brasília: FNDC, 2013.

_____. **Liberdade de expressão x liberdade de imprensa:** direito à comunicação e democracia. São Paulo: Editora Publisher Brasil, 2010.

MAGALHÃES, Camila Baptista de Carvalho Dorna. Brasília: IDP/ EDB, 2012. 56f.- Monografia (Especialização). Instituto Brasiliense de Direito Público.

MENDES, Gilmar; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional.** São Paulo: Saraiva, 2015.

PASSOS, Ana Maria Simões. **Plurinacionalidade e interculturalidade na regulação da mídia:** o caso do Equador. Dissertação (Mestrado em comunicação) –

Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas – CEPPAC, Universidade de Brasília. Brasília, 2016.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. São Paulo: Malheiros Editores, 2005.

SUPREMO decide que é inconstitucional a exigência de diploma para o exercício do jornalismo. **Supremo Tribunal Federal**. Notícias do STF. Publicado em: 17 jun. 2009. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=109717>> Acesso em: 15 out. 2019.

VALENTE, Jonas. **Regulação Democrática dos Meios de Comunicação**. Coleção Saber. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

VARGAS, Romel Jurado. **Derecho a La comunicación em Ecuador**: Avances, dificultades y expectativas. In: Informe de Derechos Humanos. Programa Andino de Derechos Humanos. Quito: Universidad Simón Bolívar, 2009.

ANEXO:
LEY ORGÁNICA DE
COMUNICACIÓN



REGISTRO OFICIAL

ÓRGANO DEL GOBIERNO DEL ECUADOR

Administración del Sr. Ec. Rafael Correa Delgado
Presidente Constitucional de la República

T E R C E R S U P L E M E N T O

Año I - Nº 22

**Quito, martes 25 de
junio de 2013**

Valor: US\$ 1.25 + IVA

ING. HUGO DEL POZO BARREZUETA
DIRECTOR

Quito: Avenida 12 de Octubre
N 16-90 y Pasaje Nicolás Jiménez

Dirección: Telf. 2901 - 629
Oficinas centrales y ventas:
Telf. 2234 - 540

Distribución (Almacén):
Mañosca Nº 201 y Av. 10 de Agosto
Telf. 2430 - 110

Sucursal Guayaquil:
Malecón Nº 1606 y Av. 10 de Agosto
Telf. 2527 - 107

Suscripción anual: US\$ 400 + IVA
para la ciudad de Quito
US\$ 450 + IVA para el resto del país
Impreso en Editora Nacional

24 páginas

www.registroficial.gob.ec

**Al servicio del país
desde el 1º de julio de 1895**

Función Legislativa

ASAMBLEA NACIONAL

**LEY ORGÁNICA DE
COMUNICACIÓN**

Oficio No. T.6369-SNJ-13-543

Quito, 21 de junio de 2013

Ingeniero

HUGO DEL POZO BARREZUETA

Director del Registro Oficial

Presente

De mi consideración:

Mediante oficio No. PAN-GR-2013-0175 de 17 de junio de 2013, recibido el 18 del mismo mes y año, la señora Gabriela Rivadeneira Burbano, Presidenta de la Asamblea Nacional, remitió el proyecto de "**LEY ORGÁNICA DE COMUNICACIÓN**", para que la sancione u objete.

En este contexto, una vez que el referido proyecto ha sido sancionado, conforme a lo dispuesto en el tercer inciso del Artículo 137 de la Constitución de la República y el primer inciso del Artículo 63 de la Ley Orgánica de la Función Legislativa, le remito a usted la Ley supradicha, en original y copia certificada, junto con el correspondiente certificado de discusión, para su publicación en el Registro Oficial.

Adicionalmente, agradeceré a usted que, luego de realizada la respectiva publicación, se sirva enviar el ejemplar original a la Asamblea Nacional para los fines pertinentes.

Atentamente,

DIOS, PATRIA Y LIBERTAD

f.) Rafael Correa Delgado, **PRESIDENTE CONSTITUCIONAL DE LA REPÚBLICA**

Anexo lo indicado

Cc. Sra. Gabriela Rivadeneira Burbano, **PRESIDENTA DE LA ASAMBLEA NACIONAL**.

REPÚBLICA DEL ECUADOR

ASAMBLEA NACIONAL

CERTIFICACIÓN

En mi calidad de Secretaria General de la Asamblea Nacional, me permito **CERTIFICAR** que el Proyecto de **LEY ORGÁNICA DE COMUNICACIÓN**, fue discutido y aprobado en las siguientes fechas:

PRIMER DEBATE: 22 de diciembre de 2009 y 5 de enero de 2010

SEGUNDO DEBATE: 16, 22 y 24 de noviembre de 2011, 11 de abril de 2012 y 14 de junio de 2013.

Quito, 17 de junio de 2013.

f.) **DRA. LIBIA RIVAS O.**, Secretaria General.

REPÚBLICA DEL ECUADOR

ASAMBLEA NACIONAL

EL PLENO

CONSIDERANDO:

Que, la disposición transitoria primera de la Constitución de la República publicada en el registro oficial No. 449 del 20 de octubre del 2008 dispone que el órgano legislativo apruebe la Ley de Comunicación;

Que, en el Estado constitucional de derechos y justicia, en concordancia con principios y normas de la Convención Interamericana sobre Derechos Humanos, se reconocen los derechos a la comunicación, que comprenden: libertad de expresión, información y acceso en igualdad de condiciones al espectro radioeléctrico y las tecnologías de información y comunicación;

Que, el artículo 384 de la Constitución de la República, establece que el sistema de comunicación social debe asegurar el ejercicio de los derechos a la comunicación, la información y la libertad de expresión y fortalecer la participación ciudadana;

Que, es necesario crear los mecanismos legislativos idóneos para el pleno y eficaz ejercicio del derecho a la comunicación de todas las personas, en forma individual o colectiva;

Que, es indispensable adecuar un régimen de legislación especializado que procure el ejercicio de los derechos de una comunicación libre, intercultural, incluyente, diversa, participativa, en todos los ámbitos de la interacción social, por cualquier medio y forma, en su propia lengua y con sus propios símbolos;

Que, a través de la promoción y creación de medios de comunicación social se garantiza el acceso de igualdad de condiciones al uso de las frecuencias del espectro radioeléctrico para la gestión de estaciones de radio y televisión públicas, privadas y comunitarias;

Que, es necesario utilizar los mecanismos constitucionales, legales y técnicos para afianzar el acceso y uso de todas las formas de comunicación visual, auditiva, sensorial y otras que permitan la inclusión de personas con discapacidad;

Que, el fortalecimiento de instrumentos legales destinados a la comunicación, garantizarán la asignación, a través de métodos transparentes y en igualdad de condiciones, de las frecuencias del espectro radioeléctrico, para la gestión de estaciones de radio y televisión públicas, privadas y comunitarias, precautelando además que en su utilización prevalezca el interés colectivo;

Que, es preciso instituir las herramientas jurídicas que faciliten la creación y el fortalecimiento de medios de comunicación públicos, privados y comunitarios;

Que, es justo impedir el oligopolio y monopolio, directo e indirecto, de la propiedad de los medios de comunicación y del uso de las frecuencias del espectro radioeléctrico;

Que, por iniciativa del señor Presidente de la República, Eco. Rafael Correa Delgado, las ecuatorianas y los ecuatorianos fueron convocados a expresarse en la consulta

popular del 7 de mayo de 2011 sobre temas relacionados con la comunicación y su regulación, y apoyaron masivamente la erradicación de la influencia del poder económico y del poder político sobre los medios de comunicación, así como el mejoramiento de la calidad de contenidos difundidos por los medios de comunicación, y el establecimiento de las consecuencias jurídicas para evitar un uso abusivo e irresponsable de la libertad de expresión; y,

En ejercicio de las facultades dispuestas en el numeral 6 del artículo 120; y, numeral 2 del artículo 133 de la Constitución de la República, expide la siguiente:

LEY ORGÁNICA DE COMUNICACIÓN

TÍTULO I

Disposiciones preliminares y definiciones

Art. 1.- Objeto y ámbito.- Esta ley tiene por objeto desarrollar, proteger y regular, en el ámbito administrativo, el ejercicio de los derechos a la comunicación establecidos constitucionalmente.

Art. 2.- Titularidad y exigibilidad de los derechos.- Son titulares de los derechos establecidos en esta Ley, individual o colectivamente, todas las personas ecuatorianas y extranjeras que residen de manera regular en el territorio nacional, sin importar su cargo o función en la gestión pública o la actividad privada, así como los nacionales que residen en el exterior en los términos y alcances en que sea aplicable la jurisdicción ecuatoriana.

Art. 3.- Contenido comunicacional.- Para los efectos de esta ley, se entenderá por contenido todo tipo de información u opinión que se produzca, reciba, difunda e intercambie a través de los medios de comunicación social.

Art. 4.- Contenidos personales en internet.- Esta ley no regula la información u opinión que de modo personal se emita a través de internet. Esta disposición no excluye las acciones penales o civiles a las que haya lugar por las infracciones a otras leyes que se cometan a través del internet.

Art. 5.- Medios de comunicación social.- Para efectos de esta ley, se consideran medios de comunicación social a las empresas, organizaciones públicas, privadas y comunitarias, así como a las personas concesionarias de frecuencias de radio y televisión, que prestan el servicio público de comunicación masiva que usan como herramienta medios impresos o servicios de radio, televisión y audio y vídeo por suscripción, cuyos contenidos pueden ser generados o replicados por el medio de comunicación a través de internet.

Art. 6.- Medios de comunicación social de carácter nacional.- Los medios audiovisuales adquieren carácter nacional cuando su cobertura llegue al 30% o más de la población del país, de acuerdo al último censo nacional; o, si el sistema está conformado por una matriz y seis o más repetidoras cuya cobertura alcance poblaciones de dos o más regiones naturales del país.

Adquieren la misma condición los medios impresos nacionales siempre que la publicación circule en una o más

provincias del territorio de la República del Ecuador cuya población corresponda, individual o conjuntamente, al 30 % o más del total de habitantes del país, de acuerdo con el último censo nacional.

Para contabilizar y verificar la adecuación al parámetro antes establecido, se considerará de forma conjunta a todas las compañías que operen un mismo medio audiovisual o impreso nacional, ya sea de forma directa, a título de ediciones regionales o con cualquier otro mecanismo.

Los medios de comunicación social de carácter nacional no podrán pertenecer en todo o en parte, de forma directa o indirecta, a organizaciones o compañías extranjeras domiciliadas fuera del Estado Ecuatoriano ni a ciudadanos extranjeros, salvo aquellos ciudadanos extranjeros que residan de manera regular en el territorio nacional.

Art. 7.- Información de relevancia pública o de interés general.- Es la información difundida a través de los medios de comunicación acerca de los asuntos públicos y de interés general.

La información o contenidos considerados de entretenimiento, que sean difundidos a través de los medios de comunicación, adquieren la condición de información de relevancia pública, cuando en tales contenidos se viole el derecho a la honra de las personas u otros derechos constitucionalmente establecidos.

Art. 8.- Prevalencia en la difusión de contenidos.- Los medios de comunicación, en forma general, difundirán contenidos de carácter informativo, educativo y cultural, en forma prevalente. Estos contenidos deberán propender a la calidad y ser difusores de los valores y los derechos fundamentales consignados en la Constitución y en los instrumentos internacionales de derechos humanos.

Art. 9.- Códigos deontológicos.- Los medios de comunicación públicos, privados y comunitarios deberán expedir por sí mismos códigos deontológicos orientados a mejorar sus prácticas de gestión interna y su trabajo comunicacional. Estos códigos deberán considerar las normas establecidas en el artículo 10 de esta Ley. Los códigos deontológicos no pueden suplir a la ley.

TÍTULO II

Principios y derechos

CAPÍTULO I

Principios

Art. 10.- Normas deontológicas.- Todas las personas naturales o jurídicas que participen en el proceso comunicacional deberán considerar las siguientes normas mínimas, de acuerdo a las características propias de los medios que utilizan para difundir información y opiniones:

1. Referidos a la dignidad humana:
 - a. Respetar la honra y la reputación de las personas;
 - b. Abstenerse de realizar y difundir contenidos y comentarios discriminatorios; y,
 - c. Respetar la intimidad personal y familiar.

2. Relacionados con los grupos de atención prioritaria:
 - a. No incitar a que los niños, niñas y adolescentes imiten comportamientos perjudiciales o peligrosos para su salud;
 - b. Abstenerse de usar y difundir imágenes o menciones identificativas que atenten contra la dignidad o los derechos de las personas con graves patologías o discapacidades;
 - c. Evitar la representación positiva o avalorativa de escenas donde se haga burla de discapacidades físicas o psíquicas de las personas;
 - d. Abstenerse de emitir imágenes o menciones identificativas de niños, niñas y adolescentes como autores, testigos o víctimas de actos ilícitos; salvo el caso que, en aplicación del interés superior del niño, sea dispuesto por autoridad competente;
 - e. Proteger el derecho a la imagen y privacidad de adolescentes en conflicto con la ley penal, en concordancia con las disposiciones del Código de la Niñez y Adolescencia; y,
 - f. Abstenerse de emitir contenidos que atenten contra la dignidad de los adultos mayores, o proyecten una visión negativa del envejecimiento.
 3. Concernientes al ejercicio profesional:
 - a. Respetar los presupuestos constitucionales de verificación, oportunidad, contextualización y contrastación en la difusión de información de relevancia pública o interés general;
 - b. Abstenerse de omitir y tergiversar intencionalmente elementos de la información u opiniones difundidas;
 - c. Abstenerse de obtener información o imágenes con métodos ilícitos;
 - d. Evitar un tratamiento morboso a la información sobre crímenes, accidentes, catástrofes u otros eventos similares;
 - e. Defender y ejercer el derecho a la cláusula de conciencia;
 - f. Impedir la censura en cualquiera de sus formas, independientemente de quien pretenda realizarla;
 - g. No aceptar presiones externas en el cumplimiento de la labor periodística;
 - h. Ejercer y respetar los derechos a la reserva de fuente y el secreto profesional;
 - i. Abstenerse de usar la condición de periodista o comunicador social para obtener beneficios personales;
 - j. No utilizar en provecho propio información privilegiada, obtenida en forma confidencial en el ejercicio de su función informativa; y,
 - k. Respetar los derechos de autor y las normas de citas.
 4. Relacionados con las prácticas de los medios de comunicación social:
 - a. Respetar la libertad de expresión, de comentario y de crítica;
 - b. Rectificar, a la brevedad posible, las informaciones que se hayan demostrado como falsas o erróneas;
 - c. Respetar el derecho a la presunción de inocencia;
 - d. Abstenerse de difundir publireportajes como si fuese material informativo;
 - e. Cuidar que los titulares sean coherentes y consistentes con el contenido de las noticias;
 - f. Distinguir de forma inequívoca entre noticias y opiniones;
 - g. Distinguir claramente entre el material informativo, el material editorial y el material comercial o publicitario;
 - h. Evitar difundir, de forma positiva o avalorativa, las conductas irresponsables con el medio ambiente;
 - i. Asumir la responsabilidad de la información y opiniones que se difundan; y,
 - j. Abstenerse de realizar prácticas de linchamiento mediático, entendiendo por tales, la difusión de información concertada y reiterativa, de manera directa o por terceros, a través de los medios de comunicación destinada a desprestigiar a una persona natural o jurídica o reducir su credibilidad pública.
- El incumplimiento de las normas deontológicas establecidas en este artículo podrá ser denunciado por cualquier ciudadano u organización ante la Superintendencia de la Información y Comunicación, la que, luego de comprobar la veracidad de lo denunciado, emitirá una amonestación escrita, siempre que no constituya una infracción que amerite otra sanción o medida administrativa establecida en esta Ley.
- Art. 11.- Principio de acción afirmativa.-** Las autoridades competentes adoptarán medidas de política pública destinadas a mejorar las condiciones para el acceso y ejercicio de los derechos a la comunicación de grupos humanos que se consideren fundadamente, en situación de desigualdad real; respecto de la generalidad de las ciudadanas y los ciudadanos.
- Tales medidas durarán el tiempo que sea necesario para superar dicha desigualdad y su alcance se definirá para cada caso concreto.
- Art. 12.- Principio de democratización de la comunicación e información.-** Las actuaciones y decisiones de los funcionarios y autoridades públicas con competencias en materia de derechos a la comunicación,

propenderán permanente y progresivamente a crear las condiciones materiales, jurídicas y políticas para alcanzar y profundizar la democratización de la propiedad y acceso a los medios de comunicación, a crear medios de comunicación, a generar espacios de participación, al acceso a las frecuencias del espectro radioeléctrico asignadas para los servicios de radio y televisión abierta y por suscripción, las tecnologías y flujos de información.

Art. 13.- Principio de participación.- Las autoridades y funcionarios públicos así como los medios públicos, privados y comunitarios, facilitarán la participación de los ciudadanos y ciudadanas en los procesos de la comunicación.

Art. 14.- Principio de interculturalidad y plurinacionalidad.- El Estado a través de las instituciones, autoridades y funcionarios públicos competentes en materia de derechos a la comunicación promoverán medidas de política pública para garantizar la relación intercultural entre las comunas, comunidades, pueblos y nacionalidades; a fin de que éstas produzcan y difundan contenidos que reflejen su cosmovisión, cultura, tradiciones, conocimientos y saberes en su propia lengua, con la finalidad de establecer y profundizar progresivamente una comunicación intercultural que valore y respete la diversidad que caracteriza al Estado ecuatoriano.

Art. 15.- Principio de interés superior de niñas, niños y adolescentes.- Los medios de comunicación promoverán de forma prioritaria el ejercicio de los derechos a la comunicación de las niñas, niños y adolescentes, atendiendo el principio de interés superior establecido en la Constitución y en el Código de la Niñez y la Adolescencia.

Art. 16.- Principio de transparencia.- Los medios de comunicación social difundirán sus políticas editoriales e informativas y su código deontológico en portales web o en un instrumento a disposición del público.

CAPÍTULO II

Derechos a la comunicación

SECCIÓN I

Derechos de libertad

Art. 17.- Derecho a la libertad de expresión y opinión.- Todas las personas tienen derecho a expresarse y opinar libremente de cualquier forma y por cualquier medio, y serán responsables por sus expresiones de acuerdo a la ley.

Art. 18.- Prohibición de censura previa.- Queda prohibida la censura previa por parte de una autoridad, funcionario público, accionista, socio, anunciante o cualquier otra persona que en ejercicio de sus funciones o en su calidad revise, apruebe o desaprobe los contenidos previos a su difusión a través de cualquier medio de comunicación, a fin de obtener de forma ilegítima un beneficio propio, favorecer a una tercera persona y/o perjudicar a un tercero. Los medios de comunicación tienen el deber de cubrir y difundir los hechos de interés público. La omisión deliberada y recurrente de la difusión de temas de interés público constituye un acto de censura previa.

Quienes censuren previamente o ejecuten actos conducentes a realizarla de manera indirecta, serán sancionados administrativamente por la Superintendencia de la Información y Comunicación con una multa de 10 salarios básicos unificados, sin perjuicio de que el autor de los actos de censura responda judicialmente por la comisión de delitos y/o por los daños causados y por su reparación integral.

Art. 19.- Responsabilidad ulterior.- Para efectos de esta ley, responsabilidad ulterior es la obligación que tiene toda persona de asumir las consecuencias administrativas posteriores a difundir contenidos que lesionen los derechos establecidos en la Constitución y en particular los derechos de la comunicación y la seguridad pública del Estado, a través de los medios de comunicación. Sin perjuicio de las acciones civiles, penales o de cualquier otra índole a las que haya lugar.

Art. 20.- Responsabilidad ulterior de los medios de comunicación.- Habrá lugar a responsabilidad ulterior de los medios de comunicación, en los ámbitos administrativo, civil y penal cuando los contenidos difundidos sean asumidos expresamente por el medio o no se hallen atribuidos explícitamente a otra persona.

Los comentarios formulados al pie de las publicaciones electrónicas en las páginas web de los medios de comunicación legalmente constituidos serán responsabilidad personal de quienes los efectúen, salvo que los medios omitan cumplir con una de las siguientes acciones:

1. Informar de manera clara al usuario sobre su responsabilidad personal respecto de los comentarios emitidos;
2. Generar mecanismos de registro de los datos personales que permitan su identificación, como nombre, dirección electrónica, cédula de ciudadanía o identidad, o;
3. Diseñar e implementar mecanismos de autorregulación que eviten la publicación, y permitan la denuncia y eliminación de contenidos que lesionen los derechos consagrados en la Constitución y la ley.

Los medios de comunicación solo podrán reproducir mensajes de las redes sociales cuando el emisor de tales mensajes esté debidamente identificado; si los medios de comunicación no cumplen con esta obligación, tendrán la misma responsabilidad establecida para los contenidos publicados en su página web que no se hallen atribuidos explícitamente a otra persona.

Art. 21.- Responsabilidad solidaria de los medios de comunicación.- El medio de comunicación será solidariamente responsable por las indemnizaciones y compensaciones de carácter civil a que haya lugar, por incumplir su obligación de realizar las rectificaciones o impedir a los afectados el ejercicio de los derechos de réplica y de respuesta ordenados por la Superintendencia de la Información y Comunicación, previo el debido proceso, y que han sido generadas por la difusión de todo tipo de contenido que lesione derechos humanos, la reputación, el honor, el buen nombre de las personas y la seguridad pública del Estado, de acuerdo a lo que establece la Constitución y la ley.

Art. 22.- Derecho a recibir información de relevancia pública veraz.- Todas las personas tienen derecho a que la información de relevancia pública que reciben a través de los medios de comunicación sea verificada, contrastada, precisa y contextualizada.

La verificación implica constatar que los hechos difundidos efectivamente hayan sucedido.

La contrastación implica recoger y publicar, de forma equilibrada, las versiones de las personas involucradas en los hechos narrados, salvo que cualquiera de ellas se haya negado a proporcionar su versión, de lo cual se dejará constancia expresa en la nota periodística.

La precisión implica recoger y publicar con exactitud los datos cuantitativos y cualitativos que se integran a la narración periodística de los hechos. Son datos cualitativos los nombres, parentesco, función, cargo, actividad o cualquier otro que establezca conexidad de las personas con los hechos narrados. Si no fuese posible verificar los datos cuantitativos o cualitativos, los primeros serán presentados como estimaciones y los segundos serán presentados como suposiciones.

La contextualización implica poner en conocimiento de la audiencia los antecedentes sobre los hechos y las personas que forman parte de la narración periodística.

Si las personas que son citadas como fuentes de información u opinión tienen un interés específico o vinculación de orden electoral, política, económica o de parentesco en relación a las personas o a los hechos que forman parte de la narración periodística, esto deberá mencionarse como dato de identificación de la fuente.

Art. 23.- Derecho a la rectificación.- Todas las personas tienen derecho a que los medios de comunicación rectifiquen la información que han difundido sobre ellas, sus familiares o sobre los asuntos a su cargo cuando existan deficiencias en la verificación, contrastación y precisión de la información de relevancia pública de acuerdo a lo establecido en el artículo 22 de esta Ley.

Los medios de comunicación tienen la obligación jurídica de publicar dentro del plazo de 72 horas, contadas a partir de presentado el reclamo de la persona afectada, de forma gratuita, con las mismas características, dimensiones y en el mismo espacio, sección u horario; las rectificaciones a las que haya lugar.

En caso de que el medio de comunicación no viabilice por su propia iniciativa el derecho de rectificación, la Superintendencia de la Información y Comunicación podrá disponer, previa la calificación de la pertinencia del reclamo, las siguientes medidas administrativas:

1. La rectificación y la disculpa pública de la directora o del director del medio de comunicación presentada por escrito a los afectados directos con copia al Consejo de Regulación y Desarrollo de la Información y Comunicación, la cual se publicará en su página web y en la primera interfaz de la página web del medio de comunicación por un plazo no menor a siete días consecutivos;

2. Lectura o transcripción de la rectificación y la disculpa pública en el mismo espacio, programas, secciones y medio de comunicación en que se difundió la información no demostrada, falsa o inexacta;
3. Solo en caso de reincidencia que tenga lugar dentro de un año se impondrá una multa equivalente al 10% de la facturación promediada de los últimos tres meses presentada en sus declaraciones al Servicio de Rentas Internas, sin perjuicio de cumplir lo establecido en los numerales 1 y 2 de este artículo;
4. En caso de nuevas reincidencias, la multa será el doble de lo cobrado en cada ocasión anterior, sin perjuicio de cumplir lo establecido en los numerales 1 y 2 de este artículo.

En el caso de los medios de comunicación públicos o comunitarios que no tengan facturación, la multa será del 10% de la doceava parte de su presupuesto anual.

El cumplimiento de estas medidas administrativas, no excluye las acciones judiciales a las que haya lugar por la difusión de información no demostrada, falsa o inexacta.

Art. 24.- Derecho a la réplica.- Toda persona o colectivo humano que haya sido directamente aludido a través de un medio de comunicación, de forma que afecte sus derechos a la dignidad, honra o reputación; tiene derecho a que ese medio difunda su réplica de forma gratuita, en el mismo espacio, página y sección en medios escritos, o en el mismo programa en medios audiovisuales y en un plazo no mayor a 72 horas a partir de la solicitud planteada por el aludido.

En caso de que el medio de comunicación no viabilice por su propia iniciativa el derecho de réplica, la Superintendencia de la Información y Comunicación podrá disponer, previa la calificación sobre la pertinencia del reclamo, las mismas medidas administrativas establecidas para la violación del derecho a la rectificación.

Art. 25.- Posición de los medios sobre asuntos judiciales.- Los medios de comunicación se abstendrán de tomar posición institucional sobre la inocencia o culpabilidad de las personas que están involucradas en una investigación legal o proceso judicial penal hasta que se ejecutorie la sentencia dictada por un juez competente.

La violación de esta prohibición será sancionada por la Superintendencia de la Información y Comunicación con una multa equivalente al 2% de la facturación promediada de los últimos tres meses del medio de comunicación, presentada en sus declaraciones al Servicio de Rentas Internas. En caso de reincidencia que se realice en un mismo año, la multa será el doble de lo cobrado en cada ocasión anterior.

Art. 26.- Linchamiento mediático.- Queda prohibida la difusión de información que, de manera directa o a través de terceros, sea producida de forma concertada y publicada reiterativamente a través de uno o más medios de comunicación con el propósito de desprestigiar a una persona natural o jurídica o reducir su credibilidad pública.

La Superintendencia de la Información y Comunicación podrá disponer, previa la calificación de la pertinencia del reclamo, las siguientes medidas administrativas:

1. La disculpa pública de la o las personas que produjeron y difundieron tal información.
2. Publicar la disculpa establecida en el numeral anterior en el medio o medios de comunicación, en días distintos, en el mismo espacio, programas, secciones, tantas veces como fue publicada la información lesiva al prestigio o la credibilidad de las personas afectadas.

Estas medidas administrativas se aplicarán sin perjuicio de que los autores de la infracción respondan por la comisión de delitos y/o por los daños causados y por su reparación integral.

Art. 27.- Equidad en la publicidad de casos judiciales.- En todos los casos en que los medios de comunicación aborden el tratamiento de hechos sometidos a investigación o procesamiento judicial, están obligados a publicar, en igualdad de condiciones, las versiones y argumentos de las partes involucradas.

Esta obligación implica para los medios impresos, proporcionar a todas las partes involucradas el mismo espacio, página y sección para exponer sus argumentos; y, en el caso de los medios audiovisuales implica contar con la presencia de las partes o su representante de manera simultánea o consecutiva en el mismo programa y por el mismo espacio de tiempo, para exponer sus argumentos.

Si cualquiera de las partes se niega a usar el espacio ofrecido por los medios de comunicación, se entenderá que la obligación del medio está debidamente cumplida con haber extendido la correspondiente invitación, lo cual será señalado expresamente en la nota periodística o en el correspondiente programa.

Sin perjuicio de la negativa de las partes, cualquiera de ellas podrá hacer uso de su derecho a un tratamiento equitativo en cualquier momento posterior, dentro de un año contado a partir de su negativa inicial, en los mismos términos que establece esta Ley en el caso del derecho de réplica.

En caso de que el medio de comunicación no viabilice por su propia iniciativa el derecho de las partes al tratamiento equitativo, la Superintendencia de la Información y Comunicación podrá disponer, previo a la calificación sobre la pertinencia del reclamo, las mismas medidas administrativas establecidas para la violación del derecho a la rectificación.

Art. 28.- Copias de programas o impresos.- Toda persona que se sienta afectada por informaciones de un medio de comunicación, podrá solicitar fundadamente copias de los programas o publicaciones.

Los medios de comunicación tienen la obligación de atender favorablemente, en un término no mayor a 3 días, las solicitudes de entrega de copias de los programas o publicaciones que sean presentadas por escrito.

La falta de cumplimiento de esta obligación, será sancionada administrativamente por la Superintendencia de la Información y Comunicación con una multa de 1 a 4 remuneraciones básicas mínimas unificadas del trabajador en general para el medio que no atienda oportunamente este pedido, sin perjuicio de que emita inmediatamente la copia solicitada.

Art. 29.- Libertad de información.- Todas las personas tienen derecho a recibir, buscar, producir y difundir información por cualquier medio o canal y a seleccionar libremente los medios o canales por los que acceden a información y contenidos de cualquier tipo.

Esta libertad solo puede limitarse fundadamente mediante el establecimiento previo y explícito de causas contempladas en la ley, la Constitución o un instrumento internacional de derechos humanos, y solo en la medida que esto sea indispensable para el ejercicio de otros derechos fundamentales o el mantenimiento del orden constituido.

Toda conducta que constituya una restricción ilegal a la libertad de información, será sancionada administrativamente de la misma manera que esta Ley lo hace en los casos de censura previa por autoridades públicas y en los medios de comunicación, sin perjuicio de las otras acciones legales a las que haya lugar.

Art. 30.- Información de circulación restringida.- No podrá circular libremente, en especial a través de los medios de comunicación, la siguiente información:

1. Aquella que esté protegida expresamente con una cláusula de reserva previamente establecida en la ley;
2. La información acerca de datos personales y la que provenga de las comunicaciones personales, cuya difusión no ha sido debidamente autorizada por su titular, por la ley o por juez competente;
3. La información producida por la Fiscalía en el marco de una indagación previa; y,
4. La información acerca de las niñas, niños y adolescentes que viole sus derechos según lo establecido en el Código de la Niñez y Adolescencia.

La persona que realice la difusión de información establecida en los literales anteriores será sancionada administrativamente por la Superintendencia de Información y Comunicación con una multa de 10 a 20 remuneraciones básicas mínimas unificadas, sin perjuicio de que responda judicialmente, de ser el caso, por la comisión de delitos y/o por los daños causados y por su reparación integral.

Art. 31.- Derecho a la protección de las comunicaciones personales.- Todas las personas tienen derecho a la inviolabilidad y al secreto de sus comunicaciones personales, ya sea que éstas se hayan realizado verbalmente, a través de las redes y servicios de telecomunicaciones legalmente autorizadas o estén soportadas en papel o dispositivos de almacenamiento electrónico.

Queda prohibido grabar o registrar por cualquier medio las comunicaciones personales de terceros sin que ellos hayan conocido y autorizado dicha grabación o registro, salvo el caso de las investigaciones encubiertas autorizadas y ordenadas por un juez competente y ejecutadas de acuerdo a la ley.

La violación de este derecho será sancionada de acuerdo a la ley.

Art. 32.- Protección integral de las niñas, niños y adolescentes.- Las niñas, niños y adolescentes tienen derecho a la expresión de sus ideas, pensamientos, sentimientos y acciones desde sus propias formas y espacios en su lengua natal, sin discriminación ni estigmatización alguna.

Los mensajes que difundan los medios de comunicación social y las demás entidades públicas y privadas, privilegiarán la protección integral de las niñas, niños y adolescentes, especialmente contra la revictimización en casos de violencia sexual, física, psicológica, intrafamiliar, accidentes y otros.

La revictimización así como la difusión de contenidos que vulneren los derechos de los niños, niñas y adolescentes, de acuerdo a lo establecido en el Código de la Niñez y Adolescencia, será sancionada administrativamente por la Superintendencia de la Información y Comunicación con una multa de 5 a 10 remuneraciones básicas mínimas unificadas, sin perjuicio de que el autor de estas conductas responda judicialmente por la comisión de delitos y/o por los daños causados y por su reparación integral.

SECCIÓN II

Derechos de igualdad e interculturalidad

Art. 33.- Derecho a la creación de medios de comunicación social.- Todas las personas, en igualdad de oportunidades y condiciones, tienen derecho a formar medios de comunicación, con las limitaciones constitucionales y legales establecidas para las entidades o grupos financieros y empresariales, sus representantes legales, miembros de su directorio y accionistas.

La violación de este derecho se sancionará de acuerdo a la ley.

Art. 34.- Derecho al acceso a frecuencias.- Todas las personas en forma individual y colectiva tienen derecho a acceder, en igualdad de condiciones, al uso de las frecuencias del espectro radioeléctrico, asignadas para los servicios de radio y televisión abierta y por suscripción en los términos que señala la ley.

Art. 35.- Derecho al acceso universal a las tecnologías de la información y comunicación.- Todas las personas tienen derecho a acceder, capacitarse y usar las tecnologías de información y comunicación para potenciar el disfrute de sus derechos y oportunidades de desarrollo.

Art. 36.- Derecho a la comunicación intercultural y plurinacional.- Los pueblos y nacionalidades indígenas, afroecuatorianas y montubias tienen derecho a producir y difundir en su propia lengua, contenidos que expresen y reflejen su cosmovisión, cultura, tradiciones, conocimientos y saberes.

Todos los medios de comunicación tienen el deber de difundir contenidos que expresen y reflejen la cosmovisión, cultura, tradiciones, conocimientos y saberes de los pueblos y nacionalidades indígenas, afroecuatorianas y montubias, por un espacio de 5% de su programación diaria, sin perjuicio de que por su propia iniciativa, los medios de

comunicación amplíen este espacio. El Consejo de Regulación y Desarrollo de la Información y la Comunicación establecerá los mecanismos y la reglamentación para el cumplimiento de esta obligación.

La falta de cumplimiento de este deber por parte de los medios de comunicación, será sancionada administrativamente por la Superintendencia de la Información y la Comunicación con la imposición de una multa equivalente al 10% de la facturación promediada de los últimos tres meses presentada en sus declaraciones al Servicio de Rentas Internas, sin perjuicio de que cumpla su obligación de difundir estos contenidos.

Art. 37.- Derecho al acceso de las personas con discapacidad.- Se promueve el derecho al acceso y ejercicio de los derechos a la comunicación de las personas con discapacidad. Para ello, los medios de comunicación social, las instituciones públicas y privadas del sistema de comunicación social y la sociedad desarrollarán progresivamente, entre otras, las siguientes medidas: traducción con subtítulos, lenguaje de señas y sistema braille.

El Estado adoptará políticas públicas que permitan la investigación para mejorar el acceso preferencial de las personas con discapacidad a las tecnologías de información y comunicación.

Art. 38.- Participación ciudadana.- La ciudadanía tiene el derecho de organizarse libremente en audiencias públicas, veedurías, asambleas, cabildos populares, consejos consultivos, observatorios u otras formas organizativas, a fin de incidir en la gestión de los medios de comunicación y vigilar el pleno cumplimiento de los derechos a la comunicación por parte de cualquier medio de comunicación.

SECCIÓN III

Derechos de los comunicadores

Art. 39.- Derecho a la cláusula de conciencia.- La cláusula de conciencia es un derecho de los comunicadores sociales y las comunicadoras sociales, que tiene por objeto garantizar la independencia en el desempeño de sus funciones.

Las y los comunicadores sociales podrán aplicar la cláusula de conciencia, sin que este hecho pueda suponer sanción o perjuicio, para negarse de manera motivada a:

1. Realizar una orden de trabajo o desarrollar contenidos, programas y mensajes contrarios al Código de Ética del medio de comunicación o a los principios éticos de la comunicación;
2. Suscribir un texto del que son autores, cuando éste haya sido modificado por un superior en contravención al Código de Ética del medio de comunicación o a los principios éticos de la comunicación.

El ejercicio de la cláusula de conciencia no puede ser considerado bajo ninguna circunstancia como causal legal de despido de la comunicadora o del comunicador social.

En todos los casos, las y los comunicadores sociales tendrán derecho a hacer público su desacuerdo con el medio de comunicación social a través del propio medio.

Art. 40.- Derecho a la reserva de la fuente.- Ninguna persona que difunda información de interés general, podrá ser obligada a revelar la fuente de la información. Esta protección no le exime de responsabilidad ulterior.

La información sobre la identidad de una fuente obtenida ilegal y forzosamente, carecerá de todo valor jurídico; y, los riesgos, daños y perjuicios a los que tal fuente quede expuesta serán imputables a quien forzó la revelación de su identidad, quedando obligado a efectuar la reparación integral de los daños.

Art. 41.- Derecho a mantener el secreto profesional.- Ninguna persona que realice actividades de comunicación social podrá ser obligada a revelar los secretos confiados a ella en el marco del ejercicio de estas actividades.

La información obtenida forzosamente carecerá de todo valor jurídico; y, los riesgos, daños y perjuicios que genere a las personas involucradas serán imputables a quien forzó la revelación de los secretos profesionales, quedando obligada a efectuar la reparación integral de los daños.

Art. 42.- Libre ejercicio de la comunicación.- Todas las personas ejercerán libremente los derechos a la comunicación reconocidos en la Constitución y esta Ley a través de cualquier medio de comunicación social.

Las actividades periodísticas de carácter permanente realizadas en los medios de comunicación, en cualquier nivel o cargo, deberán ser desempeñadas por profesionales en periodismo o comunicación, con excepción de las personas que tienen espacios de opinión, y profesionales o expertos de otras ramas que mantienen programas o columnas especializadas.

Las personas que realicen programas o actividades periodísticas en las lenguas de las nacionalidades y pueblos indígenas, no están sujetas a las obligaciones establecidas en el párrafo anterior.

En las entidades públicas los cargos inherentes a la comunicación serán desempeñados por comunicadores o periodistas profesionales.

Art. 43.- Composición laboral de los medios de carácter nacional.- Los medios de comunicación social de carácter nacional conformarán su nómina de trabajadores con criterios de equidad y paridad entre hombres y mujeres, interculturalidad, igualdad de oportunidades para las personas con discapacidad y participación intergeneracional.

Art. 44.- Derechos laborales de las y los trabajadores de la comunicación.- Las y los comunicadores; y, las y los trabajadores de la comunicación tienen los siguientes derechos:

1. A la protección pública en caso de amenazas derivadas de su actividad como comunicadores;

2. A remuneraciones de acuerdo a las tablas salariales fijadas por la autoridad competente, a la seguridad social y demás derechos laborales, según sus funciones y competencias;
3. A ser provistos por sus empleadores de los recursos económicos, técnicos y materiales suficientes para el adecuado ejercicio de su profesión y de las tareas periodísticas que les encargan tanto en la ciudad, donde habitualmente trabajan, o fuera de ella;
4. A contar con los recursos, medios y estímulos para realizar investigación en el campo de la comunicación, necesarios para el ejercicio de sus funciones;
5. Al desarrollo profesional y capacitación técnica; para lo cual, las entidades públicas y privadas y los medios de comunicación darán las facilidades que fueran del caso; y,
6. A los demás derechos consagrados en la Constitución de la República y en la ley.

TÍTULO III Sistema de Comunicación Social

CAPÍTULO I Alcance

Art. 45.- Conformación.- El Sistema de Comunicación Social se conformará por instituciones de carácter público, las políticas y la normativa, así como con los actores privados, comunitarios y ciudadanos que se integren voluntariamente a él, de acuerdo al reglamento de esta Ley.

Art. 46.- Objetivos.- El Sistema Nacional de Comunicación tiene los siguientes objetivos:

1. Articular los recursos y capacidades de los actores públicos, comunitarios y privados que conforman el Sistema para lograr el pleno ejercicio de los derechos de la comunicación reconocidos en la Constitución, en esta Ley y en otras normas del ordenamiento jurídico ecuatoriano;
2. Desarrollar e implementar mecanismos de planificación pública participativa y descentralizada para la definición, control social y adecuación de todas las políticas públicas de comunicación;
3. Monitorear y evaluar las políticas públicas y los planes nacionales establecidos e implementados por las autoridades con competencias relativas al ejercicio de los derechos a la comunicación contemplados en esta Ley; y, formular recomendaciones para la optimización de la inversión pública y el cumplimiento de los objetivos y metas definidos en el Plan Nacional de Desarrollo relacionados con los derechos a la comunicación; y,
4. Producir permanentemente información sobre los avances y dificultades en la aplicabilidad de los derechos de la comunicación, el desempeño de los medios de comunicación, y el aprovechamiento de las

tecnologías de la comunicación e información, teniendo como parámetros de referencia principalmente los contenidos constitucionales, los de los instrumentos internacionales y los de esta Ley.

CAPÍTULO II

De la institucionalidad para la Regulación y el Control

Art. 47.- Consejo de Regulación y Desarrollo de la Información y Comunicación.- El Consejo de Regulación y Desarrollo de la Información y Comunicación es un cuerpo colegiado con personalidad jurídica, autonomía funcional, administrativa y financiera, cuyo presidente ejercerá la representación legal, judicial y extrajudicial de esta entidad.

Sus resoluciones son de obligatorio cumplimiento.

Art. 48.- Integración.- El Consejo de Regulación y Desarrollo de la Información y Comunicación estará integrado de la siguiente manera:

1. Un representante de la Función Ejecutiva, quien lo presidirá.
2. Un representante de los Consejos Nacionales de Igualdad.
3. Un representante del Consejo de Participación Ciudadana y Control Social.
4. Un representante de los Gobiernos Autónomos Descentralizados.
5. Un representante del Defensor del Pueblo.

Art. 49.- Atribuciones.- El Consejo de Regulación y Desarrollo de la Información y la Comunicación tendrá las siguientes atribuciones:

1. Establecer los mecanismos para el ejercicio de los derechos de los usuarios de los servicios de comunicación e información;
2. Regular el acceso universal a la comunicación y a la información;
3. Regular la clasificación de contenidos y franjas horarias;
4. Determinar mecanismos que permitan la variedad de programación, con orientación a programas educativos y/o culturales;
5. Establecer mecanismos para difundir las formas de comunicación propias de los distintos grupos sociales, étnicos y culturales;
6. Elaborar y expedir los reglamentos necesarios para el cumplimiento de sus atribuciones y su funcionamiento;
7. Elaborar estudios respecto al comportamiento de la comunidad sobre el contenido de los medios de información y comunicación;

8. Elaborar el informe vinculante, en los casos previstos en esta Ley, para la adjudicación o autorización de concesiones de frecuencias del espectro radioeléctrico para el funcionamiento de estaciones de radio y televisión abierta, y para la autorización de funcionamiento de los sistemas de audio y video por suscripción;

9. Formular observaciones y recomendaciones a los informes que le presente trimestralmente la autoridad de telecomunicaciones en el proceso de aplicar la distribución equitativa de frecuencias establecida en el Art. 106 de esta Ley;

10. Elaborar el informe para que la autoridad de telecomunicaciones proceda a resolver sobre la terminación de una concesión de radio o televisión por la causal de incumplimiento de los objetivos establecidos en el proyecto comunicacional;

11. Crear las instancias administrativas y operativas que sean necesarias para el cumplimiento de sus funciones; y,

12. Las demás contempladas en la ley.

Art. 50.- Requisitos.- Los integrantes del Consejo de Regulación y Desarrollo de la Información y Comunicación cumplirán los siguientes requisitos:

1. Tener nacionalidad ecuatoriana o ser extranjero legalmente residente en el Ecuador;
2. No tener relación de parentesco hasta el cuarto grado de consanguinidad y segundo de afinidad con quienes sean o hayan sido socios o accionistas en un porcentaje superior al 6% del capital social, o con propietarios, directivos y administradores de medios de comunicación social, durante los dos años anteriores a la fecha de su designación;
3. No ejercer funciones de administración o gerencia de los medios de comunicación social o trabajar bajo relación de dependencia en medios de comunicación social, ni haberlo hecho durante los dos años anteriores a la fecha de su designación; y,
4. Estar en goce de los derechos políticos y de participación.

Art. 51.- Destitución.- El Consejo de Regulación y Desarrollo de Información y Comunicación podrá destituir a una de sus consejeras o consejeros por la comisión de una falta grave, sólo con el voto favorable de al menos tres de sus integrantes.

El Consejo de Regulación y Desarrollo de la Información y Comunicación conocerá y resolverá sobre la destitución de las consejeras o consejeros por las causas establecidas en esta Ley, a través de un procedimiento que garantice el cumplimiento de las reglas del debido proceso.

La resolución de destitución podrá impugnarse en efecto devolutivo ante la justicia ordinaria.

Art. 52.- Causales de destitución.- Son causas de destitución, sin perjuicio de las acciones y sanciones penales y civiles a que haya lugar:

1. Recibir dádivas o aceptar la promesa de su entrega a cambio de condicionar sus decisiones en el ejercicio de su cargo;
2. Realizar actividades de proselitismo político en el ejercicio de sus funciones;
3. Encontrarse comprendido en una de las causales de incompatibilidad, que existiendo al momento del nombramiento no fue advertida, según lo dispuesto en la Ley Orgánica de Comunicación;
4. Inasistencia injustificada a más de tres sesiones consecutivas del Consejo; y,
5. Las demás que contemple la ley para los funcionarios públicos en general.

Art. 53.- Financiamiento.- El Consejo de Regulación y Desarrollo de la Información y Comunicación tendrá financiamiento del Presupuesto General del Estado.

Art. 54.- Consejo Consultivo.- El Consejo de Regulación y Desarrollo de la Información y Comunicación tendrá un Consejo Consultivo como mecanismo de consulta y asesoría de carácter no vinculante, en los procesos de formulación de políticas en materia de información y comunicación.

Estará conformado por:

1. Un representante de los realizadores audiovisuales;
2. Un representante de los comunicadores sociales;
3. Un representante de organizaciones ciudadanas relacionadas a la promoción de la cultura;
4. Un representante de los catedráticos universitarios de las facultades de comunicación; y,
5. Un representante de los estudiantes de comunicación.

El Consejo Nacional Electoral conformará los colegios electorales para la elección de representantes establecidos en los numerales del 2 al 6.

Art. 55.- Superintendencia de la Información y Comunicación.- La Superintendencia de la Información y Comunicación es el organismo técnico de vigilancia, auditoría, intervención y control, con capacidad sancionatoria, de administración desconcentrada, con personalidad jurídica, patrimonio propio y autonomía administrativa, presupuestaria y organizativa; que cuenta con amplias atribuciones para hacer cumplir la normativa de regulación de la Información y Comunicación.

La Superintendencia tendrá en su estructura intendencias, unidades, divisiones técnicas, y órganos asesores que se establezcan en la normativa que para el efecto emita.

La o el Superintendente será nombrado por el Consejo de Participación Ciudadana y Control Social de una terna que enviará la Presidenta o Presidente de la República de conformidad con lo dispuesto en la Constitución.

Las resoluciones que emita la Superintendencia en el ámbito de su competencia son de obligatorio cumplimiento.

Art. 56.- Atribuciones de la Superintendencia de la Información y Comunicación.- Serán atribuciones de la Superintendencia de la Información y Comunicación :

1. Fiscalizar, supervisar y ordenar el cumplimiento de las disposiciones legales y reglamentarias sobre los derechos de la comunicación;
2. Atender, investigar y resolver las denuncias o reclamos formulados por las personas naturales o jurídicas, a través de sus representantes, en materia de derechos de la comunicación;
3. Requerir a los ciudadanos, instituciones y actores relacionados a la comunicación, información sobre sí mismos que fuere necesaria para el cumplimiento de sus atribuciones;
4. Aplicar las sanciones establecidas en el marco de esta Ley y de la regulación que emita la autoridad reguladora; y,
5. Las demás establecidas en la ley.

Art. 57.- Procedimientos administrativos.- Los procedimientos administrativos para que los ciudadanos presenten reclamos y solicitudes sobre el ejercicio de sus derechos a la comunicación, así como los procedimientos para que de oficio se proteja tales derechos o se exija a los administrados el cumplimiento de las obligaciones determinadas en esta Ley, serán establecidos en el Reglamento que emitirá para tales efectos el Consejo de Regulación y Desarrollo de la Información y Comunicación.

Además de las sanciones o medidas administrativas fijadas en esta Ley, para cada caso específico, la Superintendencia de la Información y Comunicación podrá realizar comunicaciones y amonestaciones escritas a los administrados para llamar su atención sobre prácticas que deben ser mejoradas o corregidas porque ponen o pueden poner en riesgo el ejercicio de los derechos a la comunicación.

Art. 58.- Resoluciones de la Superintendencia.- Las resoluciones de la Superintendencia de la Información y Comunicación son vinculantes y su contenido debe ser acatado y cumplido en los plazos establecidos en la ley o en dichas resoluciones.

En caso de que los administrados impugnen judicialmente la resolución de la Superintendencia, tal resolución continuará aplicándose hasta que un juez competente la suspenda o la revoque definitivamente.

Art. 59.- Caducidad y prescripción.- Las acciones para iniciar el procedimiento administrativo caducarán en ciento ochenta días a partir de la fecha de comisión de la presunta infracción contemplada en esta Ley. La potestad para sancionar las infracciones prescribirá en tres años a partir del inicio del procedimiento.

TÍTULO IV Regulación de contenidos

Art. 60.- Identificación y clasificación de los tipos de contenidos.- Para efectos de esta Ley, los contenidos de

radiodifusión sonora, televisión, los canales locales de los sistemas de audio y video por suscripción, y de los medios impresos, se identifican y clasifican en:

1. Informativos -I;
2. De opinión -O;
3. Formativos/educativos/culturales -F;
4. Entretenimiento -E;
5. Deportivos -D; y,
6. Publicitarios -P.

Los medios de comunicación tienen la obligación de clasificar todos los contenidos de su publicación o programación con criterios y parámetros jurídicos y técnicos.

Los medios de comunicación públicos, privados y comunitarios deben identificar el tipo de contenido que transmiten; y señalar si son o no aptos para todo público, con el fin de que la audiencia pueda decidir informadamente sobre la programación de su preferencia.

Quedan exentos de la obligación de identificar los contenidos publicitarios, los medios radiales que inserten publicidad en las narraciones de espectáculos deportivos o similares que se realicen en transmisiones en vivo o diferidas.

El incumplimiento de la obligación de clasificar los contenidos, será sancionado administrativamente por la Superintendencia de la Información y Comunicación con una multa de 1 a 5 salarios básicos por cada ocasión en que se omita cumplir con ésta.

Art. 61.- Contenido discriminatorio.- Para los efectos de esta Ley, se entenderá por contenido discriminatorio todo mensaje que se difunda por cualquier medio de comunicación social que connote distinción, exclusión o restricción basada en razones de etnia, lugar de nacimiento, edad, sexo, identidad de género, identidad cultural, estado civil, idioma, religión, ideología, filiación política, pasado judicial, condición socio-económica, condición migratoria, orientación sexual, estado de salud, portar VIH, discapacidad o diferencia física y otras que tenga por objeto o resultado menoscabar o anular el reconocimiento, goce o ejercicio de los derechos humanos reconocidos en la Constitución y en los instrumentos internacionales de derechos humanos, o que incite a la realización de actos discriminatorios o hagan apología de la discriminación.

Art. 62.- Prohibición.- Está prohibida la difusión a través de todo medio de comunicación social de contenidos discriminatorios que tenga por objeto o resultado menoscabar o anular el reconocimiento, goce o ejercicio de los derechos humanos reconocidos en la Constitución y en los instrumentos internacionales.

Se prohíbe también la difusión de mensajes a través de los medios de comunicación que constituyan apología de la discriminación e incitación a la realización de prácticas o actos violentos basados en algún tipo de mensaje discriminatorio.

Art. 63.- Criterios de calificación.- Para los efectos de esta ley, para que un contenido sea calificado de discriminatorio es necesario que el Consejo de Regulación y Desarrollo de la Información y Comunicación establezca, mediante resolución motivada, la concurrencia de los siguientes elementos:

1. Que el contenido difundido denote algún tipo concreto de distinción, exclusión o restricción;
2. Que tal distinción, exclusión o restricción esté basada en una o varias de las razones establecidas en el artículo 61 de esta Ley; y,
3. Que tal distinción, exclusión o restricción tenga por objeto o resultado menoscabar o anular el reconocimiento o goce de los derechos humanos garantizados en la Constitución y en los instrumentos internacionales; o que los contenidos difundidos constituyan apología de la discriminación o inciten a la realización de prácticas o actos violentos basados en algún tipo de discriminación.

Art. 64.- Medidas administrativas.- La difusión de contenidos discriminatorios ameritarán las siguientes medidas administrativas:

1. Disculpa pública de la directora o del director del medio de comunicación presentada por escrito a la persona o grupo afectado con copia a la Superintendencia de la Información y Comunicación, la cual se publicará en su página web y en la primera interfaz de la página web del medio de comunicación por un plazo no menor a siete días consecutivos;
2. Lectura o transcripción de la disculpa pública en el mismo espacio y medio de comunicación en que se difundió el contenido discriminatorio;
3. En caso de reincidencia se impondrá una multa equivalente del 1 al 10% de la facturación promediada de los últimos tres meses presentada en sus declaraciones al Servicio de Rentas Internas, considerando la gravedad de la infracción y la cobertura del medio, sin perjuicio de cumplir lo establecido en los numerales 1 y 2 de este artículo; y,
4. En caso de nuevas reincidencias, la multa será el doble de lo cobrado en cada ocasión anterior, sin perjuicio de cumplir lo establecido en los numerales 1 y 2 de este artículo.

La Superintendencia remitirá a la Fiscalía, para la investigación de un presunto delito, copias certificadas del expediente que sirvió de base para imponer la medida administrativa sobre actos de discriminación.

Art. 65.- Clasificación de audiencias y franjas horarias.- Se establece tres tipos de audiencias con sus correspondientes franjas horarias, tanto para la programación de los medios de comunicación de radio y televisión, incluidos los canales locales de los sistemas de audio y video por suscripción, como para la publicidad comercial y los mensajes del Estado:

1. Familiar: Incluye a todos los miembros de la familia. La franja horaria familiar comprende desde las 06h00 a las

18h00. En esta franja solo se podrá difundir programación de clasificación “A”: Apta para todo público;

2. Responsabilidad compartida: La componen personas de 12 a 18 años, con supervisión de personas adultas. La franja horaria de responsabilidad compartida transcurrirá en el horario de las 18h00 a las 22h00. En esta franja se podrá difundir programación de clasificación “A” y “B”: Apta para todo público, con vigilancia de una persona adulta; y,
3. Adultos: Compuesta por personas mayores a 18 años. La franja horaria de personas adultas transcurrirá en el horario de las 22h00 a las 06h00. En esta franja se podrá difundir programación clasificada con “A”, “B” y “C”: Apta solo para personas adultas.

En función de lo dispuesto en esta ley, el Consejo de Regulación y Desarrollo de la Información y Comunicación establecerá los parámetros técnicos para la definición de audiencias, franjas horarias, clasificación de programación y calificación de contenidos. La adopción y aplicación de tales parámetros será, en cada caso, de responsabilidad de los medios de comunicación.

Art. 66.- Contenido violento.- Para efectos de esta ley, se entenderá por contenido violento aquel que denote el uso intencional de la fuerza física o psicológica, de obra o de palabra, contra uno mismo, contra cualquier otra persona, grupo o comunidad, así como en contra de los seres vivos y la naturaleza.

Estos contenidos solo podrán difundirse en las franjas de responsabilidad compartida y adultos de acuerdo con lo establecido en esta ley.

El incumplimiento de lo dispuesto en este artículo será sancionado administrativamente por la Superintendencia de la Información y Comunicación con una multa de 1 a 5 salarios básicos por cada ocasión en que se omita cumplir con esta obligación.

Art. 67.- Prohibición.- Se prohíbe la difusión a través de los medios de comunicación de todo mensaje que constituya incitación directa o estímulo expreso al uso ilegítimo de la violencia, a la comisión de cualquier acto ilegal, la trata de personas, la explotación, el abuso sexual, apología de la guerra y del odio nacional, racial o religioso.

Queda prohibida la venta y distribución de material pornográfico audiovisual o impreso a niños, niñas y adolescentes menores de 18 años.

El incumplimiento de lo dispuesto en este artículo será sancionado administrativamente por la Superintendencia de la Información y Comunicación con una multa de 1 a 5 salarios básicos por cada ocasión en que se omita cumplir con esta obligación, sin perjuicio de que el autor de estas conductas responda judicialmente por la comisión de delitos y/o por los daños causados y por su reparación integral.

Art. 68.- Contenido sexualmente explícito.- Todos los mensajes de contenido sexualmente explícito difundidos a través de medios audiovisuales, que no tengan finalidad educativa, deben transmitirse necesariamente en horario para adultos.

Los contenidos educativos con imágenes sexualmente explícitas se difundirán en las franjas horarias de responsabilidad compartida y de apto para todo público, teniendo en cuenta que este material sea debidamente contextualizado para las audiencias de estas dos franjas.

El incumplimiento de lo dispuesto en este artículo será sancionado administrativamente por el Consejo de Regulación y Desarrollo de la Información y Comunicación con una multa de 1 a 5 salarios básicos por cada ocasión en que se omita cumplir con esta obligación.

Art. 69.- Suspensión de publicidad.- De considerarlo necesario, y sin perjuicio de implementar las medidas o sanciones administrativas previstas en esta Ley, la Superintendencia de la Información y Comunicación podrá disponer, mediante resolución fundamentada, la suspensión inmediata de la difusión de publicidad engañosa.

TÍTULO V

Medios de comunicación social

Art. 70.- Tipos de medios de comunicación.- Los medios de comunicación social son de tres tipos:

1. Públicos;
2. Privados; y,
3. Comunitarios.

Art. 71.- Responsabilidades comunes.- La información es un derecho constitucional y un bien público; y la comunicación social que se realiza a través de los medios de comunicación es un servicio público que deberá ser prestado con responsabilidad y calidad, respetando los derechos de la comunicación establecidos en la Constitución, los instrumentos internacionales y contribuyendo al buen vivir de las personas.

Todos los medios de comunicación tienen las siguientes responsabilidades comunes en el desarrollo de su gestión:

1. Respetar los derechos humanos y promover su plena aplicabilidad;
2. Desarrollar el sentido crítico de los ciudadanos y promover su participación en los asuntos de interés general;
3. Acatar y promover la obediencia a la Constitución, a las leyes y a las decisiones legítimas de las autoridades públicas;
4. Promover espacios de encuentro y diálogo para la resolución de conflictos de interés colectivo;
5. Contribuir al mantenimiento de la paz y la seguridad;
6. Servir de canal para denunciar el abuso o uso ilegítimo que los funcionarios estatales o personas particulares hagan de los poderes públicos y privados;
7. Impedir la difusión de publicidad engañosa, discriminatoria, sexista, racista o que atente contra los derechos humanos de las personas;

8. Promover el diálogo intercultural y las nociones de unidad y de igualdad en la diversidad y en las relaciones interculturales;
9. Promover la integración política, económica y cultural de los ciudadanos, pueblos y colectivos humanos; y,
10. Propender a la educomunicación.

Art. 72.- Acceso a los medios de comunicación de los candidatos y candidatas a cargos de elección popular.- Durante la campaña electoral, los medios de comunicación propenderán a que los candidatos y candidatas de todos los movimientos y partidos políticos participen en igualdad de condiciones en los debates, entrevistas y programas de opinión que realicen con la finalidad de dar a conocer a la ciudadanía los perfiles políticos, programas y propuestas para alcanzar los cargos de elección popular.

El Consejo Nacional Electoral promoverá que los medios de comunicación adopten todas las medidas que sean necesarias para tal efecto.

Art. 73.- El Defensor de las audiencias.- Los medios de comunicación de alcance nacional contarán obligatoriamente con un defensor de sus audiencias y lectores, designado mediante concurso público organizado por el Consejo de Participación Ciudadana y Control Social por el medio, quien cumplirá sus funciones con independencia y autonomía.

Además contarán con mecanismos de interactividad con sus audiencias y lectores, y espacios para la publicación de errores y correcciones.

Art. 74.- Obligaciones de los medios audiovisuales.- Los medios de comunicación audiovisuales de señal abierta tendrán la obligación de prestar gratuitamente los siguientes servicios sociales de información de interés general:

1. Transmitir en cadena nacional o local, en todos o en varios medios de comunicación social, los mensajes de interés general que disponga el Presidente de la República y/o la entidad de la Función Ejecutiva que reciba esta competencia. Los titulares de las demás funciones del Estado coordinarán con esta entidad de la Función Ejecutiva para hacer uso de este espacio destinado a realizar las cadenas establecidas en este numeral.

Estos espacios se utilizarán de forma coordinada única y exclusivamente para informar de las materias de su competencia cuando sea necesario para el interés público. Los servidores públicos señalados en el párrafo anterior serán responsables por el uso inadecuado de esta potestad;
2. Transmitir en cadena nacional o local, para los casos de estado de excepción previstos en la Constitución de la República, los mensajes que dispongan la o el Presidente de la República o las autoridades designadas para tal fin; y,
3. Destinar una hora diaria, no acumulable para programas oficiales de tele-educación, cultura, salubridad y derechos elaborados por los Ministerios o Secretarías con competencia en estas materias.

Art. 75.- Obligaciones de los sistemas de audio y video por suscripción.- Los sistemas de audio y video por suscripción suspenderán su programación para enlazarse gratuitamente en cadena nacional o local, para transmitir los mensajes que dispongan la o el Presidente de la República o las autoridades designadas para tal fin, en los casos de estado de excepción previstos en la Constitución.

Art. 76.- Transmisión de señal abierta por los sistemas de audio y video por suscripción.- Los sistemas de audio y video por suscripción tienen la obligación de transmitir en su sistema los canales de televisión abierta nacional, zonal y local que sean calificados previamente por el Consejo de Regulación y Desarrollo de la Información y Comunicación para tal efecto, considerando la calidad de sus contenidos y programación, siempre que satisfagan las condiciones técnicas que establezca la autoridad de telecomunicaciones.

La transmisión de televisión abierta por parte de los sistemas de audio y video por suscripción dentro del territorio nacional, estará exenta de pago de derechos de retransmisión a la estación de televisión o al operador del sistema y tampoco será cobrada a los abonados o suscriptores de estos sistemas.

En la transmisión de las señales de televisión abierta por parte de los sistemas de audio y video por suscripción, se respetará la programación original y no se podrá alterar ni incluir publicidad que no cuente con la autorización del propietario de la programación.

Art. 77.- Suspensión de la libertad de información.- La o el Presidente de la República, en uso de sus atribuciones constitucionales, puede disponer la suspensión del derecho a la libertad de información, para lo cual debe cumplir las siguientes condiciones:

1. Que el estado de excepción se haya declarado previamente;
2. Que se verifique la aplicación de los principios, condiciones y alcances que debe satisfacer la declaratoria del estado de excepción, según el Art. 164 de la Constitución;
3. Que se verifique el cumplimiento adecuado del procedimiento establecido en el Art. 166 de la Constitución para declarar el estado de excepción; y,
4. Que se fundamente por escrito y desde los parámetros del Estado de Derecho la necesidad y la finalidad de disponer la suspensión del derecho a la libertad de información y la censura previa a los medios de comunicación, estableciendo los alcances de estas medidas y el plazo que van a durar.

La declaratoria de estado de excepción solo puede suspender el derecho a la libertad de información y establecer la censura previa de los medios de comunicación, y no podrán establecerse restricciones de ningún tipo a los demás derechos de la comunicación establecidos en esta Ley y en la Constitución.

Los funcionarios estatales serán responsables administrativa, civil y penalmente por las afectaciones a los derechos de la comunicación que no se hallen expresamente autorizadas en virtud del estado de excepción.

SECCIÓN I
Medios de Comunicación Públicos

Art. 78.- Definición.- Los medios públicos de comunicación social son personas jurídicas de derecho público.

Se crearán a través de decreto, ordenanza o resolución según corresponda a la naturaleza de la entidad pública que los crea.

Los medios públicos pueden constituirse también como empresas públicas al tenor de lo establecido en la Ley Orgánica de Empresas Públicas.

La estructura, composición y atribuciones de los órganos de dirección, de administración, de control social y participación de los medios públicos se establecerán en el instrumento jurídico de su creación. Sin embargo, la estructura de los medios públicos siempre contará con un consejo editorial y un consejo ciudadano, salvo el caso de los medios públicos de carácter oficial.

Se garantizará su autonomía editorial.

Art. 79.- Empresas públicas de comunicación.- Si dos o más medios públicos se agrupan por razones estratégicas, de optimización de costos o para facilitar su gestión, éstos se constituirán en una empresa pública de comunicación al tenor de lo establecido en la Ley Orgánica de Empresas Públicas.

En estos casos, cada medio de comunicación público deberá contar necesariamente con un consejo editorial.

Art. 80.- Objetivos.- Los medios de comunicación social públicos tendrán los siguientes objetivos:

1. Producir y difundir contenidos que fomenten el reconocimiento de los derechos humanos, de todos los grupos de atención prioritaria y de la naturaleza;
2. Ofrecer servicios de información de relevancia pública veraz, verificada, oportuna y contextualizada, con respeto a los principios de independencia profesional y pluralismo;
3. Facilitar el debate democrático y la libre expresión de opiniones;
4. Fomentar la igualdad de género y la interculturalidad;
5. Impulsar el intercambio de información y el conocimiento mutuo entre los pueblos de América Latina y el mundo;
6. Promover la producción y difusión de contenidos audiovisuales nacionales;
7. Buscar y ejecutar mecanismos de cooperación y enlace con medios públicos a nivel nacional e internacional;
8. Implementar espacios para la promoción de las actividades productivas del país; y,
9. Ofrecer contenidos educativos, culturales, de recreación y entretenimiento que contribuyan al buen vivir.

Art. 81.- Financiamiento.- Los medios públicos, con excepción de los medios públicos oficiales, se financiarán con recursos de la institución respectiva. Subsidiariamente se financiarán de la siguiente forma:

1. Ingresos provenientes de la venta de publicidad;
2. Ingresos provenientes de la comercialización de sus productos comunicacionales; y,
3. Con los fondos provenientes de donaciones, patrocinios y cooperación nacional e internacional.

Art. 82.- Consejos ciudadanos.- Los consejos ciudadanos de los medios públicos se conformarán obligatoriamente atendiendo las normas previstas en la Ley de Participación y Control Social. Los miembros de estos consejos no serán remunerados.

Art. 83.- Medios de comunicación públicos de carácter oficial.- Las Funciones del Estado y los gobiernos autónomos descentralizados están facultados a crear medios de comunicación públicos de carácter oficial, los cuales tienen como objetivo principal difundir la posición oficial de la entidad pública que los crea en relación a los asuntos de su competencia y los de interés general de la ciudadanía, cumpliendo con las responsabilidades comunes a todos los medios de comunicación establecidas en el Art. 71 de esta Ley.

Los medios oficiales se financiarán exclusivamente con presupuesto de la función o del gobierno autónomo descentralizado que los crea y los ingresos provenientes de la venta de publicidad a instituciones del sector público.

SECCIÓN II
Medios de comunicación privados

Art. 84.- Definición.- Los medios de comunicación privados son personas naturales o jurídicas de derecho privado con o sin finalidad de lucro, cuyo objeto es la prestación de servicios públicos de comunicación con responsabilidad social.

SECCIÓN III
Medios de comunicación comunitarios

Art. 85.- Definición.- Los medios de comunicación comunitarios son aquellos cuya propiedad, administración y dirección corresponden a colectivos u organizaciones sociales sin fines de lucro, a comunas, comunidades, pueblos y nacionalidades.

Los medios de comunicación comunitarios no tienen fines de lucro y su rentabilidad es social.

Art. 86.- Acción afirmativa.- El Estado implementará las políticas públicas que sean necesarias para la creación y el fortalecimiento de los medios de comunicación comunitarios como un mecanismo para promover la pluralidad, diversidad, interculturalidad y plurinacionalidad; tales como: crédito preferente para la conformación de medios comunitarios y la compra de equipos; exenciones de

impuestos para la importación de equipos para el funcionamiento de medios impresos, de estaciones de radio y televisión comunitarias; acceso a capacitación para la gestión comunicativa, administrativa y técnica de los medios comunitarios.

La formulación de estas medidas de acción afirmativa en políticas públicas son responsabilidad del Consejo de Regulación y Desarrollo de la Información y Comunicación y su implementación estará a cargo de las entidades públicas que tengan competencias específicas en cada caso concreto.

El Consejo de Regulación y Desarrollo de la Información y Comunicación elaborará un informe anual acerca de las medidas de política pública adoptadas por el Estado, destinadas a la conformación o consolidación de los medios comunitarios; informe que será obligatoriamente publicado en su página web.

Art. 87.- Financiamiento.- Los fondos para el funcionamiento de los medios comunitarios provendrán de la venta de servicios y productos comunicacionales, venta de publicidad, donaciones, fondos de cooperación nacional e internacional, patrocinios y cualquier otra forma lícita de obtener ingresos.

Las utilidades que obtengan los medios de comunicación comunitarios en su gestión se reinvertirán con prioridad en el mejoramiento del propio medio, y posteriormente en los proyectos sociales de las comunidades y organizaciones a las que pertenecen.

A través de los mecanismos de contratación preferente a favor de la economía solidaria, previstos en la Ley de Contratación Pública, las entidades estatales en sus diversos niveles contratarán en los medios comunitarios servicios de publicidad, diseño y otros, que impliquen la difusión de contenidos educativos y culturales. Las entidades públicas podrán generar fondos concursables para la difusión cultural y educativa a través de los medios comunitarios.

SECCIÓN IV

Transparencia de los medios de comunicación social

Art. 88.- Registro público.- Los medios de comunicación social se registrarán obligatoriamente en un catastro a cargo del Consejo de Regulación y Desarrollo de la Información y Comunicación dicho catastro deberá contener datos generales que se determinarán en el reglamento.

Este registro no constituye una autorización para el funcionamiento del medio de comunicación.

Los medios de comunicación que no cumplan con la obligación de registro no podrán pautar publicidad de ninguna entidad del Estado.

Art. 89.- Actualización.- Los medios de comunicación deberán notificar al Consejo de Regulación y Desarrollo de la Información y Comunicación todo cambio en la información registrada.

Art. 90.- Difusión de tiraje.- Los medios de comunicación social impresos tendrán la obligación de incluir, en cada publicación que editen, un espacio en el que se especifique

el número total de ejemplares puestos en circulación, como medida de transparencia y acceso a la información.

La Superintendencia de la Información y la Comunicación podrá auditar en cualquier momento el tiraje de los medios de comunicación social impresos y comprobar la veracidad de las cifras de circulación publicadas, con el fin de precautelar los derechos de los lectores del medio, de sus competidores y de las empresas, entidades y personas que pauten publicidad o propaganda en ellos.

En caso de que se compruebe falsedad o inexactitud en las cifras de circulación de ejemplares de una o más ediciones impresas, la Superintendencia de la Información y la Comunicación ordenará que el medio publique en la primera interfaz de su página web y en la primera plana de sus ediciones en papel, por el plazo de uno a siete días consecutivos, el reconocimiento de que las cifras de su tiraje no corresponden a la realidad, así como la correspondiente disculpa pública dirigida a las empresas, entidades y personas que pautaron publicidad o propaganda en dicho medio.

Quien se considere afectado patrimonialmente por la falsedad en las cifras de circulación de ejemplares por un medio podrá ejercer las acciones legales que correspondan.

Art. 91.- Archivo de soportes.- Toda la programación y la publicidad de los medios de comunicación de radiodifusión sonora y de televisión deberá grabarse y se conservará hasta por ciento ochenta días a partir de la fecha de su emisión.

SECCIÓN V

Publicidad

Art. 92.- Actores de la publicidad.- La interrelación comercial entre los anunciantes, agencias de publicidad, medios de comunicación social y demás actores de la gestión publicitaria se regulará a través del reglamento de esta ley, con el objeto de establecer parámetros de equidad, respeto y responsabilidad social, así como evitar formas de control monopólico u oligopólico del mercado publicitario.

La creatividad publicitaria será reconocida y protegida con los derechos de autor y las demás normas previstas en la Ley de Propiedad Intelectual.

Los actores de la gestión publicitaria responsables de la creación, realización y difusión de los productos publicitarios recibirán en todos los casos el reconocimiento intelectual y económico correspondiente por los derechos de autor sobre dichos productos.

Art. 93.- Extensión de la publicidad.- La extensión de la publicidad en los medios de comunicación se determinará reglamentariamente por el Consejo de Regulación y Desarrollo de la Información y Comunicación, con base en parámetros técnicos y estándares internacionales en el marco del equilibrio razonable entre contenido y publicidad comercial.

Art. 94.- Protección de derechos en publicidad y propaganda.- La publicidad y propaganda respetarán los derechos garantizados por la Constitución y los tratados internacionales.

Se prohíbe la publicidad engañosa así como todo tipo de publicidad o propaganda de pornografía infantil, de bebidas alcohólicas, de cigarrillos y sustancias estupefacientes y psicotrópicas.

Los medios de comunicación no podrán publicitar productos cuyo uso regular o recurrente produzca afectaciones a la salud de las personas, el Ministerio de Salud Pública elaborará el listado de estos productos.

La publicidad de productos destinados a la alimentación y la salud deberá tener autorización previa del Ministerio de Salud.

La publicidad que se curse en los programas infantiles será debidamente calificada por el Consejo de Regulación y Desarrollo de la Información y Comunicación a través del respectivo reglamento.

El Superintendente de la Información y Comunicación dispondrá la suspensión de la publicidad que circula a través de los medios de comunicación cuando ésta viole las prohibiciones establecidas en este artículo o induzca a la violencia, la discriminación, el racismo, la toxicomanía, el sexismo, la intolerancia religiosa o política y toda aquella que atente contra los derechos reconocidos en la Constitución. Esta medida puede ser revocada por el mismo Superintendente o por juez competente, en las condiciones que determina la ley.

Art. 95.- Inversión pública en publicidad y propaganda.- Las entidades del sector público que contraten servicios de publicidad y propaganda en los medios de comunicación social se guiarán en función de criterios de igualdad de oportunidades con atención al objeto de la comunicación, el público objetivo, a la jurisdicción territorial de la entidad y a los niveles de audiencia y sintonía. Se garantizará que los medios de menor cobertura o tiraje, así como los domiciliados en sectores rurales, participen de la publicidad y propaganda estatal.

Las entidades del sector público elaborarán anualmente un informe de distribución del gasto en publicidad contratado en cada medio de comunicación. Este informe se publicará en la página web de cada institución.

La falta de cumplimiento de esta obligación por parte del titular de cada institución pública se sancionará por la Superintendencia de la Información y la Comunicación con una multa equivalente al 35% del total de la remuneración mensual de este funcionario, sin perjuicio de que se publique el informe en el plazo de treinta días.

El incumplimiento del deber de publicar el informe en el plazo de treinta días, señalado en el párrafo anterior, será causal de destitución del titular de la institución.

Art. 96.- Inversión en publicidad privada.- Al menos el 10% del presupuesto anual destinado por los anunciantes privados para publicidad de productos, servicios o bienes que se oferten a nivel nacional en los medios de comunicación se invertirá en medios de comunicación de cobertura local o regional.

Se garantizará que los medios de menor cobertura o tiraje, así como los domiciliados en sectores rurales, participen de la publicidad.

El Consejo de Regulación y Desarrollo de la Información y Comunicación establecerá en el Reglamento correspondiente las condiciones para la distribución equitativa del 10% del presupuesto de los anunciantes entre los medios locales.

SECCIÓN VI

Producción nacional

Art. 97.- Espacio para la producción audiovisual nacional.- Los medios de comunicación audiovisual, cuya señal es de origen nacional, destinarán de manera progresiva, al menos el 60% de su programación diaria en el horario apto para todo público, a la difusión de contenidos de producción nacional. Este contenido de origen nacional deberá incluir al menos un 10% de producción nacional independiente, calculado en función de la programación total diaria del medio.

La difusión de contenidos de producción nacional que no puedan ser transmitidos en horario apto para todo público será imputable a la cuota de pantalla que deben cumplir los medios de comunicación audiovisual.

Para el cómputo del porcentaje destinado a la producción nacional y nacional independiente se exceptuará el tiempo dedicado a publicidad o servicios de televenta.

La cuota de pantalla para la producción nacional independiente se cumplirá con obras de productores acreditados por la autoridad encargada del fomento del cine y de la producción audiovisual nacional.

Art. 98.- Producción de publicidad nacional.- La publicidad que se difunda en territorio ecuatoriano a través de los medios de comunicación deberá ser producida por personas naturales o jurídicas ecuatorianas, cuya titularidad de la mayoría del paquete accionario corresponda a personas ecuatorianas o extranjeros radicados legalmente en el Ecuador, y cuya nómina para su realización y producción la constituyan al menos un 80% de personas de nacionalidad ecuatoriana o extranjeros legalmente radicados en el país. En este porcentaje de nómina se incluirán las contrataciones de servicios profesionales.

Se prohíbe la importación de piezas publicitarias producidas fuera del país por empresas extranjeras.

Para efectos de esta ley, se entiende por producción de publicidad a los comerciales de televisión y cine, cuñas para radio, fotografías para publicidad estática, o cualquier otra pieza audiovisual utilizada para fines publicitarios.

No podrá difundirse la publicidad que no cumpla con estas disposiciones, y se sancionará a la persona natural o jurídica que ordena el pautaaje con una multa equivalente al 50 % de lo que hubiese recaudado por el pautaaje de dicha publicidad. En caso de la publicidad estática se multará a la empresa que difunde la publicidad.

Se exceptúa de lo establecido en este artículo a la publicidad de campañas internacionales destinadas a promover el respeto y ejercicio de los derechos humanos, la paz, la solidaridad y el desarrollo humano integral.

Art. 99.- Concentración del espacio para la producción nacional.- Un solo productor no podrá concentrar más del 25% de la cuota horaria o de la cuota de adquisiciones de un mismo canal de televisión.

Art. 100.- Producción nacional.- Una obra audiovisual se considerará nacional cuando al menos un 80% de personas de nacionalidad ecuatoriana o extranjeros legalmente residentes en el país hayan participado en su elaboración.

Art. 101.- Productores nacionales independientes.- Productor nacional independiente es una persona natural o jurídica que no tiene relación laboral, vínculo de parentesco hasta el cuarto grado de consanguinidad y segundo de afinidad, ni vinculación societaria o comercial dominante con el medio de comunicación audiovisual al que licencia los derechos de difusión de su obra.

Se entenderá que existe vinculación societaria o comercial dominante cuando:

1. El productor nacional independiente y el medio de comunicación audiovisual pertenezcan al mismo grupo económico;
2. Una misma persona sea titular de más del 6% del capital social del medio de comunicación audiovisual y de la empresa productora.

Habrá vínculo entre el productor nacional independiente y los propietarios, representantes legales, accionistas o socios mayoritarios del medio de comunicación audiovisual, cuando haya parentesco de hasta el cuarto grado de consanguinidad o segundo de afinidad.

Las sociedades productoras, de capital extranjero o que dependan de una empresa extranjera en función de sus órganos ejecutivos, su capital social o su estrategia empresarial, no se considerarán productores nacionales independientes.

Art. 102.- Fomento a la producción nacional y producción nacional independiente.- Los medios de televisión abierta y los sistemas de audio y video por suscripción que tengan dentro de su grilla de programación uno o más canales cuya señal se emite desde el territorio ecuatoriano, adquirirán anualmente los derechos y exhibirán al menos dos largometrajes de producción nacional independiente. Cuando la población residente o el número de suscriptores en el área de cobertura del medio de comunicación sea mayor a quinientos mil habitantes, los dos largometrajes se exhibirán en estreno televisivo y sus derechos de difusión deberán adquirirse con anterioridad a la iniciación del rodaje.

Para la adquisición de los derechos de difusión televisiva de la producción nacional independiente, los medios de comunicación de televisión abierta y los sistemas de audio y video por suscripción destinarán un valor no menor al 2% de los montos facturados y percibidos por el medio o sistema y que hubiesen declarado en el ejercicio fiscal del año anterior. Cuando la población residente en el área de cobertura del medio de comunicación sea mayor a quinientos mil habitantes, el valor que destinará el medio de comunicación no podrá ser inferior al 5% de los montos facturados y percibidos por el medio o sistema.

Para el caso de los sistemas de audio y video por suscripción, el cálculo para la determinación de los montos destinados a la adquisición de los derechos de difusión se realizarán en base a los ingresos percibidos por la comercialización de espacios publicitarios realizados por medio de los canales cuya señal se emite desde el territorio ecuatoriano.

En el caso de medios de comunicación públicos, este porcentaje se calculará en relación a su presupuesto.

Cuando el volumen de la producción nacional independiente no alcance a cubrir la cuota prevista en este artículo, las producciones iberoamericanas la suplirán, en consideración a principios de reciprocidad con los países de origen de las mismas.

Para los canales de televisión que no sean considerados de acuerdo a esta ley como medios de comunicación social de carácter nacional, la producción nacional independiente incluye la prestación de todos los servicios de producción audiovisual.

Art. 103.- Difusión de los contenidos musicales.- En los casos de las estaciones de radiodifusión sonora que emitan programas musicales, la música producida, compuesta o ejecutada en Ecuador deberá representar al menos el 50% de los contenidos musicales emitidos en todos sus horarios, con el pago de los derechos de autor conforme se establece en la ley.

Están exentas de la obligación referida al 50% de los contenidos musicales, las estaciones de carácter temático o especializado.

SECCIÓN VII Espectáculos públicos

Art. 104.- Protección a niñas, niños y adolescentes.- El Consejo Nacional de la Niñez y la Adolescencia emitirá el reglamento para el acceso a los espectáculos públicos que afecten el interés superior de niñas, niños y adolescentes, de conformidad con el artículo 13 numeral 4 de la Convención Americana de Derechos Humanos y la Convención sobre los Derechos del Niño.

El reglamento referido en el párrafo anterior será de uso obligatorio por las autoridades locales y nacionales que tengan competencia, en su respectiva jurisdicción, de autorizar la realización de espectáculos públicos.

TÍTULO VI Del espectro radioeléctrico

Art. 105.- Administración del espectro radioeléctrico.- El espectro radioeléctrico es un bien de dominio público del Estado, inalienable, imprescriptible e inembargable.

La administración para el uso y aprovechamiento técnico de este recurso público estratégico la ejercerá el Estado central a través de la autoridad de telecomunicaciones.

En ningún caso, la administración del espectro radioeléctrico implica realizar actividades de control sobre los contenidos de los medios de comunicación.

Art. 106.- Distribución equitativa de frecuencias.- Las frecuencias del espectro radioeléctrico destinadas al funcionamiento de estaciones de radio y televisión de señal abierta se distribuirá equitativamente en tres partes, reservando el 33% de estas frecuencias para la operación de medios públicos, el 33% para la operación de medios privados, y 34% para la operación de medios comunitarios.

Esta distribución se alcanzará de forma progresiva y principalmente mediante:

1. La asignación de las frecuencias todavía disponibles;
2. La reversión de frecuencias obtenidas ilegalmente, y su posterior redistribución;
3. La reversión de frecuencias por incumplimiento de las normas técnicas, jurídicas para su funcionamiento o fines para los que les fueron concesionadas, y su posterior redistribución;
4. La distribución de frecuencias que regresan al Estado conforme a lo dispuesto por la ley; y,
5. La distribución equitativa de frecuencias y señales que permitirá la digitalización de los sistemas de transmisión de radio y televisión.

En todos estos casos, la distribución de frecuencias priorizará al sector comunitario hasta lograr la distribución equitativa que establece este artículo.

Art. 107.- Reconocimiento por inversión y experiencia acumuladas.- Las personas jurídicas o naturales concesionarias de las frecuencias de radio y televisión abierta, cuyo plazo expiró, podrán concursar para obtener o renovar su propia frecuencia u otra diferente respetando la distribución que haga la autoridad de telecomunicaciones para medios privados y comunitarios. A estas personas se les reconocerá un puntaje adicional equivalente al 20% de la puntuación total establecida en el correspondiente concurso como reconocimiento a la experiencia e inversión acumulada en la gestión de un medio de comunicación.

Art. 108.- Modalidades para la adjudicación de concesiones.- La adjudicación de concesiones o autorizaciones de frecuencias del espectro radioeléctrico para el funcionamiento de medios de comunicación es potestad exclusiva de la autoridad de telecomunicaciones y se hará bajo las siguientes modalidades:

1. Adjudicación directa de autorización de frecuencias para los medios públicos.
2. Concurso público, abierto y transparente para la adjudicación de frecuencias para los medios privados y comunitarios.

Art. 109.- Adjudicación directa.- La adjudicación directa de autorización de frecuencias del espectro radioeléctrico para el funcionamiento de medios de comunicación social públicos se realizará previo el cumplimiento de los requisitos establecidos por la autoridad de telecomunicaciones mediante el correspondiente

reglamento que, sin perjuicio de otros requisitos, necesariamente incluirá la presentación de la planificación estratégica del medio de comunicación.

En caso de que dos o más instituciones del sector público soliciten la autorización de una misma frecuencia, la adjudicación se definirá por el informe vinculante del Consejo de Regulación y Desarrollo de la Comunicación en el que, previo a la evaluación de la planificación estratégica de los respectivos medios de comunicación, se definirá a quien de ellos debe otorgarse la concesión de acuerdo con una priorización social, territorial e institucional.

Art. 110.- Adjudicación por concurso para medios privados y comunitarios.- La adjudicación de frecuencias del espectro radioeléctrico para el funcionamiento de medios de comunicación social privados y comunitarios de radio y televisión de señal abierta se realizarán mediante concurso público abierto y transparente en el que podrán intervenir todas las personas naturales y jurídicas que no tengan inhabilidades o prohibiciones legales.

Los requisitos, criterios de evaluación y formas de puntuación del concurso público serán definidos mediante reglamento por la autoridad de telecomunicaciones, teniendo en consideración las normas establecidas en la presente Ley y la Ley de Telecomunicaciones; sin perjuicio de lo cual en todos los casos el solicitante deberá presentar:

1. El proyecto comunicacional, con determinación del nombre de medio, tipo de medio, objetivos, lugar de instalación, cobertura, propuesta de programación e impacto social que proyecta generar;
2. El plan de gestión y sostenibilidad; y,
3. El estudio técnico.

Realizado el concurso, se remitirá al Consejo de Regulación y Desarrollo de la Información y Comunicación los expedientes de hasta los 5 solicitantes mejor puntuados.

El Consejo de Regulación y Desarrollo de la Información y Comunicación volverá a revisar el plan de comunicación de cada uno de ellos y en base a su evaluación emitirá el informe vinculante para la adjudicación de la concesión, con el cual la Autoridad de Telecomunicaciones procederá a realizar los trámites administrativos para la correspondiente adjudicación.

Art. 111.- Inhabilidades para concursar.- Se prohíbe la participación en los concursos públicos de adjudicación de frecuencias del espectro radioeléctrico para el funcionamiento de estaciones privadas y comunitarias de radio y televisión de señal abierta a las personas naturales o jurídicas postulantes que se hallen incursas en las siguientes circunstancias:

1. Quienes tengan relación de parentesco hasta el cuarto grado de consanguinidad o segundo de afinidad con cualquiera de los miembros del Consejo de Regulación y Desarrollo de la Información y Comunicación y con la autoridad de telecomunicaciones;
2. Quienes estén asociados o tengan acciones o participaciones superiores al 6% del capital social en una empresa en la que también son socios cualquiera de

los miembros del Consejo de Regulación y Desarrollo de la Comunicación o la autoridad de telecomunicaciones;

3. Quienes personalmente se encuentren en mora o estén impedidos de contratar con instituciones, organismos y entidades del sector público;
4. Quienes tengan acciones o participaciones de una empresa que se encuentre en mora o esté impedida de contratar con instituciones, organismos y entidades del sector público;
5. Quienes personalmente o como accionistas de una empresa hayan sido concesionarios de una frecuencia de radio o televisión y se la haya revertido al Estado por las infracciones determinadas en la ley; y,
6. Las demás que establezcan la ley.

Art. 112.- Terminación de la concesión de frecuencia.- La concesión de frecuencias del espectro radioeléctrico para el funcionamiento de estaciones de radio y televisión de señal abierta terminará por las siguientes causas:

1. Por vencimiento del plazo de la concesión;
2. A petición del concesionario;
3. Por extinción de la persona jurídica;
4. Por pérdida de la capacidad civil del concesionario o disolución de la sociedad concesionaria;
5. Por incumplimiento comprobado de las disposiciones que impiden la concentración de frecuencias y medios de comunicación;
6. Por hallarse incurso de manera comprobada en alguna inhabilidad o prohibición para concursar en los procesos de adjudicación de frecuencias del espectro radioeléctrico para el funcionamiento de estaciones de radio y televisión de señal abierta, que no fue detectada oportunamente;
7. Por hallarse incurso de manera comprobada en la disposición que prohíbe la transferencia, arrendamiento o enajenación de la concesión;
8. Por incumplimientos técnicos o falta de pago de las obligaciones de la concesión;
9. Por incumplimiento de los objetivos establecidos en el proyecto comunicacional; y,
10. Por las demás causas establecidas en la ley.

La autoridad de telecomunicaciones, previo el debido proceso, resolverá la terminación de la concesión de frecuencias del espectro radioeléctrico para el funcionamiento de estaciones de radio y televisión. En el caso del numeral 9 de este artículo, será necesario contar previamente con un informe del Consejo de Regulación y Desarrollo de la Información y Comunicación para tales efectos.

Art. 113.- Prohibición de concentración.- Está prohibido que las personas naturales o jurídicas concentren o acumulen las concesiones de frecuencias o señales para el funcionamiento de estaciones matrices de radio y televisión.

La autoridad de telecomunicaciones no podrá adjudicar más de una concesión de frecuencia para matriz de radio en AM, una frecuencia para matriz de radio en FM y una frecuencia para matriz de televisión a una misma persona natural o jurídica en todo el territorio nacional.

Quien sea titular de una concesión de radio, ya sea en AM o FM, puede participar en los concursos públicos para la adjudicación de no más de una frecuencia de onda corta.

En una misma provincia no podrá concesionarse una frecuencia para el funcionamiento de una matriz de radio o televisión a familiares directos de un concesionario con el que tengan parentesco hasta el segundo grado de consanguinidad y segundo de afinidad.

Art. 114.- Concesiones para repetidoras de medios privados y comunitarios.- Para fomentar la formación y permanencia de sistemas nacionales o regionales de radio y televisión privados y comunitarios, las personas naturales o jurídicas a quienes se ha adjudicado una concesión para el funcionamiento de una estación matriz de radio o de televisión pueden participar en los concursos públicos organizados por la autoridad de telecomunicaciones, y obtener frecuencias destinadas a funcionar exclusivamente como repetidoras de su estación matriz en otras provincias.

Para favorecer el desarrollo de medios y contenidos locales, siempre que se concurre por la concesión de una frecuencia de radio o televisión, tendrán prioridad las solicitudes para el funcionamiento de estaciones matrices, las cuales recibirán una puntuación adicional equivalente al 20% de la puntuación total del concurso en relación a las solicitudes para el funcionamiento de estaciones repetidoras.

Art. 115.- Autorizaciones para repetidoras de medios públicos nacionales.- La autoridad de telecomunicaciones reservará del tercio de frecuencias asignadas a los medios públicos el número necesario de frecuencias para que operen las repetidoras de los medios públicos de alcance nacional.

Art. 116.- Plazo de concesión.- La concesión para el aprovechamiento de las frecuencias de radio y televisión se realizará por el plazo de quince años y será renovable para el mismo concesionario por una vez mediante concesión directa, debiendo para las posteriores renovaciones ganar el concurso organizado por la autoridad de telecomunicaciones.

Art. 117.- Intransferibilidad de las concesiones.- Las concesiones de frecuencias que sean adjudicadas a cualquier persona natural o jurídica para el funcionamiento de medios de comunicación no forman parte de su patrimonio, y por lo tanto está prohibido todo acto que esté orientado a que otra persona natural o jurídica distinta disfrute o se beneficie del uso de dichas concesiones de frecuencias.

Si alguna persona natural o jurídica, usando cualquier formato legal, pretende vender, revender, trasladar,

transferir o alquilar las concesiones de frecuencias otorgadas en su favor por el Estado, tales transacciones serán nulas y no generan ningún derecho para quien supuestamente las adquiere; por el contrario, esto será causa suficiente para que las concesiones queden inmediatamente revocadas y las frecuencias concesionadas vuelvan a la administración del Estado.

Los propietarios de las acciones de la persona jurídica concesionaria, no podrán transferir o ceder sus acciones sin la autorización previa y por escrito de la autoridad de telecomunicaciones.

El beneficiario de la concesión deberá además pagar una multa al Estado equivalente al 50% de todo lo que hubiese obtenido o pactado obtener por la supuesta venta, transferencia o alquiler de la frecuencia concesionada, sin perjuicio de responder civil y penalmente por los perjuicios ocasionados a los particulares que aparentemente adquirirían derechos por estas transacciones ilegales.

Art. 118.- Concesiones al sector comunitario.- Dado que las concesiones de frecuencias para el funcionamiento de estaciones de radio y televisión comunitarias se otorgan a organizaciones con personería jurídica y sin finalidad de lucro, cuyos directorios cambian periódicamente, se establece que dicho cambio no afecta el derecho de concesión que la organización ha adquirido al ganar el correspondiente concurso público, ni puede interpretarse como una transferencia de la concesión de unas a otras personas.

Art. 119.- Enlaces de programación.- Para asegurar la comunicación intercultural y la integración nacional, los medios de comunicación podrán constituirse, sin necesidad de autorización, en redes eventuales o permanentes que libremente compartan una misma programación hasta por dos horas diarias.

DISPOSICIONES TRANSITORIAS

PRIMERA.- Las instituciones y autoridades que deben designar miembros para el Consejo de Regulación y Desarrollo de la Información y Comunicación cumplirán esta obligación en un plazo no mayor de 30 días, contados a partir de la publicación de esta Ley en el Registro Oficial.

SEGUNDA.- Los contratos privados relacionados con el uso y aprovechamiento de las frecuencias del espectro radioeléctrico de radio y televisión abierta, legítimamente celebrados de conformidad con las normas legales y constitucionales anteriores a la publicación de esta Ley en el Registro Oficial, serán respetados hasta la terminación del plazo del contrato de concesión.

TERCERA.- Las personas que consten como concesionarios de frecuencias del servicio de radiodifusión sonora y de televisión abierta, en el plazo de treinta días a partir de la publicación de esta Ley en el Registro Oficial, deberán presentar a la Autoridad de Telecomunicaciones una declaración juramentada en la que conste que la persona natural o jurídica concesionaria es quien utiliza la concesión y/u opera la estación autorizada por lo menos en los dos últimos años.

El incumplimiento a esta disposición dará lugar al inicio del proceso de reversión de la concesión de frecuencia por la Autoridad de Telecomunicaciones.

Las declaraciones juramentadas serán entregadas por la Autoridad de Telecomunicaciones al Consejo de Regulación y Desarrollo de la Información y Comunicación en cuanto éste entre en funcionamiento.

CUARTA.- El registro de los medios de comunicación social ante el Consejo de Regulación y Desarrollo de la Información y Comunicación deberá cumplirse en un plazo no mayor a ciento ochenta días a partir de su conformación.

QUINTA.- El Ministerio de Finanzas, en un plazo no mayor a 90 días desde la publicación de esta Ley en el Registro Oficial, provisionará los recursos del Presupuesto General del Estado para que el Consejo de Regulación y Desarrollo de la Información y Comunicación pueda funcionar; y transferirá dichos recursos una vez que los miembros del Consejo de Regulación y Desarrollo de la Comunicación sean posesionados.

SEXTA.- Los medios de comunicación audiovisual deberán alcanzar de forma progresiva las obligaciones que se establecen para la producción nacional y producción nacional independiente en el plazo de tres años a partir de la entrada en vigor de esta ley, empezando en el 20 % en el primer año, 40% en el segundo y 60 % en el tercero.

La misma gradualidad se aplicará para la difusión de contenidos musicales que establece el artículo 102, en el plazo de tres años a partir de la entrada en vigor de esta Ley, empezando en el 20% en el primer año, 35% en el segundo, 50% en el tercero.

SÉPTIMA.- Los medios de las comunas, comunidades, pueblos, nacionalidades y organizaciones sociales que adoptaron la figura jurídica de empresas o corporaciones de derecho privado para obtener frecuencias de radio y televisión podrán convertirse en medios comunitarios en el plazo de hasta 180 días, luego de expedida la correspondiente reglamentación por el Consejo de Regulación y Desarrollo de la Información y Comunicación.

El Consejo de Regulación y Desarrollo de la Información y Comunicación tiene un plazo no mayor a 60 días a partir de su conformación para expedir la reglamentación correspondiente.

OCTAVA.- Dentro del plazo de hasta 180 días, contados a partir de la publicación de esta ley en el Registro Oficial, las personas naturales que son concesionarias de una frecuencia de radio o televisión de señal abierta podrán constituirse en una compañía mercantil o una persona jurídica sin finalidad de lucro, la cual previa autorización de la autoridad competente pasará a ser titular de dicha concesión de frecuencia, en los términos y plazos previstos en el contrato original de concesión a nombre de la persona natural; para tales efectos la autoridad de telecomunicaciones elaborará el reglamento respectivo.

NOVENA.- Los trámites y procesos administrativos que se encuentren en conocimiento del CONATEL y la Superintendencia de Telecomunicaciones que tengan

relación con las competencias del Consejo de Regulación y Desarrollo de la Información y Comunicación, o de la Superintendencia de la Información y la Comunicación, establecidas en la presente ley, serán sustanciados y resueltos por el CONATEL y la Superintendencia de Telecomunicaciones hasta la conformación de dichas entidades. Una vez conformadas las entidades previstas en esta ley, se les remitirá todos los trámites y procesos administrativos que sean de su competencia.

DÉCIMA.- De conformidad con el informe presentado el 18 de mayo de 2009 por la Comisión para la Auditoría de las Concesiones de las Frecuencias de Radio y Televisión, creada por disposición constitucional las frecuencias de radio y televisión que no hayan sido otorgadas por autoridad competente; las que no han iniciado la operación en el plazo señalado en el contrato de concesión; las que no hayan pagado las tarifas de uso de concesión durante seis meses consecutivos; las que se hayan arrendado por más de dos años o transferido bajo cualquier modalidad el uso de la frecuencia a terceros; y, las que han convertido estaciones repetidoras en matrices o viceversa, serán revertidas al Estado por la autoridad de telecomunicaciones, aplicando el debido proceso establecido en el reglamento que para estos efectos dicte la autoridad de Telecomunicaciones.

UNDÉCIMA.- A efectos de avanzar progresivamente en la redistribución de las frecuencias de radio y televisión de señal abierta, las estaciones de radio y televisión, cuya concesión de frecuencia se extinga dentro del plazo de un año contado desde la publicación de la Ley Orgánica de Comunicación en el Registro Oficial, quedarán prorrogadas hasta la fecha en que el Consejo de Regulación y Desarrollo de la Información y Comunicación establezca el procedimiento para optar por una nueva concesión. Dicha prórroga no podrá ser mayor a un año contado desde la publicación de esta Ley en el Registro Oficial.

DUODÉCIMA.- Las concesiones de radio y televisión abierta que han sido otorgadas a personas jurídicas de derecho público para el funcionamiento de estaciones de radio y televisión continuarán funcionando hasta que se cumpla el plazo establecido en el respectivo contrato de concesión. En lo futuro se someterán a las reglas establecidas para la conformación de medios públicos establecidos en esta Ley.

DÉCIMA TERCERA.- La publicidad que hasta la fecha en que se publique esta Ley en el Registro Oficial haya sido producida y difundida en los medios de comunicación en territorio ecuatoriano, que no cumpla las reglas para la producción de publicidad establecidas en esta ley, podrá seguirse difundiendo hasta por un plazo de un año. Una vez promulgada la Ley Orgánica de Comunicación se establece el plazo de 30 días para que productores y medios de comunicación cumplan con las normas establecidas para la producción y difusión de publicidad en el territorio ecuatoriano.

DÉCIMA CUARTA.- En caso de fallecimiento de una persona natural concesionaria de una frecuencia de radio o televisión de señal abierta, el o la cónyuge y sus herederos continuarán haciendo uso de los derechos de concesión hasta que finalice el plazo de la misma. Si estas personas quieren participar en el concurso para renovar la concesión

de la frecuencia se constituirán en una persona jurídica, en un plazo de hasta 180 días, y recibirán el beneficio del 20% del puntaje total al que hace referencia el Art. 105 de esta Ley.

DÉCIMA QUINTA.- Los medios de comunicación incluirán en su programación o ediciones, contenidos en las lenguas de relación intercultural, en un porcentaje de al menos el 5% de su programación en un plazo de un año, contado a partir de la publicación de esta Ley en el Registro Oficial.

DÉCIMA SEXTA.- Quienes estén trabajando en medios de comunicación social o entidades públicas tienen plazo de 6 años para cumplir las obligaciones establecidas en el segundo párrafo del Art. 42 de esta Ley. Los medios de comunicación y las entidades públicas otorgarán las facilidades de horario y de cualquier otra índole que se requieran para tal efecto.

DÉCIMA SÉPTIMA.- Las concesiones entregadas a organizaciones religiosas y que constan como públicas o privadas, podrán transformarse en concesiones comunitarias, sin fines de lucro.

Dentro de estas organizaciones, las personas jurídicas que sean concesionarias de más de una matriz, a partir de la fecha en que esta ley sea publicada en el Registro Oficial y hasta que terminen los contratos de concesión suscritos anteriormente a la entrada en vigencia de esta ley, podrán solicitar al Consejo de Regulación y Desarrollo de la Información y Comunicación que, las frecuencias que corresponden a la o las matrices, sean asignadas a entidades que tengan u obtengan personería jurídica, y pertenezcan a la misma familia religiosa que las estaba operando, siempre que estas frecuencias sean destinadas por la organización religiosa al funcionamiento de medios de comunicación locales o provinciales.

DÉCIMA OCTAVA.- A efectos de canalizar la prohibición establecida en el inciso final del Art. 6 de esta Ley, los medios de comunicación de carácter nacional que pertenezcan a organizaciones o compañías extranjeras; que tengan accionistas, o socios extranjeros; y, aquellas personas jurídicas extranjeras que se hayan domiciliado en el Ecuador para gestionar medios de comunicación social de carácter nacional; aplicarán, dependiendo de su situación el siguiente procedimiento:

1. Los accionistas, socios o propietarios extranjeros de los medios de comunicación social de carácter nacional, ya sean personas naturales o jurídicas que no residan legalmente en el territorio ecuatoriano tendrán que enajenar la totalidad de sus acciones, participaciones o equivalentes, a personas naturales o jurídicas que residan legalmente en el Ecuador.
2. Las compañías extranjeras que únicamente se encuentren domiciliadas en el Ecuador y a cuyo cargo esté la gestión de un medio de comunicación social de carácter nacional, deberán transferir el patrimonio del medio de comunicación a personas naturales o jurídicas ecuatorianas o personas naturales extranjeras que residan legalmente en el país, con la correspondiente autorización de la autoridad de telecomunicaciones

cuando se trate de medios audiovisuales que sean concesionarios de una o más frecuencias de radio o televisión.

El plazo para ajustarse a esta norma es de dos años contados a partir de la publicación de la presente ley en el Registro Oficial.

En caso de que se incumpla con esta disposición transitoria, la autoridad competente aplicará las siguientes medidas, según el caso:

Las compañías ecuatorianas se encontrarán en causal de disolución de pleno derecho y seguirán el procedimiento establecido en el artículo 367 y siguientes de la Ley de Compañías.

El Estado Ecuatoriano procederá a cancelar el permiso de operación concedido a la compañía extranjera siguiendo el procedimiento contemplado en los artículos 406 al 410 de la Ley de Compañías.

DÉCIMA NOVENA.- Las compañías que tengan a su cargo la gestión de medios de comunicación social en las que el Estado, a través de las instituciones definidas en el artículo 225 de la Constitución de la República, sea accionista mayoritario, adoptarán en un plazo no mayor a 180 días contados a partir de la publicación de esta ley en el Registro Oficial, cualquiera de las figuras jurídicas establecidas en la presente Ley para la conformación de medios de comunicación públicos o empresas públicas de comunicación.

Los accionistas o socios privados minoritarios de compañías que tengan a su cargo medios de comunicación deberán enajenar de forma obligatoria su porción del capital social a favor de los accionistas o socios estatales que tienen la mayoría del paquete accionario o de las participaciones. Si dicha venta no se concreta por voluntad de las partes en el plazo establecido en el inciso anterior, la titularidad de las acciones o participaciones en cuestión pasará a un fideicomiso constituido por la Superintendencia de Compañías y administrado por la Corporación Financiera Nacional, previa resolución de incautación de dicho organismo de control. En un plazo adicional de hasta 120 días, un perito designado por la Superintendencia de Compañías fijará el justo precio de las acciones o participaciones transferidas al fideicomiso, precio que deberá ser cancelado al fideicomiso por parte de los accionistas mayoritarios. Una vez cumplido lo anterior, el fideicomiso transferirá la titularidad de las acciones o participaciones a los accionistas estatales mayoritarios y entregará a los antiguos accionistas privados minoritarios los fondos recibidos por su justo precio.

Se exceptúan de esta disposición las compañías cuyo paquete accionario ha sido incautado por el Estado ecuatoriano con posterioridad al año 2007 y que se encuentren en proceso de venta.

VIGÉSIMA.- El número de nuevas frecuencias y señales de radio y televisión que se obtengan de la transición de la tecnología analógica a la digital será administrado por el Estado.

VIGÉSIMA PRIMERA.- Todas las concesiones de frecuencias que hayan sido obtenidas ilegalmente volverán a la administración de la autoridad de telecomunicaciones una vez que ésta haya realizado el debido proceso.

En todos los casos en que se declare judicialmente la ilegalidad de una concesión, el Estado, a través de la Procuraduría General del Estado, reclamará obligatoriamente la reparación integral de los daños causados y la devolución al Estado de todos los beneficios económicos generados por el usufructo de una concesión ilegalmente obtenida. El incumplimiento de esta obligación será causal de juicio político de la o el Procurador General del Estado.

Los terceros afectados por las transacciones ilegales realizadas con frecuencias para el funcionamiento de estaciones de radio y televisión podrán reclamar por la vía judicial a quienes los perjudicaron.

VIGÉSIMA SEGUNDA.- Todas las personas que recibieron frecuencias de forma ilegal hasta la entrada en vigencia de esta ley podrán devolverlas voluntariamente al Estado en el plazo de seis meses. En estos casos, el Estado se abstendrá de reclamar reparación alguna ni devolución de los beneficios obtenidos por los concesionarios. Esta exención no afecta el derecho de terceros para formular los reclamos judiciales que consideren convenientes.

VIGÉSIMA TERCERA.- Hasta la fecha en que se conformen los Consejos Nacionales de Igualdad, el o la presidenta del Consejo Nacional de la Niñez y la Adolescencia actuará temporalmente en el Consejo de Regulación y Desarrollo de la Información y Comunicación.

Una vez que sean conformados los Consejos Nacionales de Igualdad, sus titulares elegirán su representante al Consejo de Regulación y Desarrollo de la Información y Comunicación en un plazo no mayor de 30 días.

VIGESIMA CUARTA.- Las atribuciones y funciones establecidas en la Ley de Radiodifusión y Televisión para el CONARTEL que no hayan sido expresamente atribuidas por esta ley al Consejo de Regulación y Desarrollo de la Información y Comunicación o a la Superintendencia de la Información y Comunicación, serán asumidas y ejercidas, en los términos establecidos en el Decreto Ejecutivo N° 8, del 13 de agosto de 2009, por el CONATEL hasta la expedición de una nueva Ley de Telecomunicaciones o una reforma de este cuerpo legal, por medio de la cual se legisle permanentemente sobre la administración estatal de las frecuencias del espectro radioeléctrico destinado a los servicios de radio, televisión y audio y vídeo por suscripción.

DISPOSICIONES REFORMATARIAS

PRIMERA.- Se suprime la expresión: “delitos y”, del Art. 4 de la Ley de Radiodifusión y Televisión.

SEGUNDA.- Se suprime la expresión “su transferencia a otros concesionarios, el arrendamiento de las estaciones y la cancelación de las concesiones” del literal d) del quinto artículo innumerado, añadido a continuación del Art. 5 de la Ley de Radiodifusión y Televisión.

TERCERA.- Se suprime la expresión “Administrar y”, del literal a) del sexto artículo innumerado, añadido a continuación del artículo 5 de la Ley de Radiodifusión y Televisión.

CUARTA.- Se añade “y económicos” al final del Art. 37 de la Ley de Radiodifusión y Televisión.

QUINTA.- Se añade “y administrativo” del literal d) del Art. innumerado añadido a continuación del Art. 5 de la Ley de Radiodifusión y Televisión.

SEXTA.- Se sustituye el 1er párrafo del Artículo 3 de la Ley de Radiodifusión y Televisión, por el siguiente:

“Art. 3.- Con sujeción a esta Ley, las personas naturales concesionarias de canales o frecuencias de radiodifusión y televisión, deben ser ecuatorianas o extranjeros residentes legalmente en el Ecuador. Las personas jurídicas deben ser ecuatorianas.”

DISPOSICIONES DEROGATORIAS

PRIMERA.- Deróguense las siguientes disposiciones de la Ley de Radiodifusión y Televisión:

El artículo 5;

Los artículos primero, segundo, tercero y cuarto innumerados, añadidos a continuación del artículo 5;

Los literales f), g), h) e i) del quinto artículo innumerado, añadido a continuación del artículo 5;

Los literales b) y c) del sexto artículo innumerado, añadido a continuación del Art. 5;

Los artículos 6, 7, 8, 9, 10 y el primer artículo innumerado, añadido a continuación del Art. 10;

El último párrafo del Art. 14;

Los artículos 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24;

El segundo párrafo del Art. 27;

Los artículos 35, 39, 40, 41, 43, 43-A, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55;

Los tres últimos párrafos del artículo innumerado, añadido a continuación del artículo 55;

Los artículos 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65 y 66;

Los literales a), b), c), f), g), h) y j) y los párrafos penúltimo y último del Art. 67; y,

Los artículos 68 y 69.

SEGUNDA.- Deróguense la Disposición Transitoria Sexta de la Ley de Propiedad Intelectual, el artículo 16 y 31 de la Ley de Defensa Profesional de Artistas, y todas aquellas disposiciones de igual o menor jerarquía que creen preasignaciones a favor de la Sociedad General de Autores y Compositores -SAYCE- y la Federación Nacional de Artistas Profesionales del Ecuador -FENARPE-.

DISPOSICIÓN FINAL

La presente ley entrará en vigencia a partir de su publicación en el Registro Oficial.

Dado y suscrito en la sede de la Asamblea Nacional, ubicada en el Distrito Metropolitano de Quito, provincia de Pichincha, a los catorce días del mes de junio de dos mil trece.

f.) **GABRIELA RIVADENEIRA BURBANO**, Presidenta.

f.) **DRA. LIBIA RIVAS O.**, Secretaria General.

PALACIO NACIONAL, EN SAN FRANCISCO DE QUITO, DISTRITO METROPOLITANO, A VEINTIUNO DE JUNIO DE DOS MIL TRECE.

SANCIÓNASE Y PROMÚLGASE.

f.) Rafael Correa Delgado, **PRESIDENTE CONSTITUCIONAL DE LA REPÚBLICA.**

Es fiel copia del original.- LO CERTIFICO.- Quito, 24 de junio de 2013.

f.) Dr. Alexis Mera Giler, **SECRETARIO NACIONAL JURÍDICO.**

Suscríbase



Quito
Av. 12 de Octubre N1690 y Pasaje Nicolás Jiménez
Edificio Nader 2do. Piso
Teléfonos: 2234540 - 2901629 Fax: 2542835

Guayaquil
Malecón 1606 y 10 de Agosto
Edificio M.I. Municipio de Guayaquil
Teléfono: 2527107

Almacén Editora Nacional
Mañosa 201 y 10 de Agosto
Telefax: 2430110




www.registroficial.gob.ec

El REGISTRO OFICIAL no se responsabiliza por los errores ortográficos, gramaticales, de fondo y/o de forma que contengan los documentos publicados, dichos documentos remitidos por las diferentes instituciones para su promulgación, son transcritos fielmente a sus originales, los mismos que se encuentran archivados y son nuestro respaldo.